

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal de Justiça de SP vai eleger sua direção na 4ª

03 DEZ 2011

**José Roberto Bedran deve ser reeleito,
mas vai se aposentar em julho de 2012**

Desembargador Ivan Sartori, que também disputa o cargo, quer uma 'reestruturação de longo prazo' no tribunal

Em um ano marcado por profundas mudanças, o Tribunal de Justiça de São Paulo vai realizar na próxima quarta-feira (7) a eleição para os cargos de sua direção.

Escolhido em fevereiro para um mandato-tampão após a morte de Antonio Carlos Viana Santos, o atual presidente José Roberto Bedran deve ser reeleito com facilidade pelos 370 desembargadores do colégio eleitoral.

Mas ele não irá completar o mandato de dois anos. Em julho de 2012, Bedran completa 70 anos e terá que se aposentar. Por isso a eleição de agora é vista como um teste para sua substituição.

Tanto é que, de última hora, o desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori se inscreveu para a disputa. Há 11 candidatos para as outras cinco vagas da cúpula.

"O fato de ele terminar o mandato um pouco cedo influenciou a candidatura", disse o desembargador.

Segundo Sartori, sua proposta é fazer uma "reestruturação de longo prazo". Ele, porém, nega que exista um antagonismo com Bedran.

Diferentemente das disputas partidárias, a política no TJ-SP é marcada pela discriminação dos candidatos.

"A eleição no tribunal é singular. Os candidatos são colegas e, em regra, as pessoas não se manifestam", afirma José Renato Nalini, que disputa a vaga de corregedor-geral de Justiça.

Segundo ele, a campanha se resume a "almoços". No entanto, os embates entre grupos acontecem.

Até a reforma do Judiciário em 2005, a Justiça paulista era composta também por dois tribunais de alçada, que foram incorporados ao TJ-SP.

Essa divisão ainda existe de alguma forma entre os desembargadores.

Hoje quem domina são os juizes que eram do Tribunal de Alçada Cível e agora fazem parte da Seção de Direito Privado. Juntos, eles têm mais da metade dos eleitores.

Membro desta seção, o desembargador Hamilton Elliot Akel é um dos candidatos a corregedor, mas já é visto como um favorito para substituir Bedran em 2012.

O atual presidente marcou sua administração pela edição, em março, de uma norma para punir os improdutivos. Três processos disciplinares foram abertos. A medida mexeu com os juizes, que agora julgaram 95,2% dos processos da meta 2.

Outro destaque foi a ideia de julgamento virtual para agilizar os processos.

Apesar disso, houve propostas corporativas da gestão como a sugestão de um delegado especial para juizes.

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do STJ é acusado de favorecer cunhada

Advogado de Curitiba denuncia ministro Ari Pargendler ao Conselho Nacional de Justiça

Um advogado de Curitiba (PR) apresentou denúncia ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) contra o presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Ari Pargendler.

O autor, Arnaldo Oliveira Júnior, encaminhou a representação à corregedora do CNJ, Ellana Calmon, que também é ministra do STJ. Cabe à corregedora decidir se acolhe ou não a denúncia.

Ele pede que Pargendler seja investigado por atuar pela escolha de sua cunhada, a desembargadora Suzana Camargo, do TRF (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região, para uma vaga na corte.

Na denúncia, Oliveira pede que seja apurada "a conduta material" do presidente do STJ "em se manifestar de modo oficial e solene" para "apoiar expressa e ostensivamente" Suzana Camargo.

O advogado sustenta a representação no artigo 37 da Constituição, que diz que "a administração pública obedecerá aos princípios da impessoalidade e moralidade".

Reportagem da **Folha** em 22 de novembro mostrou que Pargendler fez reuniões com parlamentares para pedir apoio a Suzana, que é a terceira colocada numa lista triplíce para o STJ entregue à presidente Dilma Rousseff.

Pargendler participou, em outubro, de reuniões com a bancada de Mato Grosso do Sul e com o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), em que pediu apoio à indicação de Suzana Camargo.

A **Folha** procurou a assessoria do STJ para se manifestar sobre a representação, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

03 DEZ 2011

03 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Empresária critica paralisação dos juízes, que 'deveriam dar o exemplo'

Vinte mil audiências tiveram de ser remarçadas na quarta; clientes reclamam de prejuízos

"Eles deveriam dar exemplo, mas os próprios juízes são a favor da algazarra." O desabafo da empresária Luzanira Rodrigues da Silva resume as reclamações ouvidas pela **Folha** em frente ao Fórum do Trabalho da Barra Funda (zona oeste de SP) na tarde de quinta-feira.

Naquele dia, ela teve uma audiência adiada para fevereiro, em ação movida por um ex-funcionário. Para o advogado Nivaldo Felcar, o atraso está sendo causado pela greve no Judiciário.

Em 19 Estados, os servidores da Justiça Federal e do Trabalho estão parados porque reivindicam aumento de salário e a aprovação de um plano de carreira.

Na quarta-feira, os juízes federais e trabalhistas também fizeram uma paralisação. Só nesse dia foram remarçadas 20 mil audiências em todo o país.

No Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo), a greve dos servidores começou no dia 5 de outubro. No período, foram baixadas ordens para suspender os prazos dos processos.

"Na greve, sempre tem uma 'terceira parte' prejudicada, nunca é quem está brigando", diz Luzanira, reclamando do custo gerado pelos adiamentos.

Já o advogado Alexandre José Zanardi afirma que uma empresa que defende teve o valor de uma rescisão trabalhista já paga penhorado. "O funcionário do fórum falou que só pode decidir depois da greve. Isso vai ficar quanto tempo parado?", questiona.

No mesmo dia, o advogado Rafael Pereira de Januário foi informado que terá de voltar em janeiro para um caso que já esperava resolver. "A gente vem trabalhar e não sabe se vai ter audiência."

"Serviço de emergência até sai, mas o de rotina só dando sorte", completa o advogado Daniel Gonçalves Baptista.

Trabalhadores também manifestam seu descontentamento. "Vim aqui para o advogado da outra parte rir da nossa cara", disse a operadora de caixa Elizabete Nogueira. Segundo seu advogado, Edson Ramos, a empresa não fechou acordo agora por saber que a próxima audiência irá demorar. "O devedor tem carta-branca para continuar dando chapéu no trabalhador." Ele diz que o processo dela tramita há dois anos.

Participando de um piquete no fórum, a diretora do sindicato dos servidores Leica Silva afirma que a categoria está há cinco anos sem aumento salarial.

Ela critica o governo por não ter enviado a previsão de reajuste no Orçamento e por não negociar com a categoria. "Já faz 60 dias de greve e não temos uma proposta."

03 DEZ 2011
FOLHA DE S. PAULO
MÔNICA BERGAMO

TOGAS AO SOL

O Tribunal de Justiça de SP negou pedido das entidades de advogados (OAB, AASP e IASP) para suspender as atividades forenses entre 20 de dezembro e 6 de janeiro. Elas queriam um receso maior, até 10 de janeiro, mas os magistrados decidiram por um prazo menor. O Judiciário funcionará em regime de plantão de 26 de dezembro a 2 de janeiro, e não haverá expediente nos dias 23 e 30 de dezembro. Os advogados reclamam que isso reduz “drasticamente” seu período de descanso.

03 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça 'congela' obras em trecho da linha 5

Juíza questiona cláusula de sigilo em licitação do Metrô para empreendimento entre estações Santa Cruz e Chácara Klabin.

Projeto executivo do lote e obras estão parados; Metrô diz que cláusula é comum nesse tipo de contrato

Apesar de liberadas pelo Tribunal de Justiça na última semana, as obras de extensão da linha 5-lilás do metrô paulista seguem empacadas no trecho entre as estações Santa Cruz e Chácara Klabin.

O motivo é a suspensão do projeto executivo nesse pedaço do empreendimento — num impasse que se arrasta na Justiça há três meses.

O projeto executivo antecede as obras estruturais, como os túneis e fundações.

A juíza Sílvia Maria Meirelles Novaes de Andrade, da 12ª Vara da Fazenda Pública, interrompeu a contratação do projeto executivo do lote 7.

"O edital [...] impede a defesa do licitante excluído, eis que este não tem sequer acesso às razões de sua exclusão, o que favorece conluíus inadmissíveis", justificou a juíza, ao apreciar ação de empresas que perderam a licitação, como a Maubertec.

O projeto executivo do lote e as obras estão parados, exceto intervenções pontuais como demolição de imóveis.

Em outros trechos da linha 5 entre Adolfo Pinheiro e Santa Cruz, parte desse trabalho inicial já foi entregue. "Você não consegue fazer uma obra de alta complexidade sem projeto executivo", diz Juran-Dir Fernandes, secretário dos Transportes Metropolitanos.

APURAÇÃO PROCESSO FOI ALTERADO, DIZ PROMOTORIA

A Promotoria diz que três folhas de um depoimento sumiram do processo que pede a suspensão dos contratos da linha 5-lilás do metrô. O promotor Marcelo Milani solicitou abertura de inquérito. A assessoria de imprensa do TJ diz que a 9ª Vara da Fazenda Pública já pediu a conferência dos volumes do processo.

O que levou a juíza a suspender os resultados do lote 7 é uma cláusula de sigilo adotada pelo Metrô, por exigência do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) — financiador da obra.

As empresas não puderam consultar os processos para identificar inconsistências e recorrer. O Metrô diz que isso é comum em financiamentos internacionais — que visa proteger informações estratégicas — e que as mesmas contestações foram derrubadas antes — inclusive pelo TJ.

A Geodata foi declarada vencedora nos sete lotes.

OUTRO PROCESSO

O promotor Marcelo Milani acompanhou nesta semana uma vistoria de oficiais de Justiça na linha 5, pedida por ele para questionar argumentos do Metrô de que a suspensão significaria atrasos.

Ele defende que, na prática, não há construção em curso. O Metrô alega que demolir imóveis faz parte da obra.

No dia 18, a Justiça suspendeu as obras da linha 5 após ação da Promotoria que acusa ilegalidades na licitação.

A investigação foi aberta após a Folha revelar, em 2010, que vencedores da disputa eram conhecidos com seis meses de antecedência. Na semana passada, as obras foram liberadas pelo TJ.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 03 DEZ 2011

ENTENDA O CASO

Suspensão de projeto executivo congela trecho da linha 5 do Metrô

CRONOLOGIA

Lançado o edital de licitação para elaboração do projeto executivo da extensão da linha 5-lilás

19 empresas são habilitadas para disputar ao menos um dos sete lotes

Empresa Geodata é declarada vencedora dos sete lotes; contratos são assinados

Empresas que perderam questionam resultado na Justiça, que suspende resultado do lote 7 da licitação

O QUE A JUÍZA ALEGA

Direito de defesa das empresas perdedoras foi limitado devido a uma cláusula de sigilo, que as impedia de ter acesso a detalhes de proposta vencedora

LINHA 5 - LILÁS

— Em funcionamento
- - - - - Em projeto/em obras



CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTROLADO<

'Se atrasar quero saber quem paga', afirma secretário

O Metrô nega irregularidades na licitação do projeto executivo da linha 5-lilás. Diz esperar que a suspensão do lote 7 seja derrubada logo pelo TJ. Alega que, do contrário, haverá riscos ao cronograma da obra —prevista para 2015.

"Não se pode mais brincar com essa obra. Já se perdeu muito tempo", afirma Juran-Dir Fernandes, secretário dos Transportes Metropolitanos.

Segundo ele, a interrupção desse trabalho só "não chegou no gargalo" porque ainda há atividades que não requerem projeto executivo, como demolição de imóveis.

"Ao final de tudo, se atrasar a obra, quero saber quem paga esse prejuízo. Não se consegue fazer linha de metrô faltando um lote no meio. Como fica quem entra nessas aventuras para tentar reverter licitações perdidas?"

Em relação ao projeto executivo, ele diz que a licitação (lançada em 2010, na gestão José Serra) seguiu um modelo do BID, assim como outras anteriores, e já recebeu aval da Justiça nos outros lotes.

"O resto do mundo está errado e ela está certa?", diz ele, sobre a juíza da 12ª Vara.

No total, 19 empresas foram habilitadas para participar em algum dos sete lotes.

03 DEZ 2011

O promotor Marcelo Milani avalia haver argumentos consistentes sobre irregularidades na licitação —por isso, diz, determinou a abertura de inquérito. Além dele, participam da investigação Silvio Marques, Marcelo Daneluzzi e Luiz Ambra Neto.

O presidente da Geodata no Brasil, Francisco Focaccia, diz que a empresa —que é italiana— está no país desde 1998, que seguiu as exigências da licitação e que é alvo de "ação articulada" pelas perdedoras porque seu preço é mais barato.

"Trabalhamos com projetos de metrô em 18 países. Nenhuma empresa no Brasil tem tantos túneis projetados. Nossos preços não são inexequíveis. Podemos cobrar mais, pois temos alta eficiência e novas tecnologias."

03 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Suspeito de abuso em Bauru sai de presídio

Advogado vai cumprir prisão domiciliar

O advogado Sandro Luiz, Fernandes, 45, suspeito de abusar da filha, do filho e de outros dois parentes em Bauru (SP), deixou ontem o presídio de Tremembé para cumprir prisão domiciliar. A mulher dele, presa sob suspeita de ter sido conivente com os crimes, também foi liberada.

A decisão ocorreu após o Supremo conceder liminar, na terça, determinando a transferência do suspeito para uma sala de Estado Maior (instalada no Comando das Forças Armadas ou outras instituições militares) ou, na ausência desta, para prisão domiciliar.

O Estatuto da OAB determina esse tipo de prisão para advogados antes que a sentença tenha transitado em julgado —sem mais recursos. O advogado do casal, Ricardo Ponzetto, disse que o juiz de Bauru concedeu a prisão domiciliar à mulher —que não é advogada— por questão de isonomia.

O casal foi preso em setembro —após acusação de uma filha de 18 anos, um filho de 9, uma cunhada de 18 e uma sobrinha de 13— e denunciado pela Promotoria sob acusação de estupro. A defesa diz que eles alegam inocência.

Empresário preso em ação da PF é absolvido

Ele foi acusado de importação ilegal

O empresário Miled Ellis, preso em uma operação da Polícia Federal em 2004, foi absolvido da acusação de descaminho (importação ilegal de produtos).

Na ocasião, a PF informou que uma empresa gerenciada por Ellis armazenava materiais de informática e produtos eletrônicos importados de modo irregular que, após montados, seriam vendidos em vários pontos da Grande São Paulo. Foi comprovado que ele não era representante legal da empresa.

Segundo o advogado Rafael Cherche, que defende Ellis, ele ficou preso apenas um dia. "Quando a Justiça foi informada sobre sua prisão, a própria juíza determinou imediatamente o relaxamento da prisão em flagrante, por considerá-la ilegal", disse.

Denunciado sob acusação de descaminho pelo Ministério Público Federal, Ellis foi absolvido em julho de 2010.

O juiz da 8ª Vara Federal entendeu que não havia elementos para levar adiante a ação penal, pois parte das mercadorias apreendidas foi considerada regular pela Receita e devolvida à empresa.

03 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Promotoria denuncia presidente da Controlar sob suspeita de fraude

Ministério Público do RN acusa 34 pessoas por irregularidades em licitação no Estado

O Ministério Público do Rio Grande do Norte denunciou ontem 34 pessoas sob a acusação de participar de fraudes na implantação da inspeção veicular no Estado.

Entre os denunciados estão os ex-governadores do Estado Wilma de Faria e Iberê Ferreira, ambos do PSB, o suplente de senador João Faustino (PSDB) e o diretor-presidente da Controlar, consórcio responsável pela inspeção veicular em São Paulo, Harald Peter Zwetkoff.

Os ex-governadores e o suplente foram denunciados sob acusação de envolvimento em crimes de formação de quadrilha, peculato, corrupção passiva, tráfico de influência e fraude em licitação.

Zwetkoff é acusado de formação de quadrilha, peculato e fraude em licitação. Troca de e-mails obtidas com autorização judicial revelam que ele repassou ao consórcio Inspar, do RN, as bases usadas em São Paulo para a implantação da inspeção.

Segundo a Promotoria, com as informações, o grupo fraudou a licitação, que renderia até R\$ 1 bilhão em 20 anos. O consórcio pretendia implantar o esquema em outros dez Estados.

Além denunciar as 34 pessoas, os promotores apresentaram à Justiça mais dez pedidos de prisão preventiva. A suposta fraude já havia leva-

do 13 pessoas à prisão. Ontem, cinco delas foram soltas, por ordem da Justiça. Entre eles, está João Faustino.

Os acusados também foram flagrados em escutas telefônicas, supostamente negociando acordos ilegais.

As informações foram posteriormente cruzadas com dados bancários, obtidos com ordem judicial. A promotoria apura ligações entre essas negociações e doações de campanha feitas em Estados de interesse do grupo.

> OUTRO LADO <

Empresário não se manifesta sobre o caso

DE RECIFE

O diretor-presidente do consórcio Controlar Harald Peter Zwetkoff, não se manifestou ontem sobre a acusação de envolvimento em fraude na licitação do serviço de inspeção veicular no Rio Grande do Norte.

A Folha ligou às 19h (20h em Brasília) e uma pessoa que se identificou como amigo de Zwetkoff, disse que ele não poderia atender.

A ex-governadora Wilma de Faria (PSB) não quis comentar. O ex-governador Iberê Ferreira e João Faustino não foram encontrados.

FOLHA DE S. PAULO

Deputados recebem 'auxílio-paletó' em 03 DEZ 2011

ao menos dez Estados

Além do 13º, Assembleias pagam dois salários extras de até R\$ 20 mil como ajuda de custo

Assembleias Legislativas de ao menos dez Estados pagam a seus deputados o equivalente a 15 salários por ano.

Além do 13º, os deputados estaduais recebem um salário extra no início e outro no final de cada ano legislativo como ajuda de custo. O "auxílio-paletó", como é chamado, pode ser gasto livremente, a critério do parlamentar.

Têm direito ao benefício os deputados do Acre, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rondônia, Minas Gerais e Bahia.

Em outros Estados, as regras variam. Em Pernambuco, o auxílio é pago uma vez ao ano. No Pará e no Rio Grande do Norte, os deputados ganham um salário extra no início do mandato.

Em todo os casos, o salário é de R\$ 20 mil, com exceção do Acre, que paga R\$ 12 mil. Somado, o montante disponível a 480 deputados é de R\$ 18 milhões.

Em São Paulo, a Justiça suspendeu no último dia 10 o pagamento do benefício, que era concedido duas vezes ao ano. A segunda parte é paga apenas se o deputado val, no mínimo, a dois terços das sessões do plenário.

A ocasião, o presidente da Assembleia, Barros Munhoz (PSDB), defendeu o benefício. Para o Ministério Público, autor da ação, a verba é inconstitucional. A Casa estuda se entrará com recurso.

Quando o auxílio surgiu no Estado, a justificativa é que os deputados precisavam de dinheiro extra para renovar o guarda-roupa.

No Amazonas, um projeto de lei também tenta acabar com o auxílio. O deputado José Ricardo Wendling (PT), autor da proposta, disse que renunciou ao benefício.

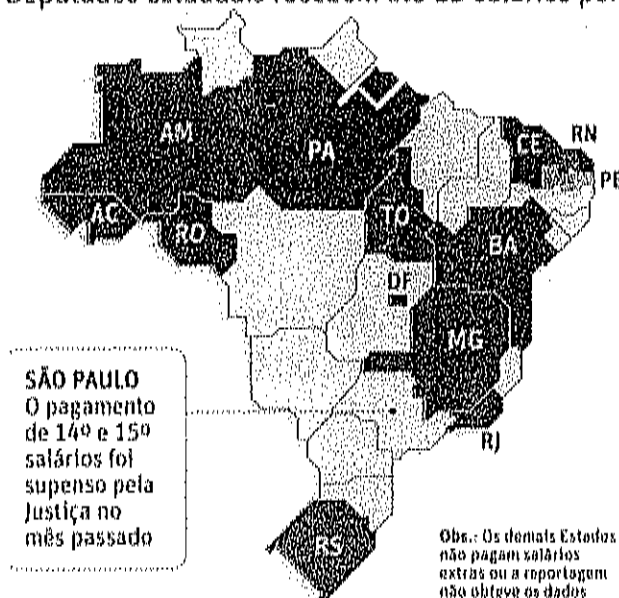
Na Câmara do DF, 10 dos 24 deputados também recusaram a ajuda de custo. "Abri mão porque acho uma incoerência", diz o presidente da Casa, Patrício (PT).

Segundo ele, a inspiração das Assembleias é a Câmara dos Deputados, que também paga 15 salários anuais para cada deputado federal, no valor de R\$ 26,7 mil cada um.

RENDA EXTRA NAS ASSEMBLEIAS

Deputados estaduais recebem até 15 salários por ano

Número de deputados



■ Pagam 15 salários

Minas Gerais	77
Rio de Janeiro	70
Bahia	63
Rio Grande do Sul	55
Ceará	46
Amazonas	24
Distrito Federal	24
Rondônia	24
Tocantins	24
Acre	24

■ Paga 14 salários

Pernambuco	49
------------	----

■ Pagam um salário extra a cada quatro anos

Pará	41
Rio Grande do Norte	24

FOLHA DE S. PAULO

Justiça do Rio absolve viúva de ganhador da Mega-Sena

Decisão não garante acesso à herança, estimada em R\$ 100 mi

Após cinco dias de julgamento, o Tribunal do Júri de Rio Bonito (RJ) absolveu na madrugada de ontem a ex-cabeleireira Adriana Ferreira de Almeida, 34, acusada de mandar matar o marido e ganhador da Mega-Sena, René Senna, 54, em 2007.

Segundo o advogado Marcus Rangoni, que representa a filha de Senna, a decisão não garante o acesso da viúva à herança, já que tramita na esfera cível ação que pede que ela seja considerada "indigna" de receber os bens.

Em testamento, o milionário destinou 50% da fortuna para a então companheira e 50% para a filha, Renata Almeida Senna. O valor total é estimado em R\$ 100 milhões.

O Ministério Público sustentou que Adriana planejou o assassinato de Senna quando descobriu que ele pretendia retirá-la do testamento.

Baseou-se principalmente no rastreamento de ligações telefônicas que indicavam que ela manteve contato com um dos executores do crime, o ex-PM Anderson Sousa.

Sousa e Ednei Gonçalves Pereira foram condenados, em julho de 2009, a 18 anos de prisão pelo assassinato de Senna e por furto qualificado.

A defesa insistiu em que não havia provas concretas contra a ex-cabeleireira. Foi a tese endossada pelos jurados.

Adriana deixou o fórum escoltada pela polícia. "Não havia provas contra ela", disse o advogado Jackson Costa.

A promotora Priscila Naegele se disse surpresa com resultado e prometeu recorrer.

Além de Adriana, foram absolvidos outros três acusados de participação no crime.

Senna foi executado em 7 de janeiro de 2007, dois anos após ganhar R\$ 51,8 milhões na Mega-Sena.

04 DEZ 2011

05 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Classificação indicativa

O Supremo Tribunal Federal caminha, ao que tudo indica, para diminuir a interferência do Estado na programação de rádio e TV.

Ào analisar a validade de um artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente que prevê multa e até suspensão temporária da veiculação para emissoras que infringam a determinação de horário específico para seus programas, 4 dos 11 ministros do STF manifestaram-se pelo fim da chamada classificação indicativa obrigatória.

O julgamento foi interrompido por pedido do ministro Joaquim Barbosa, que requisitou mais tempo para analisar a questão. Se o encaminhamento dado até aqui pela Corte prevalecer, a decisão representará uma vitória do princípio de liberdade de expressão, que o Supremo tem ajudado a sedimentar no país.

As emissoras continuarão obrigadas a anunciar aos espectadores e ouvintes a classificação etária para os programas que veiculam —se adequados para audiências de 12, 14, 16 ou 18 anos. No entanto não estarão mais sujeitas à anuência do Ministério da Justiça, que até aqui tem poder para exigir a reclassificação ou até impor sanções em casos de conteúdo considerado impróprio para o horário.

Para o relator da matéria, o mi-

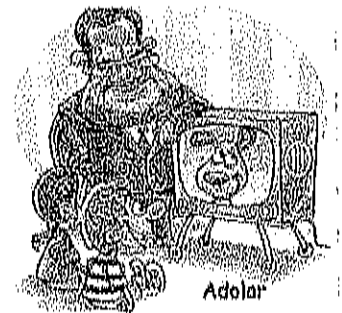
nistro José Antonio Dias Toffoli, não compete ao Estado "substituir os pais na decisão sobre o que podem ou não os filhos assistirem". O poder público passaria a exercer apenas uma espécie de pressão moral sobre os adultos, por meio da exigência de classificação indicativa, levando-os a refletir acerca da conveniência de deixar que os mais jovens assistam a este ou àquele programa.

São compreensíveis e justificadas, por outro lado, as preocupações sobre a exposição de crianças e adolescentes a determinados conteúdos, pois nem sempre os pais podem monitorar os filhos.

Cumprir, por exemplo, que a classificação indicativa, mantida no território abrangido pelo horário de Brasília, é com frequência desrespeitada em Estados cujo fuso fica em defasagem em relação ao da capital federal, uma vez que as emissoras resistem a adaptar sua grade nesses locais.

O caso exige, portanto, compromisso ético dos veículos. Se não desejam ser submetidos a interferências do Estado, precisam reforçar seus mecanismos de autorregulamentação de modo a estreitar os laços de confiança com o público —mesmo que para isso tenham de sacrificar interesses comerciais.

PAINEL



Corretivo Ao defender, no julgamento do STF sobre a classificação indicativa obrigatória de programas, que cabe apenas aos pais, e não ao Ministério da Justiça, definir o que as crianças podem assistir na TV, o ministro José Antonio Toffoli ganhou o apelido de "Supernanny".

05 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça lenta deve excluir ex-ministro do valerioduto

Mares Guia deve pedir prescrição dos crimes em 2012, quando fará 70 anos

Esquema de desvio de dinheiro veio a público em 2005; processo que começou em 2009 terá 2ª audiência amanhã

O ex-ministro Walfrido dos Mares Guia (PSB) deverá se beneficiar da lentidão da tramitação do processo do valerioduto tucano e se livrar da denúncia de peculato e lavagem de dinheiro.

Como o ex-ministro de Relações Institucionais do governo Lula fará 70 anos em novembro de 2012, seus advogados poderão pedir a prescrição dos crimes. Normalmente, esses crimes prescrevem em 16 anos, mas para quem atinge 70 anos o prazo cai pela metade.

O valerioduto tucano é um suposto esquema de desvio de recursos públicos e financiamento irregular de campanha eleitoral. Guia nega as acusações.

Amanhã, na 9ª Vara Criminal de Belo Horizonte, vai acontecer apenas a segunda audiência sobre caso ocorrido em 1998, que veio a público em 2005, foi denunciado em 2007 e só virou ação criminal no final de 2009.

Será uma audiência para começar a ouvir as testemunhas da defesa. A audiência

anterior, em fevereiro deste ano, foi para ouvir as testemunhas de acusação.

No processo que tramita na Justiça de Minas são 11 réus. No STF (Supremo Tribunal Federal) são mais duas ações contra o deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB) e o senador Clésio Andrade (PR), que têm foro privilegiado.

Todos os réus negam ter cometido os crimes denunciados pela Procuradoria-Geral da República. A Procuradoria alega que houve uso de patrocínios de estatais do governo em evento esportivo como justificativa formal para desviar recursos públicos.

A denúncia diz que os desvios foram para a campanha que tentou reeleger governador de Minas o hoje deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB). O operador desse esquema era o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, o mesmo do mensalão do PT.

Mares Guia era vice-governador na ocasião e coordenador da campanha. Clésio era candidato a vice-governador. Os dois, juntamente com Azeredo e Cláudio Mourão, o tesoureiro da campanha, foram denunciados como "arquitetos" do esquema.

O promotor João Medeiros, do Ministério Público de Minas Gerais, admite que o ex-ministro Mares Guia pode se beneficiar com a prescrição, pois considera bastante provável que as provas periciais levantadas pela Polícia Federal sejam ainda contestadas pelas defesas dos réus.

"É difícil ser concluído [em 11 meses], mas não é impossível. Mas muitas testemunhas ainda têm que ser ouvidas, pode ter testemunhas no exterior e tem as provas periciais, que são muitas, que podem ser contestadas."

Na ocasião da denúncia da Procuradoria-Geral, no fim de 2007, um réu já havia morrido e três, por terem mais de 70 anos, se beneficiaram do instituto da prescrição.

CONTINUA

05 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O VALERIODUTO TUCANO

Ex-ministro Walfrido Mares Guia deve se livrar de acusação



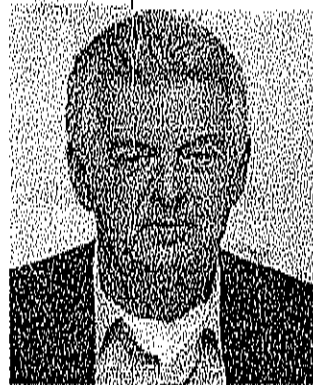
ESQUEMA

Investigação da PF aponta desvio de recursos de estatais mineiras e financiamento irregular da campanha do PSDB ao governo de Minas, em 1998. O hoje deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB) era o governador e tentava a reeleição. Foi derrotado



EMPRÉSTIMOS

Marcos Valério foi operador nos dois esquemas. Empréstimos fictícios obtidos pelas agências publicitárias de Valério tentaram legalizar os recursos desviados. A descoberta desse esquema se deu em 2005, durante as investigações do mensalão do PT. Todos os acusados negam as denúncias



ACUSAÇÃO CONTRA MARES GUIA

> Crime de peculato (crime praticado por servidor público contra a administração), pois ele era vice-governador de MG na época e coordenador de campanha de reeleição de Eduardo Azeredo. Walfrido Mares Guia nega as acusações

03 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

EM FAVOR DO PARANÁ

Uma janela de oportunidade para a criação do Tribunal do Regional Federal no Paraná e outros três tribunais está se abrindo na próxima semana. Mas, para que ela seja aproveitada com sucesso, será necessário um esforço concentrado dos governadores do Paraná, Amazonas, Bahia e Minas Gerais e das respectivas bancadas estaduais na Câmara dos Deputados. Juntos, eles precisarão convencer o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), a levar à votação a proposta de emenda à Constituição que cria novos Tribunais Regionais Federais (TRFs), a serem instalados nos quatro estados.

É Marco Maia quem tem o poder de colocar a PEC dos TRFs na pauta de votação da Câmara. Entretanto, há pedras no meio do caminho. Uma delas se refere à possibilidade de que Maia esteja sofrendo pressões para obstaculizar os novos tribunais. Nos bastidores, afirma-se que o presidente da Câmara estaria sendo pressionado por membros da magistratura gaúcha, que desejariam bairrar a implantação de novos TRFs por questões políticas. O receio seria o de que a instalação de uma corte federal em solo paranaense reduza a relevância do Tribunal Regional da 4ª. Região (TRF4), que atenderia somente o Rio Grande do Sul. Já o TRF que seria estabelecido em Curitiba ficaria encarregado de julgar as causas de segunda instância de processos que tramitam no Paraná, bem como em Santa Catarina e no Mato Grosso do Sul.

Independentemente dos obstáculos que possam ser levantados contra a PEC, sem uma atuação coordenada dos quatro governadores dos 130 deputados federais e dos 12 senadores eleitos pelos estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Paraná, corre-se o risco de o projeto não ir à votação na próxima semana. É bem conhecido o fato de que a pauta de votação do Congresso Nacional está condicionado à pressão conjunta exercida por congressistas e governadores na defesa de interesses comuns.

No Paraná, é justamente a desunião, os conflitos paroquiais e a timidez em unir esforços que podem atrapalhar uma articulação em favor da aprovação da PEC dos TRFs. As dificuldades políticas do estado em mobi-

lizar esforços em prol dos paranaenses são conhecidas há tempos e têm se refletido de forma recorrente na distribuição de recursos orçamentários da União.

Apesar das divergências políticas que membros dos diferentes partidos possam ter, neste momento seria apropriado que os representantes dos paranaenses concentrassem seus esforços para levar a PEC à votação. A criação do TRF no Paraná vai ao encontro dos anseios de descentralização da Justiça Federal, de ampliação do acesso do cidadão à Justiça de segunda instância e da redução do tempo de duração dos processos. Não se deve, portanto, deixar escapar a oportunidade que se oferece neste momento. Assim, espera-se que a vontade política dos representantes siga unida e que dela sobrevenha uma boa notícia.

A criação do TRF no Paraná vai ao encontro dos anseios de descentralização da Justiça Federal, de ampliação do acesso do cidadão à Justiça de segunda instância e da redução do tempo de duração dos processos

Justiça decreta intervenção em Oscips acusadas de desvio

Sandro M Oser

A Justiça Federal do Paraná decretou ontem a intervenção judicial em duas organizações sociais civis de interesse público (Oscips) com sede em Curitiba por suspeitas de irregularidades em contratos com o governo federal. A intervenção na Adesobras e na Ibidec, determinada pela 2.ª Vara Federal Criminal de Curitiba, vai durar seis meses. Durante esse prazo, as atividades das Oscips ficarão paralisadas.

Na mesma decisão, os dirigentes das instituições foram proibidos de constituírem novas Oscips ou organizações sociais (OSs) que recebam quaisquer valores do Poder Público, sob pena de prisão até o julgamento da ação penal. A decisão tem por base investigação da Polícia Federal (PF), da Controladoria-Geral da União e da Receita Federal que deflagraram, em abril, a Operação Dejá vu II.

Na época, a PF cumpriu 16 mandados de prisão contra suspeitos de desviar recursos públicos. Foram presos o libanês Robert Bedros Fermezlian e Lillan de Oliveira Lisboa — responsáveis pelas entidades que sofreram a intervenção judicial. Os dirigentes das duas Oscips foram denunciados por crimes de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro pelo Ministério Público Federal (MPF).

Segundo a denúncia, os acusados, dentre outros crimes, teriam desviado cerca de R\$ 18 milhões

por meio da simulação de despesas mediante a contratação de assessorias ou serviços de consultoria fictícios. Ao receber a denúncia, a Justiça Federal achou necessário decretar a intervenção judicial prevenir novos desvios de recursos públicos.

A sentença assegura, porém, a continuidade das atividades das Oscips na prestação de serviços públicos já em andamento, principalmente na área da saúde. O despacho abre a possibilidade de que as entidades públicas que contrataram as duas entidades possam assumir os serviços ou realizar licitações para contratar outras Oscip.

A reportagem procurou os diretores das entidades nos telefones de contato que constam no site das duas Oscips, porém a mesma secretária atendeu às ligações e respondeu que nenhum dos responsáveis estavam na sede e nem poderiam ser localizados.

Segundo a investigação da polícia, as duas entidades, Adesobras e Ibidec, são, de fato, uma única instituição e os dirigentes das associações vivem em regime de união estável. De acordo com a investigação da PF, a Adesobras teria sido criada para burlar sanções impostas à Ibidec, quando a entidade foi condenada em razão de irregularidades detectadas pelo Ministério Público no pagamento de taxas de administração por prefeituras do estado, em convênios firmados entre 2003 e 2005.

GAZETA DO POVO

ROSANA FÉLIX

Richa desconhece o diálogo

03 DEZ 2011

A gestão de Beto Richa (PSDB) gosta muito de dizer que o "diálogo é a marca deste governo", mas essa é só uma frase de efeito. Além de conversar de forma amistosa com outros governantes, como a presidente Dilma Rousseff e ministros, o tucano só se deu ao trabalho de falar diretamente com seus aliados, com empresários e concessionárias de pedágio. Faltou o mais importante: dialogar com o cidadão e com a sociedade civil organizada.

O tratamento dispensado pelo tucano à iniciativa privada foi muito melhor do que o praticado pelo antecessor, Roberto Requião (PMDB). E isso é ótimo, desde que o interesse público seja sempre o fio condutor dessas conversas.

O cidadão se mostra satisfeito com o governo, e Richa é bem avaliado pela população. Mas as pessoas nem sabem o motivo disso. Em uma pesquisa divulgada pela *Gazeta do Povo* em 12 de setembro, 63% não sabiam citar uma realização do governador. De lá para cá, uma das "realizações" que gerou mais repercussão — pelo menos entre os leitores deste jornal — foi o tarifação do Detran, que elevou em até 271% os valores das taxas pagas pelos motoristas.

O argumento para defender esse aumento foi que o dinheiro extra seria aplicado em segurança. Quem disse isso foram os deputados aliados, pois Richa não fala dos projetos em trâmite na Assembleia. Só os encaminha com pedido de urgência e age para que sejam votados o mais rápido possível.

Isso aconteceu com o projeto de tarifação do Detran. O governador encaminhou a mensagem no dia 31 de outubro. Em 7 de novembro o projeto foi aprovado. Nesta semana a oposição questionou o valor destinado à segurança pública em 2012. Não se sabe ao certo, pois o governo não fala a respeito.

TRAMITAÇÃO ACELERADA

Muitos estados têm leis de terceirização de serviços públicos. Mas as discussões levaram mais tempo do que no Paraná. Veja alguns exemplos:

Estado	Lei ou projeto	Início tramitação	Fim da tramitação	Dias
São Paulo	846/98	17/02/98	27/05/98	100
Bahia	7.027/97	13/12/96	23/01/97	42
Santa Catarina	12.929/04	26/08/03	29/01/04	157
Rio de Janeiro	767/11	16/08/11	13/09/11	29
Paraná	915/11	23/11/11	6/12/2011*	14

*Data estimada para votação no dia 5 e redação final no dia 6.

Organizações sociais

No dia 23 deste mês, o governo encaminhou à Assembleia outro projeto polêmico, que repassa a organizações não governamentais a gestão de alguns serviços públicos, como os de saúde, cultura, assistência social e esportes. Somente ficam de fora educação e segurança.

Este é um assunto bastante complexo. Para o fato de as ONGs estarem no meio de nove de cada dez escândalos políticos do país, a terceirização de serviços públicos precisa ser debatida com profundidade. Especialistas dizem que o repasse da gestão a organizações sociais (OSs) têm pontos positivos, mas os contratos precisam ser bem amarrados, para evitar desperdício do dinheiro público. A fiscalização também é peça-chave nesse modelo.

Apesar dessa complexidade, Richa não quer falar sobre o projeto. A tentativa foi de aprová-lo em tempo recorde, em seis dias. A oposição conseguiu evitar a votação na última terça-feira. Mas, certamente, o texto será aprovado pela ampla maioria que o governador tem na Casa.

Tudo bem que o governo se valha de sua base para aprovar os projetos de seu interesse. Mas é muita prepotência achar que o texto não poderia ser melhorado com sugestões colhidas em uma audiência pública, por exemplo. O Ministério Público, representantes de conselhos de cultura e saúde, entre tantos outros, poderiam dar contribuições valiosas.

Na verdade, Richa segue a mesma cartilha que qualquer governador. Quer pressa para resolver assuntos que possam causar repercussão negativa. No caso das OSs, entretanto, o tucano exagerou. A Assembleia do Rio de Janeiro aprovou uma lei semelhante em 13 de setembro. O texto foi encaminhado com regime de urgência, mas ficou em discussão por 29 dias. Houve muito tumulto e resistência de servidores, mas isso não foi desculpa para acelerar a tramitação. Em Santa Catarina, foram 157 dias de discussão em 2004.

Dialogar, segundo o dicionário, é trocar opiniões, "com alternância dos papéis de falante e ouvinte". Ou o governo para de falar que preza pelo diálogo ou, com humildade e grandeza, dá voz à sociedade.

Justiça manda fechar Wood's Bar por causa do barulho

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) determinou ontem o fechamento da casa noturna Wood's Bar, localizada no bairro Bacacheri, em Curitiba. A decisão é resultado de uma ação movida pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) em 2006, motivada pela poluição sonora produzida pelo estabelecimento e por frequentadores no entorno do bar.

A batalha judicial envolvendo a Wood's Bar se arrasta há cinco anos e já teve vários capítulos. A Justiça já havia determinado o fechamento da casa noturna, que recorreu das decisões. Segundo o promotor Sérgio Luiz Cordoní, a Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente havia entrado com um pedido de cumprimento provisório de sentença, solicitando que a decisão judicial fosse seguida.

Recursos

"Era para a Wood's estar fechada há muito tempo, desde a determinação do TJ-PR. A casa entrou com recursos, mas esses recursos não tinham força suficiente para evitar o fechamento", avaliou o promotor. "Sempre houve muita reclamação de perturbação de sossego alheio, de movimentação de veículos com som alto. A poluição sonora é tão evidente que houve sentença condenatória", complementou Cordoní.

Em nota encaminhada à imprensa, o Grupo Wood's informou que "em nenhum momento vai desobedecer qualquer determinação judicial". O comunicado acrescenta que o Wood's Bar não abrirá hoje e já não funcionou ontem. Os clientes que fizeram reservas de mesas e camarotes foram comunicados do fechamento pela própria casa. As outras casas noturnas do grupo funcionarão normalmente no fim de semana.

GAZETA DO POVO

03 DEZ 2011

CIDADANIA

Bairro Novo terá hoje ação cidadã

O Bairro Novo recebe, a partir das 10 horas de hoje e até amanhã, o Programa Paraná em Ação, promovido pelo governo do estado e pela prefeitura de Curitiba. Durante esses dois dias a população terá acesso a serviços gratuitos como emissão de carteira de identidade, CPF e carteira de trabalho, contagem de tempo de serviço para aposentadoria e benefícios sociais e inscrições em programas gratuitos do Governo do Estado. A Justiça Federal e a Defensoria Pública do Paraná também atenderão no local.

Haverá microchipagem de cães e gatos, doação de cães, oficinas, recreação, palestras, avaliação física, médica e nutricional, entre outros serviços gratuitos.

O programa acontece no Parque do Semeador, na Rua Desembargador Carlos Pinheiro Guimarães, s/n. São esperadas 15 mil pessoas no mutirão.

GAZETA DO POVO

EXTORSÃO

Conselho do MP determina afastamento de procurador

03 DEZ 2011

O procurador do Ministério Público do Paraná Dartagnan Cadilhe Abilhôa deverá ser afastado de suas funções. Ele foi julgado na quarta-feira pelo plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por corrupção passiva. Dartagnan, integrante do órgão especial do MP-PR, teria envolvimento direto na extorsão de US\$ 1 milhão de dólares do traficante internacional Lúcio Rueda Bustos, conhecido como "Mexicano" — um ex-integrante do Cartel de Juarez, organização criminosa do México. O crime aconteceu em maio de 2004 em Curitiba e envolveu diretamente os ex-policiais civis Ricardo Abilhôa, filho do procurador, e Carlos Eduardo Carneiro Garcia.

De acordo com o CNMP, Dartagnan havia sido absolvido pelo colégio de procuradores do MP-PR. O pedido de revisão da decisão foi submetido ao conselho pela corregedoria estadual do órgão. O afastamento foi determinado por unanimidade no plenário do CNMP. Ele deve ser colocado em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. O procurador ainda responde a um processo criminal por corrupção passiva.

O MP-PR relatou, na época, que "Mexicano" foi descoberto pelo procurador e levado à Promotoria de Investigação Criminal (PIC), atual Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Por ordem de Dartagnan, ele teria sido liberado em seguida sob a justificativa de ausência de antecedentes criminais. O procurador teria aceitado a promessa de vantagem indevida para retardar a investigação.

Outro caso

O investigador Ricardo Abilhôa, filho do procurador, também foi investigado por outro crime. Acompanhado dos investigadores Adilson Geraldo Salvador e Ney Prosdócimo, ele teria cometido um sequestro relâmpago no bairro Alto Boqueirão, em Curitiba, em março de 2004.

O Gaeco ofereceu denúncia à Justiça contra os três em fevereiro deste ano. O procurador, no entanto, teria interferido também neste caso. De acordo com documento encaminhado à Corregedoria do MP pela promotora Marla Blanchet, que denunciou os policiais, os investigadores teriam levado uma testemunha de defesa para ser ouvida. No entanto, quem tomou o depoimento da suposta testemunha foi a promotora Cláudia Cristina Rodrigues, ligada a Dartagnan. "Há sérios indicativos de irregularidade", informa o documento.

O MP-PR informou que cumprirá a determinação do CNMP assim que for notificado oficialmente. A reportagem tentou contato com o procurador por telefone, mas ele não respondeu as ligações. (DR)



Dartagnan Cadilhe Abilhôa deve ser afastado do Ministério Público do Paraná.

GAZETA DO POVO

ORTIGUEIRA

03 DEZ 2011

Personagem emblemático
da CPI do Narcotráfico volta
à cena acusado de agressão

11 ANOS DEPOIS

Caboclinho volta à cena sob acusação de agressão

Preso durante a CPI do
Narcotráfico em 2000,
Joarez França da
Costa vive hoje no
interior do estado,
onde teria se envolvido
em brigas e ameaças

ORTIGUEIRA

Diego Ribeiro e Jonathan Campos

Personagem conhecido da crônica policial do Paraná, Joarez da França Costa, o Caboclinho, voltou a ser alvo de polêmica, desta vez na cidade de Ortigueira, na Região Central. Muitos moradores dizem sentir medo da presença dele no município e relatam casos de brigas e ameaças supostamente protagonizadas por Caboclinho.

Costa foi preso durante a CPI do Narcotráfico há 11 anos por suspeita de participar de uma quadrilha de roubo de carros, mas o caso foi arquivado por falta de provas. Na mesma época, foi condenado a 17 anos de prisão pela morte de Jesael Cubas, ocorrida em 1999. Ele cumpriu cinco anos da pena em regime fechado e depois deixou a prisão. Ainda hoje a defesa dele recorre no

Superior Tribunal de Justiça contra essa sentença. Costa também é acusado por receptação em Maringá, no Noroeste do estado, onde tinha uma loja de autopeças, e por um duplo homicídio em Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba. Os dois casos ainda estão em fase de instrução na Justiça.

Natural de Ortigueira, Caboclinho hoje é empresário do ramo de madeira — tem uma área arrendada para reflorestamento — e pai do presidente da Câmara Municipal da cidade, Rafael Costa (PTN). De acordo com os relatos de moradores, Caboclinho já teria até espancado algumas pessoas. "Ele e os capangas comandam a cidade. Eu estava em um bar quando houve uma discussão política. Ele quebrou todos os vidros do meu carro e bateu na minha cabeça", afirmou João.

Outra moradora contou sobre um parente que também teria apanhado, mas acabou cedendo à pressão e virado até cabo eleitoral do filho do Caboclinho por receio. "Ele [Caboclinho] é o nosso maior problema aqui na cidade", disse Joana. Já Pedro afirmou sentir medo só de ouvir o nome de Caboclinho. "Se eu falasse alguma coisa isso acabaria comigo."

Influência

Segundo os relatos, o empresário é uma figura influente na cidade. "O prefeito [Geraldo Magela] come na mão dele", disse João. Na última demonstração de força, Caboclinho teria sido responsável pela saída de Ortigueira de outra figura conhecida no estado: o ex-deputado estadual e delegado de polícia Mário Sérgio Bradock Zacheski. Coincidentemente, Bradock foi o delegado que conduziu a investigação do "cemitério de motores" — uma área onde foram encontrados diversos motores de veículos desmanchados em Rio Branco do Sul, durante a época da CPI.

Em meio aos relatos de agressão, uma declaração chamou a atenção da reportagem. Ao chegar na casa de outro homem que teria sido agredido por Caboclinho, a recepção veio com a desconfiança natural de quem não conhece o forasteiro em uma cidade tipicamente interiorana. "O que você quer?", perguntou a esposa da vítima pela janela de casa. Quando esclarecido o assunto da entrevista, a resposta foi de bate-pronto.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

"Meu marido não fala sobre isso. Ele já apanhou muito", explicou.

Apesar das histórias, na delegacia da cidade não há nenhuma queixa contra Caboclinho. Já o Ministério Público de Ortigueira disse ter recebido várias pessoas que contaram sobre os casos, mas nenhuma delas quis oficializar as denúncias, possivelmente por medo.

"Não tenho encrenca com ninguém. Se eu agredi alguém deve ter algum procedimento na delegacia. Mas que eu saiba não tem nada disso lá."

Joarez da França Costa, o Caboclinho, empresário em Ortigueira.

"Nunca agredi ninguém", se defende Joarez Costa

Joarez da França Costa afirmou que jamais entrou em qualquer briga em Ortigueira. Ele recebeu a Gazeta do Povo no escritório de seu advogado, no bairro Ahú, em Curitiba. "Nunca agredi ninguém. Não tenho encrenca com ninguém. Se eu agredi alguém deve ter algum procedimento na delegacia. Mas que eu saiba não tem nada disso lá", rebateu.

De acordo com ele, há pessoas que não gostam de sua família em razão da política local. "Porque meu filho é presidente da Câmara, eleito com votação expressiva. Tem a possibilidade de ele ser candidato a prefeito", explicou. Caboclinho disse que atende as pessoas, principalmente as "mais humildes", para seu filho. "É tudo isso faz a gente ganhar antipatia da oposição. Agora, não tenho nenhum problema. Minha vida é cuidar da minha família", relatou.

Sobre as acusações de Mário Sérgio Bradock, ele se defendeu dizendo que o delegado não para em lugar algum. "O Bradock chega nas cidades e quer ser o delegado, o prefeito, o presidente da Câmara e até o padre. É ele que tem

que explicar porque não fica em lugar nenhum no Paraná. Será que todo mundo implica com ele?" De acordo com Caboclinho, o seu filho Rafael Costa, presidente da Câmara, foi arrolado como testemunha no procedimento da Corregedoria que apura a atuação de Bradock em Ortigueira. "Ele achou que eu estava no meio, mas não tenho nada a ver com isso."

Ex-amigos

Segundo o empresário, Bradock foi amigo dele durante 18 anos. Disse que o delegado chegou a levar a sogra, duas cunhadas e dois filhos para morar dentro da delegacia. Caboclinho ressaltou que ajudou o delegado a se instalar na cidade, mas rompeu relações com ele após supostas arbitrariedades cometidas pelo policial. Ele afirmou que seu cunhado emprestou uma caminhonete para o delegado, que não queria devolver. "Não cheguei a fazer denúncia disso. Mas pode mandar para Corregedoria que eu vou até lá". Ele ainda desmentiu ter qualquer influência sobre o prefeito Geraldo Magela. (DR e JC)

OPINIÕES

Filho e prefeito saem em defesa

Por e-mail, o filho de Joarez Costa e presidente da Câmara Municipal de Ortigueira, Rafael Costa (PTN), afirmou desconhecer qualquer caso de agressão envolvendo seu pai. Ele ressaltou ainda que tem a vida pautada em favor da população da cidade. "Talvez, minha atuação, até o momento sem máculas, desagrade adversários políticos", afirmou.

Segundo a nota, o vereador não conhece os motivos da saída do delegado Mário Sérgio Bradock, mas diz que o policial "usou covardemente" os antecedentes criminais de seus pais para arranhar a sua imagem política. O parlamentar ainda enfatizou que o prefeito Geraldo

Magela (PSDB) não se envolve nos assuntos da Câmara e nem os vereadores na pauta da prefeitura.

Prefeito

Já Magela desmente sofrer qualquer influência de Caboclinho. "Quando ele vai à prefeitura, eu o atendo como qualquer outro. Ele sempre me tratou com muito respeito", afirmou. Segundo o prefeito, Caboclinho tinha propriedades na região quando voltou à cidade e nunca lhe fez qualquer pressão ou foi agressivo. "Além disso, o filho dele é presidente da Câmara. Foi o segundo vereador mais votado", acrescentou. (DR e JC)

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

03 DEZ 2011

TRANSFERÊNCIA

Delegado afastado afirma ter sido vítima de represálias

O delegado Mário Sérgio Bradock Zacheski não é mais o titular da Delegacia de Ortigueira desde o começo do mês passado. Foi transferido para o município de Reserva, a 63 quilômetros de Ortigueira. Bradock alega que sua saída foi consequência da pressão exercida por Joarez da França Costa, o Caboclinho, e de um político influente da região de Imbaú, cidade vizinha a Ortigueira. Bradock trabalhava na cidade desde fevereiro deste ano.

Apesar de a Polícia Civil informar que a transferência do delegado se deve a uma readequação técnica, a portaria que o transfere deixa claro o motivo: a instauração de um procedimento preliminar na Corregedoria contra o delegado. Bradock nunca foi discreto. Ele conseguiu que sua sogra e sua esposa, que são funcionárias em cargo de comissão da prefeitura de Ortigueira, fossem transferidas para a delegacia, onde acabaram morando com o policial. As duas faziam o trabalho de carceragem. Além disso, construiu mais celas na delegacia em um prédio anexo.

"Não tenho funcionário. Faz vinte anos que eu construo aonde eu vou, com a comunidade ajudando, nunca nada vem do [governo do] estado. A prefeitura ajudou. A mão de obra foi dos presos. Já aproveita para fazer o papel de ressocialização", defende-se o delegado.

Suspeita

Segundo ele, a transferência foi motivada pela investigação de um assassinato em Imbaú, município vizinho a Ortigueira, neste ano. A investigação envolvia um político daquela cidade. "Estou investigando essa morte. Tenho liberdade para investigar. Só que não era apenas eu que estava investigando. O serviço reservado da Polícia Militar de Telêmaco Borba também estava", explicou.

Para Bradock, sua transferência também ocorreu em razão de uma suposta concorrência nas próximas eleições municipais. O delegado pretendia sair candidato à prefeitura de Ortigueira, condição também postulada pelo filho de Caboclinho. "De cada dez pessoas em Ortigueira, nove estão comigo. Surgiu a oportunidade de eu ser candidato a prefeito. Mas esse cidadão [Caboclinho] quer a prefeitura pra ele. Então, foram na Corregedoria, eu não sou candidato e paro de investigar", alegou. (DR e JC)

03 DEZ 2011

JULGAMENTO

GAZETA DO POVO

Promotora acusa viúva de matar por dinheiro

Júri dos acusados pela morte do lavrador e ganhador da Mega-Sena Renné Senna, em 2007, entra no quinto dia no Rio de Janeiro

No quinto dia do julgamento de Adriana Ferreira de Almeida, acusada de mandar matar o marido — o lavrador e ganhador da Mega-Sena Renné Senna —, a Promotoria acusou a viúva de planejar o crime após ouvi-lo dizer à filha, em novembro de 2006, que iria tirar a mulher do seu testamento e de sua conta-corrente.

O julgamento de Adriana começou ontem no Tribunal do Júri de Rio Bonito, a 72 quilômetros do Rio de Janeiro. Ontem começaram os debates entre acusação e defesa, que devem durar cerca de nove horas. Segundo a promotora Priscilla Naegelle, no mesmo mês, Adriana voltou a falar com o executor do crime, apontado como sendo o ex-PM Anderson Sousa para acelerar o assassinato.

A promotora também pediu a absolvição dos policiais militares Marco Antônio Vicente e Ronaldo Amaral, o China, acusados de envolvimento do crime, por falta de provas. Eles trabalhavam como seguranças na fazenda de Senna.

Segundo ela, a única prova registrada nos autos contra Amaral é de que ele teria uma moto parecida com a usada no crime. Contra Vicente, a acusação é de que ele teria ajudado a esconder a moto do colega, informação que foi recebida através de denúncia anônima e que, segundo a promotora, não é comprovável.

A outra ré no processo, Janaína Silva de Oliveira, amiga de Adriana acusada de intermediar o contato entre a viúva e Anderson Sousa, também teve a absolvição recomendada pela Promotoria, por falta de provas.

Anteontem, a viúva foi interrogada por aproximadamente cinco horas e disse que a filha de Senna tinha interesse na morte do pai.

Adriana afirmou à Justiça que é inocente. "Não tenho culpa de nada", disse. A acusada contou que tinha um bom relacionamento com Senna, que conheceu ainda antes de ficar milionário.

O caso

Senna foi morto em 2007, dois anos após ganhar R\$ 51,8 milhões na Mega-Sena. A viúva teria se aliado a uma amiga e a quatro ex-seguranças do milionário para cometer o crime. Deficiente físico — Senna teve as duas pernas amputadas por causa da diabetes —, o ex-lavrador foi morto com quatro tiros na cabeça em um bar em Rio Bonito.

Desde a morte de Senna, a cabeleireira trava uma batalha judicial com Renata Almeida Senna, única filha do milionário, pelos bens deixados pelo ex-lavrador. O pedido de reconhecimento de união estável foi feito pela própria acusada.

ALEXANDRE COUTINHO PAGLIARINI

Inconstitucionalidades no pagamento de salários

Na relação laboral, o trabalhador sempre se encontra em desvantagem e não foi por outra razão que foi criada uma Justiça do Trabalho: para tornar mais simétrica a relação entre empregador e empregado

Os empregados não são obrigados a receber o salário pelo banco parceiro da empresa na qual trabalham. Para ilustrar o que quero relatar e concluir, contarei uma pequena história: "João dos Santos sempre foi correntista do banco X. Por ter sido bom cliente deste banco, João gozava de taxas de juros privilegiadas, além de outras prerrogativas que ele dificilmente conseguiria num novo banco pela abertura de uma nova conta. De repente, João recebeu um comunicado de seu gerente de RH relatando que o seu salário passaria a ser depositado diretamente na conta número tal do banco Y (um outro banco). A nova conta no novo banco já estava aberta, sem que João tivesse sido consultado. O banco Y já era detentor de todas as informações de João".

Vários dispositivos constitucionais são desrespeitados nessa prática corrente entre empresas e bancos. As inconstitucionalidades são: a) quando o caput do art. 5.º da Carta de 1988 menciona a palavra liberdade, dá-lhe a significação não só de liberdade de locomoção, mas também de escolha; b) ninguém é obrigado a receber salários pelo banco escolhido pelo patrão. Isso decorre do inciso II do mesmo art. 5.º, que reza: "Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei"; c) a empresa que contrata um banco porque este lhe propicia vantagens não pode passar ao banco contratado as informações de seus empregados. Isso configura quebra de sigilos bancário e fiscal porque "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação" (art. 5.º); d) o ato de abrir contas em bancos pode ser comparado ao ato da associação. Sobre a liberdade de associação, diz a Constituição (art. 5.º): "XVII — é plena a liberdade de associação (...)" e "XX — ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado"; e)

a relação entre bancos e clientes é de consumo, e "XXXII — o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor" (art. 5.º, CF/88). Por isso, na relação laboral, o trabalhador sempre se encontra em desvantagem e não foi por outra razão que foi criada uma Justiça do Trabalho: para tornar mais simétrica a relação entre empregador e empregado.

Essa prática, de as empresas obrigarem os seus empregados a receber os seus salários por intermédio dos bancos que atendem aos interesses das empresas, e não aos dos trabalhadores, causa mais um fator de desigualdade a relegar quem trabalha a segundo plano; f) o salário tem caráter alimentar, não sendo passível de qualquer meio de restrição haja vista que fere princípio constitucional, calcificado de forma irrefutável pelo corolário jurisprudencial pátrio. Daí porque forçar o empregado a receber pelo banco Y equivale à penhora provisória e o salário não é passível de penhora. E não há que se dizer, pelos empresários, que os empregados podem requerer a portabilidade para o banco de origem (da escolha deles). Ora, se o salário é meu e se é com ele que eu sustento a minha família, tenho o direito de não querer que ele seja depositado em banco que não seja o apontado por mim.

A medida contra a prática que vem sendo tomada pelas empresas em obrigar os seus trabalhadores a receber pelo "parceiro" banco "empresarial" se encontra expressa no art. 5.º, inciso LXIX, da Constituição: "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público". É de se lembrar que os empregados que se sentem prejudicados por essas condutas poderão, com base no art. 5.º, inciso X, da CF/88 requerer judicialmente, por meio de ações ordinárias de indenização, os valores que tiveram surrupiados nas transações bancárias encabeçadas pelos bancos parceiros de seus patrões, além de terem direito a indenização moral.

Alexandre Coutinho Pagliarini, advogado e pós-doutor pela Universidade de Lisboa, doutor e mestre pela PUCSP, é professor Titular da UNIT (Aracaju/SE), professor Titular da FITE (Maceió/AL) e professor Visitante na Universidade de Lisboa.

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

As taxas do 03 DEZ 2011 nosso Detran (4)

Na mais singela das definições, taxa corresponde à remuneração exata de um serviço público específico e divisível, jamais a exploração do poder público por um serviço prestado ao súdito

Vimos, nas colunas anteriores, os principais aspectos técnicos e jurídicos da espécie tributária denominada taxa. Os comentários estão baseados em sólidas lições da mais autorizada doutrina. E demonstram, de forma cristalina, a total improcedência do tarifação anunciado pelo governo paranaense em relação às "taxas" do Detran.

Basta ver que, na mais singela das definições, esse tributo corresponde à remuneração exata de um serviço público específico e divisível, jamais a exploração do poder público por um serviço prestado ao súdito. O pior: essa exploração encontra-se "justificada" pelo governo como necessária à cobertura de outro serviço estatal (no caso, segurança pública, que não é divisível) para o qual, nós, míseros e indefesos súditos, já pagamos

pesados impostos.

Em prosseguimento aos comentários iniciados no mês passado, a partir de agora o assunto será visto à luz da jurisprudência, isto é, de acordo com a posição dominante dos nossos tribunais superiores. Começemos com esta lapidar decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 948, em que foi relator o ministro Francisco Rezek:

"Sobre o tema da natureza jurídica dessa exação, o Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência no sentido de se tratar de tributo da espécie taxa (Representação 1.077). Ela resulta da prestação de serviço público específico e divisível, cuja base de cálculo é o valor da atividade estatal deferida diretamente ao contribuinte. A taxa judiciária deve, pois, ser proporcional ao custo da atividade do estado a que se vincula. E há de ter um limite, sob pena de inviabilizar, à vista do valor cobrado, o acesso de muitos à Justiça. Ação direta julgada parcialmente procedente, para declarar a inconstitucionalidade dos §§ 2.º e 5.º do artigo 114 do Código Tributário de Goiás."

Auxílio-saúde de juízes

JUDICIÁRIO **é contestado pelo MP**

MP questiona
auxílio-saúde
para a Justiça
Ministério Público

avalia possibilidade
de entrar na Justiça
para barrar o benefício
aprovado no mês

passado na Assembleia
Sandro Moser

O Ministério Público do Paraná (MP) avalia a possibilidade de contestar na Justiça a lei que criou um auxílio-saúde para juízes, desembargadores e servidores ativos e inativos do Poder Judiciário estadual, além de seus dependentes. O MP considera ilegal a legislação, aprovada no mês passado na Assembleia. Em nota divulgada na sexta-feira, o procurador-geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, chefe do MP, diz que solicitou ao presidente da Assembleia Legislativa, o envio de cópia do projeto de lei para "análise e adoção das medidas legais cabíveis". O auxílio, que terá um limite de despesas variável por servidor, será pago a quem apresentar despesas realizadas com planos de saúde privados.

Na semana que passou, Olympio e o promotor da Procuradoria de Proteção à Saúde Pública de Curitiba, Marco Antonio Teixeira, já haviam enviado um ofício ao governador Beto Richa (PSDB) solicitando que ele vetasse o projeto de

lei. No entanto, a lei foi sancionada e publicada no Diário Oficial na última terça-feira.

No ofício, o MP explica que, além de considerar o benefício ilegal, o próprio Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) já havia negado um pedido de auxílio semelhante aos servidores municipais de Cascavel.

O Ministério Público ainda alertou o governador de que a sanção do auxílio-saúde abriria precedente para que outras categorias de servidores públicos reivindicassem o benefício com base no princípio constitucional da isonomia (igualdade entre os funcionários de vários órgãos). Para o MP, isso aumentaria o risco de "oneração excessiva aos cofres públicos estaduais".

Para o MP, o auxílio-saúde da Justiça estadual fere a garantia constitucional de igualdade, ao conceder tratamento privilegiado "a uma determinada categoria de servidores públicos na prestação serviços de saúde, em detrimento de todos os demais cidadãos". Também alega que foi violado o princípio da unicidade já que a Constituição Federal criou o Sistema Único de Saúde (SUS) para atender a todos os cidadãos e poderes.

De acordo com Zilmar Fachin, membro da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da OAB, o benefício é inconstitucional. "Estão criando um atendimento especial para um segmento de servidores e nada justifica que um segmento de servidores

tenham acesso a um melhor atendimento de saúde", afirma.

Juízes reagem

Integrantes do Poder Judiciário contestaram o entendimento do MP e defenderam o benefício. O presidente do TJ-PR, Miguel Kfoury Neto, diz que respeita a manifestação do Ministério Público, mas afirmou que "discorda visceralmente" da tese de inconstitucionalidade do auxílio. "Vejo com muita tristeza. É levar longe de mais o princípio da igualdade", diz Kfoury.

Ele afirma que a lei é importante para manter qualidade de vida, a saúde física e mental dos servidores e magistrados e que todos os tribunais superiores pagam auxílio equivalente. "Criou-se o auxílio porque o Sistema de Saúde não atende de forma satisfatória. O dia que for de excelente qualidade não vai precisar pagar nada". Ele diz ainda que a decisão a respeito dos servidores de Cascavel foi tomada em um "outro contexto".

O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Gil Guerra, afirma é preciso "tratar situações diferentes com as diferenças que elas tem". Segundo Guerra, a magistratura estadual tem recebido assistência à saúde de forma precária desde a extinção Instituto de Previdência do Estado (IPE), em 1998. "Respeito a decisão do MP, mas acho ele deveria verificar como anda a atuação do estado, que tem obrigação constitucional de prover assistência a saúde de seus servidores mas não presta."

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

04 DEZ 2011

Olympio Sot to Maior,
procurador-geral de Justiça:
pedido para que o governador
Beto Richa vetasse o projeto
não foi acatado; auxílio-saúde
já virou lei.



DESPESAS MÉDICAS

10 mil terão direito ao benefício, que custará R\$ 26 milhões em 2012

A Lei n.º 16.954, que cria o auxílio-saúde para os servidores do Poder Judiciário do Paraná, diz que assistência médica dos magistrados e servidores efetivos do Tribunal de Justiça (TJ-PR), ativos ou inativos, pode ser prestada por meio de ressarcimento do total gasto pelos servidores e seus dependentes com planos de saúde ou seguro privado. O auxílio é considerado indeniza-

tório e, portanto, não é computado como salário do servidor. Os valores de ressarcimento variam de acordo com a faixa etária do servidor, em uma medida a ser estabelecida por um decreto do presidente do TJ. O benefício deve atingir cerca de 10 mil servidores e dependentes e o custo anual previsto na Lei Orçamentária Anual de 2012 é de R\$ 26 milhões. **(SM)**.

04 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

CONCILIAÇÕES

Reconhecidamente, a Justiça brasileira apresenta algumas deficiências estruturais como um quadro insuficiente de juízes e uma legislação que permite um sem-número de recursos. O resultado dessa combinação de problemas acaba se refletindo na excessiva demora para a decisão final dos processos, prejudicando diretamente os litigantes. Um caminho que vem sendo tentado com sucesso para pelo menos amenizar essa situação crônica é o das audiências de conciliação, que permitem acelerar o trâmite processual e evitar a proliferação costumeira de recursos. A propósito, na sexta-feira foi encerrada a Semana Nacional da Conciliação, que somente na Justiça do Trabalho do Paraná conseguiu homologar 744 acordos apenas nos três primeiros dias de trabalho. A iniciativa que partiu do Conselho Nacional de Justiça deve ser enaltecida pelos resultados práticos alcançados, permitindo colocar um paralelo em processos que vinham se arrastando há tempo. Aliás, é propósito do CNJ ampliar a sua prática de modo a torná-la mais conhecida da população brasileira pelas vantagens que pode apresentar em algumas situações.

NOTA POLÍTICA

Decola?

O deputado Tadeu Veneri (PT) deve entrar com um mandado de segurança na Justiça nesta segunda-feira para evitar a realização da licitação para a compra de um avião pela Companhia de Energia (Copel). O modelo descrito no edital, diz o petista, é muito específico e acaba por afastar a possibilidade de mais empresas participarem da disputa. A estatal anunciou que está disposta a pagar R\$ 15,9 milhões por uma aeronave com oito lugares.

NOTA POLÍTICA

Nada disso

A Justiça mandou cortar o reajuste de 11,79% que os vereadores de Guaratuba tinham concedido a eles mesmos em 19 de outubro. Segundo o presidente da Câmara Municipal, o aumento seria apenas uma reposição da inflação de março de 2010 e março de 2011, algo considerado legal, segundo ele. O Ministério Público do Paraná não entendeu assim e entrou com a ação. O MP alega que o reajuste contraria a Constituição Federal, que determina que o aumento deva ser decidido pelo Legislativo do exercício anterior por meio de uma lei municipal.

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Falta de provas livra

“Viúva da Mega”

04 DEZ 2011

■Após cinco dias de julgamento, Adriana Perreira de Almeida, acusada de mandar matar o marido — o lavrador e ganhador da Mega-Sena Renné Senna —, foi absolvida pela Justiça no início desta madrugada. A sentença foi lida pela juíza Roberta dos Santos Braga Costa, no Tribunal do Júri de Rio Bonito (72 km do Rio).

A Justiça também absolveu os policiais militares Marco Antônio Vicente e Ronaldo Amaral, o China, por falta de provas. Eles trabalhavam como seguranças na fazenda de Senna.

Segundo a Justiça, a única prova registrada nos autos contra Ronaldo Amaral é de que ele teria uma moto parecida com a usada no crime. Contra Vicente, a acusação é de que ele teria ajudado a esconder a moto do colega, informação que foi recebida através de denúncia anônima e que, segundo a promotora, não era comprovável.

A outra ré no processo, Janaina Silva de Oliveira, amiga de Adriana acusada de intermediar o contato entre a viúva e Anderson Sousa, também foi absolvida.

Adriana, que chorou ao ouvir a sentença e não quis dar declarações à imprensa, deixou o Tribunal escoltada pela polícia.

Com a absolvição, Adriana terá direito a 50% da herança do milionário, estimada pelo juiz da 1.ª Vara Cível de Rio Bonito, Marcelo Espíndola, em R\$ 100 milhões. A promotora Priscila Naegele afirmou que pretende recorrer da sentença “o mais rápido possível”.

Durante a sustentação, a defesa repetiu inúmeras vezes que não havia provas contra Adriana. O advogado disse que apenas a

interceptação telefônica não era suficiente para acusar a viúva.

Já a Promotoria estabeleceu uma cronologia dos fatos para acusar a ré.

Durante a sustentação, a Promotoria havia pedido a condenação de Adriana por homicídio triplamente qualificado: por motivo torpe, impossibilidade de defesa e promessa de recompensa. Anteontem, a viúva foi interrogada por aproximadamente cinco horas e chegou a dizer que a filha de Senna tinha interesse na morte do pai.

Morte

Senna foi morto em 2007, dois anos após ganhar R\$ 51,8 milhões na Mega-Sena. A viúva teria se aliado a uma amiga e a quatro ex-seguranças do milionário para cometer o crime.

Deficiente físico — Senna teve as duas pernas amputadas por causa da diabetes —, o ex-lavrador foi morto com quatro tiros na cabeça em um bar em Rio Bonito. Adriana Almeida é apontada como a mandante do crime.

O ex-PM Anderson Sousa e o funcionário público Ednei Gonçalves Perelra, acusados de serem os autores dos disparos, foram condenados, em julho de 2009, a 18 anos de prisão pelo assassinato de Senna e pelo crime de furto qualificado.

Em junho o juiz Marcelo Chaves Espíndola, da comarca de Rio Bonito, julgou improcedente o pedido de reconhecimento de união estável entre Almeida e Senna.

Desde a morte de Renné, a cabeleireira trava uma batalha judicial com Renata Almeida Senna, única filha do milionário, pelos bens deixados pelo ex-lavrador. O pedido de reconhecimento de união estável foi feito pela própria acusada.

04 DEZ 2011

INFÂNCIA GAZETA DO POVO

Cai o número de crianças nas ruas

Nos nove primeiros meses de 2011, os chamados ao 156 da prefeitura de Curitiba pedindo o resgate de meninos e meninas caíram 22%

Paola Carriel

Dados da prefeitura municipal de Curitiba mostram que o número de crianças e adolescentes vivendo nas ruas da capital está diminuindo. Entre 2010 e 2011, a quantidade de chamados ao serviço 156 pedindo o resgate de meninos e meninas em vias públicas passou de 763 para 592, uma queda de 22%. Os números se referem aos nove primeiros meses de cada ano. Em 2010, o município iniciou um trabalho de reestruturação do programa Criança Quer Futuro, fortalecendo o trabalho em rede, o que pode ser uma das explicações para a redução.

O fenômeno das crianças em situação de rua é complexo e, na maior parte dos casos, multifatorial. Meninos e meninas fogem de casa em função da violência doméstica, do uso de drogas — e quase sempre a pobreza é o pano de fundo. Por isso o atendimento dessa população é desafiador e exige políticas públicas integradas em diversos setores, como saúde, educação e geração de renda.

Em Curitiba, o principal programa na área é o Criança Quer Futuro. Funcionários fazem abordagens com os meninos e as meninas nas ruas para levá-los a um espaço de convivência no

bairro Rebouças. Lá eles recebem os primeiros atendimentos e a equipe aciona uma rede de conselheiros tutelares e profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) para a identificação dos familiares.

Com a criação de equipamentos sociais como o Cras, o atendimento à população vulnerável se tornou mais eficaz. Houve o entendimento de que não adiantava tirar a criança da rua se o contexto familiar não for alvo de políticas públicas. Quando há impossibilidade de retorno para os pais, os garotos e garotas resgatados em Curitiba são encaminhados para o acolhimento institucional em organizações não governamentais parceiras do município.

Esse trabalho em rede permite que, por exemplo, os pais recebam atendimento para tratar a dependência química ou sejam encaminhados para programas de habitação social e geração de renda. Houve também a criação da "Rede Solidária do Morador de Rua", em que cada secretaria municipal oferece um tipo de serviço para essa população.

Serviços

Coordenadora do Resgate Social de Curitiba, Luciana Kusman explica que o espaço do Criança Quer Futuro abriga um centro de convivência e uma casa de passagem, onde os meninos dormem até que a situação seja resolvida. As meninas são atendidas em outro local, por meio de um convênio com uma ONG. Enquanto estão lá, as crianças e os adolescentes têm oficinas e atividades, como karatê, prática de esportes e informática.

O número de pessoas atendidas varia diariamente. Embora a capacidade do local seja de até 40 vagas, o recorde de 2011 foi 27. Na última terça-feira havia

apenas quatro garotos no local. Há uma equipe de 24 educadores que se revezam no trabalho.

Quando os garotos precisam de atendimento médico, recebem prioridade em uma unidade de saúde instalada dentro da sede da Fundação de Ação Social, no centro de Curitiba. Há ainda um Centro de Atenção Psicossocial (Caps) e o ambulatório Cara Limpa, para o tratamento de dependência química entre jovens. "Nosso maior desafio é conseguir que a população compreenda que precisamos da ajuda de todos para avançar", diz Sueli Cortiano, gestora do Criança Quer Futuro.

PROTEÇÃO

Veja o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente em relação aos direitos dos meninos e meninas brasileiros:

Artigo 49 - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Artigo 50 - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

GONTINUA

GAZETA DO POVO

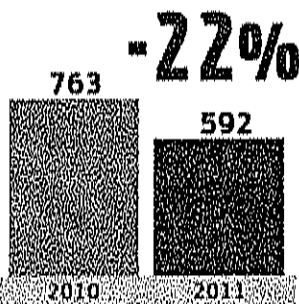
REDUÇÃO

CONTINUAÇÃO

04 DEZ 2011

O maior número de chamadas a respeito de crianças para o 156 relaciona-se a meninos e meninas pedintes.

CHAMADAS FEITAS SOBRE CRIANÇAS*



* de janeiro a setembro de cada ano

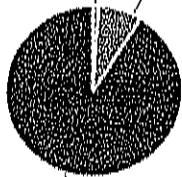
MOTIVO DAS CHAMADAS

Condição de indigência e pedido de esmola	134
Perdida/desorientada	124
Dormindo/calças nas ruas	92
Uso de álcool e drogas	75
Atividades informais	34
Pedinte semáforo	30
Vítima de exploração sexual	5

PERFIL DAS CRIANÇAS ATENDIDAS PELO "CRIANÇA QUER FUTURO"

Idade

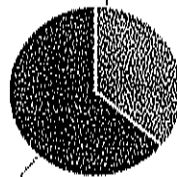
0 a 6 anos 1%
7 a 11 anos 8%



12 a 17 anos 91%

Substâncias psicoativas

Não usam 36%



Usam 64%

Procedência

RMC 24%
Outros 7%



Curitiba 69%

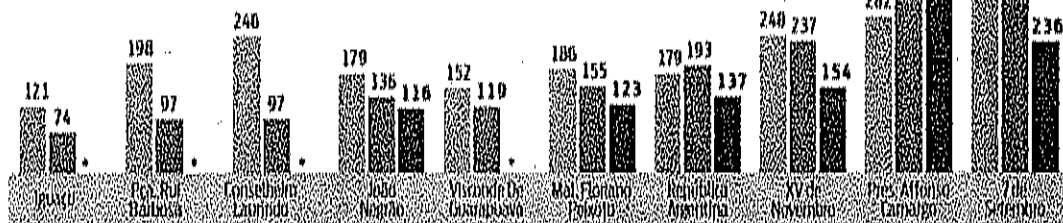
Escolaridade (%)

Analfabeto	1
Fund. Incompleto	70
Fund. completo	18
Médio completo	4
Ed. especial	1

55% estão fora da escola

LOCAIS ONDE ESTAVAM OS MENORES

2009 2010 2011



*dado não disponível

CONTINUA

Vitórias e dissabores na Quatro Pinheiros

A Chácara Meninos de 4 Pinheiros é a única organização não governamental de Curitiba e região que trabalha especificamente com crianças em situação de rua. O trabalho começou ainda na década de 80, quando o ex-frei carmelita Fernando de Gois iniciou um trabalho com esta população, na antiga favela Vila Lindaia.

Para compreender melhor a vida dos meninos e meninas que ajudava, Gois foi morar na rua e trabalhou como catador de materiais recicláveis. Em uma roda de conversa com os garotos, eles disseram que gostariam de morar em uma chácara para ter contato com animais e ficar longe das drogas. O ex-frei foi em busca de doações e conseguiu uma área em Mandrituba, onde até hoje realiza o trabalho com os meninos, que o chamam de pai.

Entre as vitórias do trabalho há jovens que conseguiram fazer curso superior e constituir uma família com base em sentimentos como amor e respeito. Mas há também muitas histórias tristes, de jovens que não conseguiram lidar com as violações sofridas durante a vida nas ruas. "A maior dificuldade é o trabalho com a família. O grande desejo dos meninos não é um projeto bonito, mas o retorno familiar. Em função da falta de políticas públicas, eles se desenvolvem aqui e a família vai no sentido oposto", diz Gois. (PC)

"A maior dificuldade é o trabalho com a família. O grande desejo dos meninos não é um projeto bonito, mas o retorno familiar. Em função da falta de políticas públicas, eles se desenvolvem aqui e a família vai no sentido oposto."

Fernando de Gois, fundador da Chácara 4 Pinheiros.

CIDADANIA

Políticas públicas ainda são falhas

Apesar dos avanços, as políticas voltadas para crianças e adolescentes ainda precisam melhorar para garantir efetivamente acesso à cidadania. É preciso que os meninos e as meninas sejam prioridade absoluta, como prevê a Constituição Federal, e tenham os direitos fundamentais garantidos, evitando assim a ida para as ruas.

As abordagens dos funcionários do Criança Quer Futuro nas ruas ainda são tensas, porque há a presença da Guarda Municipal. Além disso, o programa faz somente buscas ativas na região central da cidade. Isso significa que, se houver meninos e meninas nas ruas da Vila Torres ou no Parolin, por exemplo, a equipe só vai se houver uma chamada telefônica.

Outra questão é que a cidade recebe muitas crianças da região metropolitana, mas elas não são atendidas pela capital. Quando ocorre a identificação, os meninos e meninas são entregues ao conselho tutelar do município de origem, que, na maioria das vezes, não tem o trabalho em rede de Curitiba. Assim, o ciclo de pobreza e fuga para as ruas continua.

Vice-presidente da Comissão Nacional da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ariel Alves afirma que as crianças em situação de rua são um dos proble-

mas mais antigos da infância vulnerável brasileira. As violações de direitos sofridas por elas foram um dos propulsores para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. "Apesar disso, o poder público esteve ausente. Essa foi a área mais negligenciada e agora é tempo de rever estas políticas", diz.

Recolhimento

No próximo dia 9 de dezembro, a Campanha Criança Não É de Rua fará uma manifestação em todas as cidades sedes da Copa do Mundo de 2014 contra o recolhimento compulsório. Essa a prática vem sendo usada no Rio de Janeiro e em São Paulo para o tratamento forçado de pessoas em situação de rua usuárias de drogas. O procedimento é conduzido por policiais civis, militares e guardas municipais.

Secretário Nacional Adjunto da Campanha Criança Não É de Rua, Adriano de Holanda Ribeiro argumenta que nem todos os dependentes precisam do mesmo tratamento. Ele disse que o movimento visitou o Rio de Janeiro e que as crianças e os adolescentes relataram estar com medo das ações. "O Rio virou uma empresa em função dos mega eventos. Só interessa ao governo o que der lucro." (PC)

ESTATÍSTICAS

Um país de 23 mil "Antônios"

A trajetória de Antônio* é semelhante à de 23.973 meninos e meninas que vivem nas ruas de 75 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes. Antônio e os outros garotos só entraram nas estatísticas oficiais do poder público no ano passado, quando foi realizado o primeiro censo da população infantil em situação de rua. Até então, o Estado nem sequer sabia quantos eles eram e onde estavam.

Antônio tem 16 anos e está fora da escola. A convivência com a mãe ocorreu apenas até os 10 anos e desde então ele morou na casa de conhecidos, na rua, em clínicas para tratamento de dependência e também passou um ano e meio em um Centro de Socioeducação. Para aguentar a dureza da vida adulta precoce fez uso de álcool, cigarro, maconha, cocaína e solvente, o "cheirinho", na grifa da rua.

Para se sustentar, Antônio fez

mo velo do trabalho como servente de pedreiro e pintor. Ele foi ao Criança Quer Futuro espontaneamente. Estava morando com um amigo, que o expulsou da residência. Sem saber para onde ir, foi até um posto da Guarda Municipal pedir abrigo. Os funcionários do programa ainda tentam encontrar uma solução para Antônio. A mãe fugiu da antiga casa com o filho mais novo e não deixou nenhum contato. A irmã mais velha está morando com os tios, que não querem Antônio. O destino dele será provavelmente uma instituição de acolhimento.

O censo mostrou que a maior parte das crianças e adolescentes nas ruas brasileiras tem o perfil de Antônio. Dos 23 mil meninos e meninas, 16 mil têm entre 12 e 17 anos. Metade são pardos como o garoto curitibano e 40% estudaram somente até a 4ª série. (PC)

País ensaia fechar o cerco aos corruptores

Pressionado por convenções internacionais que o Brasil assinou, Congresso discute formas de punir empresários que oferecem propina a agentes públicos

Sandro Moser

O Congresso Nacional decidiu olhar para o outro lado da corrupção. Acostumado a discutir (e muitas vezes engavetar) propostas para coibir a ação de políticos e servidores corruptos, o Parlamento brasileiro começa agora a debater formas de aumentar a punição para os corruptores — empresários interessados em fechar negócios escusos com o poder público.

O Projeto de Lei 6.826/10, que responsabiliza empresas e empresários que obtiverem vantagens da administração pública por meio de propinas a agentes do Estado, está tendo uma tramitação relativamente rápida. Proposto em fevereiro de 2010, o projeto deve ter seu texto final definido ainda neste ano para que possa entrar na pauta de votações.

A proposta de aumentar o cerco aos corruptores, porém, não nasceu dentro do Congresso. O

tema foi alvo de discussões na Organização das Nações Unidas (ONU) e em outros organismos internacionais nos últimos anos. E o governo brasileiro assinou três convenções internacionais que o obrigam a criar uma lei especial para responsabilizar empresas que venham a corromper agentes públicos. Em função disso, o ex-presidente Lula enviou, em fevereiro de 2010, o projeto à Câmara dos Deputados.

Patrimônio pessoal

Atualmente, a punição prevista na Lei de Improbidade Administrativa para a empresa corruptora é a proibição de manter contratos com o poder público. Não há previsão legal, porém, de qualquer responsabilização cível ou administrativa para os corruptores. O novo projeto estabelece punições nessas duas áreas, inclusive com a responsabilização objetiva do empresário corruptor: ele poderá responder com seu patrimônio pessoal para ressarcir prejuízos do poder público.

O relator do projeto, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), diz que as sanções administrativas incluem a reparação integral do dano causado, além do impedimento de receber incentivos fiscais e do pagamento de multas que podem alcançar até 30% do faturamento bruto da empresa. Quando não for possível determinar o faturamento, explica Zarattini, "a Justiça poderá arbitrar um valor entre R\$ 6 mil e R\$ 6 milhões para a multa".

Na área judicial, a empresa ficará sujeita à perda de bens e à suspensão ou interdição parcial

das suas atividades. Nos casos mais graves, ela poderá ser dissolvida judicialmente.

"Esta lei vai criar uma cultura saudável de prevenção à corrupção dentro das empresas. A ideia é criar um mecanismo para que a corrupção deixe de valer a pena", diz o deputado federal João Arruda (PMDB-PR), presidente da comissão especial da Câmara que analisa a proposta.

Na última quinta-feira, a comissão promoveu, em Curitiba, uma audiência pública para discutir o projeto. O seminário contou com a presença de especialistas em direito administrativo, em licitações e em investigações de crimes do colarinho-branco. Todos deram sugestões ao relatório final.

Uma das ideias sugeridas foi convocar os Tribunais de Contas para fiscalizar os procedimentos de investigação administrativa. O juiz federal Sérgio Moro disse que é importante ainda que o projeto se preocupe com a eficácia dos processos judiciais para punir os corruptores. "Caso contrário, cria-se uma falsa expectativa na sociedade que não se cumpre devido à lentidão da Justiça", disse Moro.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Projeto propõe que denúncias sejam pagas

04 DEZ 2011

Um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados prevê a criação de um programa de recompensas a pessoas que denunciarem esquemas de corrupção em qualquer um dos três poderes. A proposta estabelece que o denunciante receba o equivalente a 10% do total de bens e valores recuperados pelo poder público. Mas o montante será limitado a cem vezes o valor do salário mínimo (atualmente em R\$ 545). Ou seja, a recompensa máxima hoje seria de R\$ 54,5 mil.

De acordo com o projeto, de autoria do deputado federal Manato (PDT-ES), a pessoa deve denunciar o esquema a qualquer órgão de segurança pública ou ao Ministério Público, com a descrição dos fatos de forma clara e detalhada, apresentando provas e documentos comprobatórios da prática do ilícito, se possível. A identidade do informante, que deve ser maior de 18 anos, será mantida sob sigilo. Mas caso a pessoa se sinta ameaçada, poderá ingressar no Programa de Assistência a Testemunhas.

Pelo texto, a União ficaria obrigada a criar um fundo para administrar os bens e valores recuperados em processos judiciais. Deste fundo, seria deduzido os 10% que devem ser pagos à pessoa que fez a denúncia. O restante seria devolvido ao órgão prejudicado pelo esquema.

Embora o projeto afirme que o denunciante deve informar o autor dos desvios, o deputado diz que a denúncia pode ser feita mesmo sem essa informação. "Quando você apresenta um projeto, você joga uma ideia, que pode ser aperfeiçoada por outros 512 deputados, 81 senadores e também pela sociedade", diz Manato.

GAZETA DO POVO

04 DEZ 2011

CONCURSO

Inscrições para

O TRE-PR vão até o dia 15

São duas vagas para contratação imediata, além da formação de cadastro reserva.

As taxas de inscrição vão de R\$ 65 a R\$ 80

Agência JC Concursos

Até o dia 15 de dezembro, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná (TRE-PR) receberá as inscrições para o preenchimento de uma vaga de contratação imediata de técnico judiciário na área administrativa e outra de analista judiciário na área judiciária, além de formar cadastro reserva para os mesmos cargos em diversas áreas (Administração, Contabilidade, Biblioteconomia, Odontologia e Enfermagem). A

jornada de trabalho para todos os cargos em seleção é de 40 horas semanais.

Para as posições de técnico, o interessado deve possuir o nível médio completo. O salário inicial é de R\$ 4.052,96. Profissionais com nível superior podem ser analistas nas áreas judiciária, administrativa (incluindo Contabilidade) e de apoio especializado (Biblioteconomia e Odontologia). A remuneração inicial para esses cargos é de R\$ 6.611,39, segundo edital.

Inscrições

Abriram no dia 23 de novembro e seguem até as 20 horas do dia 15 de dezembro, exclusivamente pelo site www.concursosfsc.com.br. As taxas de participação, que deverão ser pagas até o dia 16 de dezembro, têm valores de R\$ 65 (para as vagas de técnico) e R\$ 80 (para as vagas de analista).

As provas objetivas (conhecimentos básicos e específicos de cada área) e discursivas (exclusivamente redação) estão previstas

R\$ 4.052,96 é o salário inicial

para as posições de técnico. Os interessados devem ter nível médio completo. Já para os analistas, de diversas áreas do órgão, a remuneração começa em R\$ 6.611,39. Para essas vagas, é preciso ter superior completo em Administração, Contabilidade, Biblioteconomia, Odontologia ou Enfermagem.

para serem aplicadas no dia 5 de fevereiro de 2012, na cidade de Curitiba, nos períodos da manhã (técnico) e da tarde (analista). Para os cargos de analista judiciário nas áreas judiciária, administrativa, administrativa de especialidade em contabilidade e na área de apoio especializado em biblioteconomia, há também questões discursivas (redação). O resultado final deve sair em junho do ano que vem.

05 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

Morte no trânsito tem face jovem

No ano passado, Paraná teve 867 mortes de pessoas entre 20 e 29 anos em acidentes de trânsito, proporção verificada em todo o país

Osny Tavares

Um em cada quatro brasileiros mortos em acidentes de trânsito em 2010 tinha entre 20 e 29 anos de idade. No ano passado, foram quase 11 mil óbitos nessa faixa etária, o que corresponde a 26,3% dos 41,7 mil casos registrados no país. O Paraná segue a mesma proporção, com 867 mortes de pessoas entre 20 e 29 anos para um total de 3,4 mil vítimas do trânsito.

O panorama observado nas estatísticas de mortalidade do Sistema Único de Saúde (SUS) mostra a consolidação de um grupo de risco ao volante. Quanto mais jovem o motorista, maior a possibilidade de se tornar uma vítima fatal do trânsito.

As causas desse fenômeno são, sobretudo, comportamentais. Analistas dos setores de trânsito e de saúde relacionam a impetuosidade da juventude ao simbolismo do automóvel como demonstração de poder, o que estimula atitudes potencialmente perigosas. A imprudência à sinalização e aos limites de velocidade se tornam qualidades e elementos de distinção entre os grupos motorizados.

Sessenta anos depois, o efeito James Dean — ator símbolo da "Juventude Transviada" — ain-

da se faz presente no tráfego urbano. "O jovem é mais atirado nas coisas, e acha que nada vai acontecer com ele. É a nossa cultura faz apologia da velocidade, relacionando o dirigir rápido à noção de superioridade", compara o especialista em trânsito José Mario de Andrade, diretor de uma empresa de tecnologia de segurança e gestão do tráfego.

Motos

No caso específico do Brasil, o aumento da frota de motocicletas também contribui para agravar o problema. Ao todo, as motos estiveram envolvidas em 25% dos acidentes registrados em 2010. Isso ocorre não apenas porque o veículo é comprovadamente menos seguro que o automóvel, mas também pela expansão do serviço de motoboys, grande recrutador de jovens. "No interior, percebemos casos ainda mais graves de desrespeito à legislação, como a falta de capacete. A moto se tornou, inclusive, uma opção mais barata que o transporte público", comenta Marta Silva, coordenadora de vigilância e prevenção de violências e acidentes do Ministério da Saúde.

Bebida

O risco é agravado pela somatória de outros comportamentos, notoriamente o consumo de álcool. "Nos fins de semana, percebemos que a maioria dos acidentes que dão entrada na emergência ingeriu bebidas alcoólicas", destaca Luiz Felipe Mendes, diretor técnico do Hospital Evangélico de Curitiba.

O peso da bebida na contagem de mortes no trânsito é perceptível na comparação de morte em anos recentes. Em 2009, o

Brasil teve redução no número de vítimas fatais pela primeira vez na década. Naquele ano, o país registrou 37,6 mil óbitos, somando todas as idades, ante 38,3 mil no ano anterior. O Ministério da Saúde relaciona essa queda aos primeiros meses de implantação da Lei Seca, quando a fiscalização foi mais apertada.

Em 2010, porém, a contagem voltou a subir, e o ano passado fechou com 41,7 mil mortes em acidentes. "Logo que saiu a Lei Seca, ocorreram mais blitzes educativas e repressivas, então a população mudou o comportamento durante aquele período", relaciona Marta. "Infelizmente, precisamos de ações contínuas para mudar esse quadro. Quando não há controle, as pessoas param de ser cuidadosas", lamenta.

"O jovem é mais atirado nas coisas, e acha que nada vai acontecer com ele. E a nossa cultura faz apologia da velocidade, relacionando o dirigir rápido à noção de superioridade."

José Mario de Andrade, especialista em trânsito e diretor de uma empresa de tecnologia de segurança e gestão do tráfego.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

FAIXA DE RISCO

CONTINUAÇÃO

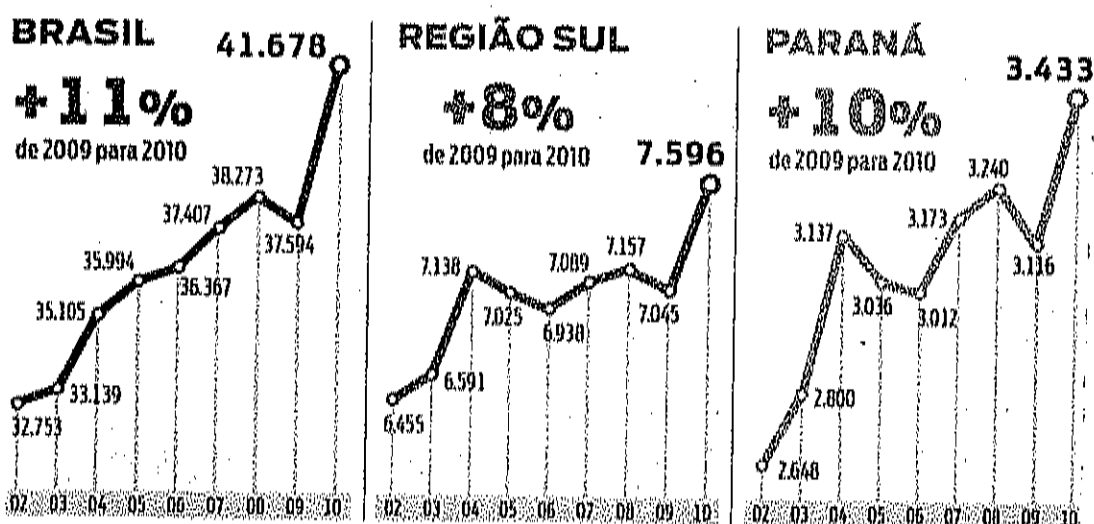
05 DEZ 2011

Os jovens entre 20 e 29 anos são as maiores vítimas de acidentes de trânsito fatais. Um em cada quatro mortos no Brasil, em 2010 tinha entre 20 e 29 anos.

em %	BRASIL	REGIÃO SUL	PARANÁ
Menor 1 ano	0,3	0,3	0,2
1 a 4 anos	1,1	1,0	1,1
5 a 9 anos	1,3	1,3	1,4
10 a 14 anos	1,8	1,7	1,9
15 a 19 anos	8,1	9,1	9,7
20 a 29 anos	26,3	25,4	25,3
30 a 39 anos	19,5	18,0	17,9
40 a 49 anos	15,1	15,7	15,6
50 a 59 anos	11,3	11,4	11,1
60 a 69 anos	7,4	8,1	7,4
70 a 79 anos	4,9	5,5	5,7
80 ou mais	2,3	2,1	2,0
Idade ignorada	0,7	0,4	0,8
Total de mortes	41.678	7.596	3.433

QUANTIDADE DE MORTES

A quantidade de mortes no trânsito voltou a subir em 2010, após ter registrado queda no ano anterior.



CONTINUA

05 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

EFEITOS

CONTINUAÇÃO

Internações custaram R\$ 190 mi

Uma epidemia. É assim que o Ministério da Saúde, responsável por lidar com dengue, gripe A e meningite, qualifica a ocorrência de mortes por acidentes de trânsito no Brasil. Na coordenação do Sistema Único de Saúde, o problema está sendo colocado como uma das prioridades para os próximos anos. "A questão se tornou um problema de saúde pública, porque temos um grande número de mortes precoces e internações", aponta Marta Silva, coordenadora de vigilância e prevenção de violências e acidentes do Ministério da Saúde (MS).

Marta lembra que o tratamento de um paciente acidentado costuma ser prolongado e caro. Após a resposta imediata, com o deslocamento em ambulância e cirurgia, é necessário um acompanhamento prolongado com fisioterapia. "Isso sem contar as pessoas que ficam com sequelas, demandando

gastos para o resto da vida", complementa. Segundo o ministério, em 2010 foram gastos R\$ 190 milhões em 145 mil internações causadas por acidentes de trânsito.

Para tentar reduzir o problema, o MS ampliou as campanhas preventivas. O Brasil aderiu à Década de Ações para a Segurança no Trânsito 2011-2020, uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), que recomendou aos países criarem um plano de ação para reduzir a mortalidade em 50% até o fim da década. Os compromissos assumidos pelo governo brasileiro incluem aprimoramento dos serviços de socorro, melhoria na base de dados do setor, capacitação de recursos humanos e adoção de programas educativos e de prevenção. (OT)

Prudência nas ruas não garante segurança

■ O risco de se envolver em um acidente de trânsito também atinge quem dirige com cautela. Dois anos após o acidente de trânsito que tirou a vida de seu filho, a dona de casa Donzília Machado Espindola ainda não conseguiu se recuperar da perda. No dia 9 de novembro de 2009, Alexandre, técnico em informática de 31 anos, morreu após uma peça de um guincho se soltar e atingir a sua moto. O acidente ocorreu na BR-116, o caminho percorrido diariamente por Alexandre para chegar ao trabalho. "Ele tinha pouco tempo de carteira, mas era prudente ao guiar nas ruas", lembra a mãe.

Desde a tragédia, Donzília passou a fazer terapia e frequentar grupos de ajuda para tentar minimizar a falta. Ela acredita que a Justiça não foi aplicada no caso. "As pessoas que fazem coisas erradas precisam pagar de algum jeito para que os acidentes deixem de existir", desabafa. (OT)

Fim de semana contabiliza 50 ambulâncias com vítimas

Em um fim de semana em Curitiba, 50 ambulâncias com vítimas de acidente de trânsito chegam ao pronto-socorro de um hospital. Grande parte é jovem, andava de moto ou tem presença de álcool no sangue – muitas vezes, esses fatores se acumulam.

Parte das salas cirúrgicas precisa ser previamente reservada para esse tipo de procedimento, sob risco de a instituição não conseguir acomodar a todos os feridos. A equipe de plantão, formada por clínicos, cirurgiões e ortopedistas, é o dobro do necessário há alguns anos. Esses profissionais enfrentam a possibilidade de faltar plinos de platina e titânio: os hospitais não fazem estoque do produto, e as indústrias locais já não conseguem vencer a demanda.

O relato acima é partilhado pelo médico Luiz Felipe Mendes, diretor técnico do Hospital Evangélico de Curitiba. Ele demonstra preocupação com o aumento dos casos, levando em conta que a rede de atendimento encontra dificuldades em expandir na mesma proporção. "Em Curitiba, 70% dos casos de trauma são tratados pela rede privada, com subsídio do SUS. Então não podemos aumentar o número de leitos, porque os atendimentos do sistema público causam prejuízo às instituições", relaciona.

Ele defende que os investimentos em tratamento sejam ampliados e tenham continuidade. "A diminuição dos acidentes passa pela educação e prevenção, o que não resolve nosso problema imediato", diz. (OT)

05 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

Falta de punição e problemas sociais são as causas da criminalidade

Marcus Vinícius Michelotto, delegado-geral da Polícia Civil.

Diego Ribeiro

O delegado-geral da Polícia Civil do Paraná, Marcus Vinícius Michelotto, 43 anos, foi alçado ao cargo mais importante da instituição mesmo tendo sido um policial da linha de frente do governo passado. Ele chefiou unidades importantes como o Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) e a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas (DEDC) durante a gestão de Roberto Requião, opositor ao atual governo. Hoje Michelotto é um dos chefes da segurança pública do governo Beto Richa.

Formado em Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1991, tornou-se delegado três anos depois. Em 12 de janeiro deste ano assumiu o mais alto posto dos policiais civis. Ele recebeu a reportagem da Gazeta do Povo no departamento da Polícia Civil, onde apresentou suas ideias sobre segurança pública e defendeu o atual governo. Michelotto prometeu transparência, mas indagado sobre a coregedoria exemplificou que o Poder Judiciário não permite sequer que sejam divulgadas as iniciais dos juízes detidos. Ele ainda prometeu reestruturar a polícia e melhorar o atendimento à população. "As pessoas vão à delegacia e se assustam. Acham um absurdo, se sentem aviltadas.

Imagine o policial civil que vive dia e noite naquele lugar cuidando de presos, de objetos apreendidos — dos quais não deveria cuidar —, sem ter uma delegacia arejada", afirma. Confira a entrevista:

Como o senhor encontrou a Polícia Civil quando tornou-se delegado-geral?

Encontrei de forma precária administrativamente. O departamento da Polícia Civil não tinha setor algum funcionando a contento. Eu não tinha levantamentos e ainda tenho dificuldade de ter um sobre as dificuldades da polícia. Não havia uma unidade administrativa e de planejamento eficiente. Hoje estamos arrumando toda essa parte. Agora a Secretaria [de Estado da Segurança Pública] está estudando adquirir um software para fazer um raio X da instituição.

Qual o maior problema da segurança pública?

Pela falência do sistema penitenciário, o que se visualiza hoje no país é a criação de mecanismos para que o cidadão responda sempre pelo crime em liberdade. Evita-se até o último instante a prisão. Esse caminho é totalmente errado. A grande causa da criminalidade, além dos problemas sociais, é a falta de punição. Cidadão que comete o crime tem que ir preso — mas em um local adequado, para que possa ser ressocializado. É preciso ter penas severas e que realmente sejam cumpridas. No Paraná, o proble-

ma é de pessoal, que agora está sendo restabelecido com contratações. Teria que haver pelo menos o dobro de efetivo. Hoje tenho 20% do efetivo recuperado devido ao programa Paraná Seguro, mas ainda não posso, pela situação de emergência pela qual passamos, nem mesmo colocá-los na escola de polícia para fazer curso.

Mas muitos delegados reclamam que funcionários novos têm atrapalhado o trabalho policial.

Acredito que o último chamamento é o que vai atropelar o processo, quando os policiais vão à delegacia para depois irem à escola. No governo anterior ocorreu a mesma coisa. Tenho 215 policiais que estão há mais de um ano sem escola. Fizemos esse ano o curso de armamento e tiro pelo menos para eles.

Mas esses policiais sem escola não acabam reduzindo a porcentagem de punição por não estarem preparados?

Isso não quer dizer que eles não têm qualidade. Hoje eles trabalham em grupos. Dentro de uma equipe tem policial formado e não formado. Os policiais também ganham experiência de rua. O que fizemos agora? Colocamos policiais [recém-convocados] para registrar boletim de ocorrência. Se os delegados reclamam, é uma incoerência. Eles vivem reclamando que não têm estagiário na delegacia. Eu estou dando esse estagiário a eles.

CONTÍNUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

05 DEZ 2011

É se esses policiais sem preparo estão trabalhando no processo comum de uma investigação? (Os delegados) Estão equivocados, então. Eu não vou colocar esses policiais quatro meses na escola agora se tem Natal, ano-novo, férias de verão e muitos policiais sendo deslocados para a Operação Verão. Não seria o caminho ideal, mas é o que podemos fazer agora. Nesse período vamos formar todos os policiais no curso de armamento e tiro. E até o ano que vem todos vão estar formados. Os novos não estão lá, neste momento, para fazer trabalho policial.

Quando as delegacias do Paraná serão esvaziadas?

O projeto está em andamento. Em Curitiba já se sente uma resposta do sistema penitenciário. Temos a promessa de que até o fim do ano todas as delegacias do Litoral estarão esvaziadas e que novas serão construídas. Essas unidades não terão carceragem. Aqui na capital teremos esvaziamento de todos os distritos que têm mulheres presas, o 9.º Distrito, o Centro de Triagem 1 e também em Quatro Barras (RMC). Além disso, já temos um provimento da Corregedoria da PC, com nosso apoio, proibindo os delegados do interior de receberem presos de regime semiaberto. Não é possível que eu chegue a cidades do interior como Guaíra e o delegado seja responsável pelos presos homens e mulheres do regime fechado e ainda do semiaberto.

Como a polícia planeja atingir as áreas com mais crimes em Curitiba?

O secretário determinou que ocorram ações contundentes em determinadas áreas de Curitiba. Não é uma UPP porque esse é um modelo para a realidade do Rio de Janeiro. Mas o secretário pediu para que fizéssemos um planejamento de pacificação de algumas áreas, retomando as localidades com a presença do Estado.

Iniciaremos diálogos com a comunidade, com as escolas, empresários, já no começo do ano que vem. A partir dali entenderemos o que a localidade precisa do poder público. Com relação aos bares: não há como dissociar o combate à criminalidade sem uma limitação a eles nas regiões onde os índices de violência são altos. Vamos limitar o horário deles e estamos propondo isso para o município.

Faz parte do plano municipal de segurança?

Existe uma conversa muito boa entre o estado e o município. O diálogo está amadurecendo e a ação da Polícia Civil faz parte deste contexto.

Como andam as investigações dos crimes em torno das escolas? Não falta uma atenção especial a essas regiões, como o Jardim Sabará?

Temos um grande projeto de redução dos crimes de homicídio. Tudo isso passa pelo combate às drogas. A Divisão Estadual de Narcóticos também vai atuar para atingir as quadrilhas de bairro, para chegar também ao pequeno traficante. Esse é o crime que gera homicídio. Sobre as escolas, o Cope vai atuar com o Denarc da mesma forma. Em áreas mapeadas, junto com a PM e a Guarda Municipal, na saída e entrada de escolas, para descobrir quem está no entorno desses locais.

Como resgatar a confiança da população na polícia?

A população tem de entender que os policiais civis são pessoas. Também são vítimas da falta de investimento do estado. Fazemos uma polícia civil e militar extremamente boa dentro das condições que vivemos. Qual delegacia tem um espaço digno para atender a população? As pessoas vão à delegacia e se assustam. Achar um absurdo, se sentem aviltadas. Imagine o policial civil que vive dia e noite naquele lugar cuidando de preso, de objetos apreendidos — dos quais não deveria cuidar —, sem ter uma delegacia

arejada? Vamos melhorar a qualidade de vida do policial, desde a questão da reforma do estatuto até a melhora salarial do policial.

Não falta mais transparência na corregedoria com relação à prisão e exclusão de policiais para a população poder diferenciar o bom e o mau policial? O poder judiciário estabeleceu que nem a primeira letra dos nomes dos juízes pode ser divulgada hoje, quando é preso por corrupção. Esse questionamento é feito pela sociedade para os juízes?

A imprensa faz isso diariamente, delegado...

Mas os nomes dos policiais presos são divulgados sempre. Na minha gestão vai ter transparência. A Corregedoria está sendo reestruturada, estamos dando policiais necessários para retomar esse trabalho. Não vai haver omissão. Vamos ser rigorosos. Transparência total.

Como está o andamento do novo estatuto da Polícia Civil?

Está em estudo na Secretaria da Segurança Pública e contém uma modernidade estrutural, um avanço salarial. Não é possível um policial da base hoje ser o menor salário de terceiro grau do estado. Estamos trabalhando também a criação de uma delegacia racial, de proteção a minorias. Será uma delegacia com cerca de dez policiais.

As delegacias vão ficar abertas 24 horas após a aprovação do estatuto?

O Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (Ciac) está no primeiro distrito e no oitavo para atender flagrantes. Já conseguimos contratar 695 policiais este ano. O terceiro, o sexto, sétimo e o décimo distrito são delegacias que não têm preso e já atendem 24 horas. Apenas para fazer registro de B.O. e termo circunstanciado, porque não há escrivães. Enquanto não tiver efetivo não vamos abrir as delegacias todo o tempo.

CONTINUA

05 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"As pessoas vão à delegacia e se assustam. Acham um absurdo, se sentem aviltadas. Imagine o policial civil que vive dia e noite naquele lugar cuidando de presos, de objetos apreendidos – dos quais não deveria cuidar –, sem ter uma delegacia arejada?"

05 DEZ 2011

DROGAS

GAZETA DO POVO

Combate ao crack tem novo plano

◆ O governo federal deve lançar nesta semana um novo plano de enfrentamento ao crack, de acordo com o diretor de Assuntos Internacionais e Projetos Estratégicos da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad), Vladimir Stempluk, que participou na semana passada do seminário sobre políticas públicas sobre drogas, na capital paulista.

Ele disse que o novo plano federal de combate ao crack e outras drogas está em fase final de elaboração. Segundo Stempluk, o anúncio oficial está previsto para a próxima terça-feira, mas ainda pode ser alterado. O diretor da Senad explicou que o novo plano é uma atualização do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, criado por decreto em maio de 2010.

Pouco mais de um ano após a implantação desse plano, o governo federal já identificou falhas que precisam ser corrigidas e melhorias que devem ser contempladas pela nova ação.

Uma dessas melhorias, segundo Stempluk, será na área de atenção aos usuários. "O plano passa pela ampliação da rede de atenção: mais leitos, mais equipamentos. A cobertura hoje ainda deixa a desejar", disse.

Segundo ele, uma alternativa que está em estudo é a inclusão do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) no atendimento aos dependentes. "É uma intenção nossa. Mas não sei se vai ser anunciado agora como uma ação."

Ele disse ainda que o novo plano dará mais atenção à capacitação de pessoas que trabalham no tratamento de usuários de drogas, sejam elas funcionárias da rede pública de saúde ou colaboradoras de clínicas privadas. Outro ponto incluído no novo plano será o reforço no combate ao tráfico de drogas. "A ideia é reforçar as ações de repressão ao tráfico", disse.

Um ano

após a implantação do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, de maio de 2010, o governo promete aprimorar a atenção aos usuários, com mais leitos e equipamentos.

Samu

Entre as medidas que visam combater o crack, outra alternativa estudada é a inclusão do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) no atendimento aos dependentes.

GEROLDO AUGUSTO HAVER

A flexibilização da impenhorabilidade do bem de família

A Lei n.º 8.009, de 29 de março de 1990, em seu artigo 1.º dispõe que "o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam".

Esse único imóvel que serve para residência da entidade familiar é o chamado bem de família. Neste tocante, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça era pacífico no sentido de que bastava o imóvel ser um bem de família para ser impenhorável.

Contudo, em recente decisão a corte superior abriu um precedente de flexibilização da impenhorabilidade do bem de família. Entendeu-se que o réu condenado em ação penal pode ter o imóvel, utilizado para moradia de sua família, penhorado para indenizar a vítima.

O caso julgado foi de um criminoso que furtou mercadorias de uma distribuidora de alimentos. Ele foi condenado na ação penal e a distribuidora ajuizou uma ação cível de indenização buscando o ressarcimento pelas mercadorias furtadas.

O Superior Tribunal de Justiça mostrou que, na discussão, de um lado está a preservação da moradia do devedor (inadimplente e do outro o dever de ressarcir os prejuízos sofridos por alguém devido à conduta ilícita criminalmente apurada).

Nesse aspecto, o Tribunal ponderou que o legislador preferiu privilegiar o ofendido em detrimento do infrator. Assim sendo, a necessidade e o dever do infrator de reparar os danos causados à vítima se sobrepõem a impenhorabilidade do bem de família.

Desse modo, evidencia-se que o Direito brasileiro está mudando. Antes o criminoso deveria cumprir somente a pena a que foi condenado, podendo sua família manter vida normal, morando inclusive na residência do infrator.

No entanto, nos dias atuais, o Judiciário está caminhando a passos largos para conceder ressarcimento integral aos danos sofridos pela vítima. Tem-se condenado o criminoso ao pagamento de indenização, que, se necessário, poderá ser realizado através da penhora e alienação do imóvel de família.

Sendo assim, a pessoa que pretende cometer um furto, ou outro crime qualquer, deverá pensar melhor antes de efetuarlo, eis que, posteriormente, sua família poderá ficar sem casa para morar.

05 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

Candidatos participam da segunda fase do exame da OAB e resultado sai 16 de janeiro

■ A divulgação do resultado preliminar do V Exame de Ordem Unificado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cuja segunda fase ocorreu ontem, será no dia 26 de dezembro. Depois, no dia 16 de janeiro de 2012, deverá sair o resultado final da prova.

Na etapa de ontem os candidatos aprovados na primeira fase — os nomes foram divulgados no dia 28 de novembro — tiveram de redigir uma peça jurídica e responder a quatro questões discursivas sobre a área do Direito escolhida. A prova teve início às 14 horas e o prazo de duração foi de cinco horas. Candidatos com aparelhos eletrônicos, como bíp, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, pen drive, relógio de qualquer espécie ou óculos escuros seriam eliminados da prova.

Este é o primeiro exame realizado desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional sua exigência para o exercício da advocacia. Mais informações estão disponíveis no site <http://oab.fgv.br>.

Defensoria Pública

NOTA POLÍTICA

A aprovação na semana passada de um projeto de lei no Senado constitui o primeiro passo para a ampliação do atendimento nas defensorias públicas no Brasil. O projeto, que agora segue para a Câmara, regulamenta questões orçamentárias relacionadas à atuação das defensorias, possibilitando a expansão para cidades onde elas ainda não existem e a contratação de novos funcionários e defensores. O texto da proposta, porém, não muda o valor do orçamento das defensorias, que continua sendo definido anualmente pelos estados, mas confere a elas autonomia administrativa e funcional para aplicá-lo. No Paraná, o órgão, que hoje existe extraoficialmente, começará a funcionar apenas no ano que vem, após a realização de concurso para contratação de defensores.

Erro de 05 DEZ 2011 deputados põe em risco 96 leis do PR

Projetos como o
tarifaço do Detran
foram aprovados sem
que a Assembleia
votasse dois vetos
do governador,
descumprindo a

Constituição

Karlus Kohlbach

Noventa e seis projetos de lei aprovados na Assembleia Legislativa nos últimos dois meses podem ser contestados na Justiça — tendo que passar novamente pelo crivo dos deputados estaduais. O reajuste de até 271% das taxas do Detran, por exemplo, é um dos casos que o Poder Judiciário poderá declarar sem validade. Outro exemplo é a Lei da Ficha Limpa, que impede que cargos e funções do governo do estado sejam ocupados por pessoas condenadas por órgão colegiado.

As propostas, já transformadas em lei, foram aprovadas em desacordo com a Constituição do Paraná. A inconstitucionalidade, citada por advogados ouvidos pela Gazeta do Povo, foi percebida na semana passada, depois que o deputado Tadeu Veneri (PT) a usou como argumento para impedir a votação de um

SOBRISCO

Dos 96 projetos de lei aprovados na Assembleia Legislativa que podem ser declarados nulos, pelo menos cinco deles causaram grande repercussão na sociedade:

- Lei que aumenta em até 271% as taxas do Detran;
- Lei da Ficha Limpa estadual, que impede que pessoas condenadas por órgão colegiado assumam cargos no governo;
- Lei que obriga farmácias a receber medicamentos vencidos;
- Lei que institui o auxílio-saúde para magistrados e funcionários do Poder Judiciário;
- Lei que cria cargos em comissão no Tribunal de Justiça e no Ministério Público do Paraná;

projeto de lei de interesse do governador Beto Richa (PSDB). O projeto em questão é o que autoriza o governo a repassar a organizações sociais (OSs) serviços de responsabilidade do Estado — o qual deve ser votado hoje, depois da apreciação dos vetos.

Veneri citou o artigo 71 da Constituição do Paraná, que diz que nenhuma proposta de lei pode ser aprovada se houver vetos a serem apreciados pelos deputados. O deputado petista encontrou dois vetos que, por lei, deveriam trancar a pauta de votação. Um de 22 de agosto de 2011 e o outro de 24 de outubro. Como a lei diz que os parlamentares têm até 30 dias após o recebimento do veto para votá-lo — sob pena de trancar a pauta —, todo o projeto aprovado a partir de 22 de setembro pode ser declarado inconstitucional.

Por lei, qualquer cidadão pode ingressar na Justiça pedindo a nulidade dos projetos de lei.

"Estou estudando a possibilidade de pedir na Justiça a nulidade do projeto do tarifaço do Detran. Como as novas tarifas só começam a valer em fevereiro, não teria nenhuma perda", afirmou Veneri.

O deputado Ademar Traiano (PSDB), líder do governo Richa na Assembleia, diz que não acredita na nulidade dos projetos já aprovados. "Temos uma decisão do Tribunal de Justiça que negou pedido semelhante, de anular as propostas já votadas por causa da não apreciação dos vetos", disse o tucano. A ação em questão foi proposta pelo então deputado Durval Amaral (DEM) em 2004. Na época, o desembargador relator Ângelo Zattar justificou que o caso se aproximava mais da esfera interna administrativa e que "não existe previsão constitucional, legal ou regulamentar autorizatória de declaração da pretendida nulidade", diz um trecho da decisão.

CONTINUA

05 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Análise

Dois especialistas ouvidos pela *Gazeta do Povo*, no entanto, têm outro entendimento. Zilmar Fachin, membro da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da OAB, diz que "a possibilidade de se anular os atos é muito forte". Fachin afirma que tanto a Constituição Estadual quanto a Federal determinam que os vetos, se não apreciados num prazo de 30 dias do recebimento, trancam a pauta e suspendem a votação de qualquer projeto de lei. "Está aí o quadro que pode ensejar a anulação dos projetos aprovados", afirmou.

O professor de Direito Administrativo da Universidade Positivo Tarso Cabral Violin afirma que, juridicamente, é possível tornar nulos todos os projetos aprovados pela Assembleia. "Os vetos deveriam ser apreciados antes de qualquer proposta de lei."

03 DEZ 2011

FOLHA DE LONDRINA

Semana de Conciliação tem balanço positivo

Andréa Bertoldi

Equipe da Folha

Curitiba - A Semana Nacional da Conciliação promovida em todo o País pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) teve bons resultados no Paraná. No Estado, participaram as justiças Estadual, Federal e do Trabalho, com o objetivo de acelerar a solução para os mais diversos casos. Só na Justiça Estadual foram programadas 6 mil audiências de primeiro e segundo grau. Até a última quinta-feira à noite, foram realizadas 3,3 mil audiências e atingido um índice de 30% de acordo.

O desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná e um dos coordenadores da área de conciliação, Valter Ressel, disse que em 2010, o índice de acordo foi de 51%. Segundo ele, um dos motivos que levou a queda dos acordos foi a orientação do CNJ para direcionar as conciliações mais para as empresas que possuem um grande número de processos na Justiça.

De acordo com Ressel, no segundo grau os processos eram só de empresas de telefonia e, a maioria delas, não estava disposta a conciliar. "Grande parte das empresas de telefonia acha que as reclamações dos consumidores são sem motivo", disse. Ele explicou que também houve uma redução de acordos com os

bancos. Além disso, multiplicaram-se as ações nesta área. "Os bancos resistiram a fazer acordos, com isso, há uma previsível diminuição dos acordos", explicou.

Mesmo com a redução do percentual de acordos em relação a 2010, ele considerou um bom resultado. Ele lembrou que este é o sexto ano que o Brasil todo realiza as conciliações. "Este é o caminho. O movimento quer despertar uma nova mentalidade."

Na Justiça Federal de Curitiba foram agendadas 86 conciliações até terça-feira, 11 não aconteceram porque as pessoas não compareceram. Deste total, 38 resultaram em acordos. Foram 1.401 audiências agendadas para a semana toda no Paraná e 5 mil nos Tribunais Regionais Federais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O balanço final deve sair na próxima semana.

O balanço parcial na Justiça do Trabalho do Paraná teve quase mil acordos em todo o Estado. Participaram 34 Varas do Trabalho, além dos Juízes Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Graus e da Vice-Presidência do TRT-PR. O índice de acordo foi de 48%, com a negociação de mais de R\$ 10 milhões. Os dados são das audiências de segunda a quinta-feira. Os dados finais serão divulgados na próxima semana.

FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO 03 DEZ 2011



Ex-aluno do Colégio São Paulo é o novo desembargador

Admirado por todos que o conhecem, pela sua competência e bom senso, o juiz de Direito Wellington Emanuel Coimbra de Moura é o novo desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, onde passará a atuar a partir do próximo dia 14. Por isso, vai transferir sua residência para a Capital. Está na foto com seus filhos Wellington e Júlia e a esposa, dra. Adriana de Moura, em recente evento social. Uma bonita família. O agora desembargador Wellington de Moura nasceu e cresceu em Porecatu, a terra do saudoso Zé Macaco, onde aprendeu com sua mãe, dona Maria de Lourdes Coimbra de Moura, a obstinação pela defesa dos ideais e principalmente - afirma - temor ao grande Deus. Em 1977 passou a residir em Londrina, onde veio estudar no Colégio São Paulo e lembrou-se que este colonista era o diretor na época. Com apoio de sua família, graduou-se em Direito pela UEL, e ingressou na magistratura em 1990. Foi juiz em Cornélio, Marilândia do Sul, Pato Branco, Cascavel e Londrina. Aquele abraço!

03 DEZ 2011

FOLHA DE LONDRINA

Irmãos e irmãs em casamento coletivo

Duas famílias e três casamentos. As famílias Bento e Santos, do Distrito de São Luiz (Zona Sul de Londrina), estão em festa hoje. Três filhas de Antonio Bento e Erondina Soares Bento vão se casar com três filhos de Waldemar Pedro dos Santos e Rosa Cândida dos Santos, no casamento coletivo que será realizado no ginásio de esportes da Universidade Norte do Paraná (Unopar), às 18 horas. Além destes, outros 147 casais vão participar da cerimônia.

Se uma noiva fica ansiosa pelo dia do casamento e deixa a família cheia de expectativas, imagine três noivas em uma mesma família. Tudo começou com Sílvia Cristina Bento e Edvaldo Pedro dos Santos, que iniciaram um namoro há nove anos. Depois, Priscila e José Pedro dos Santos também engataram um romance e por último Gislaine Joyce e Vagner Pedro dos Santos.

Erondina, mãe das meninas, garante que fica muito feliz com as uniões. "Os rapazes são de uma boa família. Ganhei três filhos", disse, acrescentando que está se preparando para os casamentos. "No domingo vai ter um churrasco em comemoração", contou. Para o pai deles a situação é motivo de curiosidade. "O pessoal da cidade comenta. Eles foram me pegando de surpresa". A descontração existe até mesmo na própria família. "Desse jeito não precisa dividir muito as heranças", brincou Waldemar. "Eu con-

venci o sogro primeiro e depois os meus irmãos apareceram", comentou Edvaldo. Apesar das brincadeiras, os casais garantem que nada foi combinado.

As noivas trocam figurinhas sobre o grande dia e decidiram todos os detalhes juntas. Apesar de optarem pelo casamento só agora, cada casal já tem a sua casa e seus filhos. Sílvia explica porque depois de vários anos optaram por oficializar a situação. "Era um sonho da nossa mãe. Vimos a propaganda do casamento e corremos fazer a inscrição", disse.

Os vestidos já foram escolhidos. "Queríamos ir de noiva, mas o aluguel é muito caro, vamos de vestido longo", afirmou Priscila. Conforme ela, o mais difícil será convencer os noivos a usarem roupa social. Por conta da proximidade, as famílias se dão muito bem. "Estamos sempre juntos. Quando um faz churrasco os outros casais também vão, e levamos as crianças", lembrou. Para Gislaine, as uniões não aconteceram por acaso. "A gente acredita

que tudo tem um propósito".

Na família de Erondina há ainda uma quarta noiva. Fabiane também está com mil preparativos para se casar com Dinocesar da Silva, que não é da família dos outros noivos, mas é amigo de todos e também está sempre junto.

Certidões

Antes da celebração da união coletiva, os casais vão ganhar uma sessão de fotos com os alunos do curso de Artes Visuais e um lanche especial. As noivas serão maquiadas. Funcionários dos dois cartórios de Registro Civil de Londrina vão atender gratuitamente os noivos para a assinatura das certidões.

A cerimônia será celebrada pela desembargadora do Tribunal de Justiça, Joeci Machado Camargo. Ela assina o projeto Justiça no Bairro, que realiza casamentos coletivos em várias cidades do Paraná e convidou a Unopar para esta parceria. Participam da organização alunos voluntários dos cursos de Direito, Psicologia, Serviço Social (EaD), Educação Física, Turismo e Artes Visuais.

**Casamento será
celebrado por
desembargadora
do TJ**

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Jogando para a torcida?

03 DEZ 2011

A ministra Eliana Calmon só pode estar jogando para a torcida, pois esse negócio de acabar com as férias de 60 dias de magistrados não tem cabimento. Magistrado é magistrado 24 horas por dia. Trata-se de uma vida dedicada à magistratura. Quando em férias, invariavelmente, aproveitam o tempo para fazer algum curso de especialização ou de reciclagem, coisa impossível durante a jornada normal de trabalho para quem tem que fazer cerca de 10 a 15 audiências diárias e ainda dar cerca de 15 a 20 sentenças por semana. Então, esse descanso é relativo, pois, mesmo de férias o juiz tem a preocupação com sua função, procura se especializar e está observando tudo o que se passa à volta, inclusive eventuais oportunistas que procuram aparecer a qualquer custo, mesmo que isso resulte em prejuízo a uma classe valorosa e trabalhadora como a dos magistrados.

SEBASTIÃO BUENO DOS SANTOS (advogado) - Londrina

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

03 DEZ 2011

Guerra judicial

Sanções legislativas contra aposentados irregulares acabam em batalhas judiciais intermináveis. Há questões formais, que podem não ser levadas a sério como o registro na OAB, hoje indispensável por causa do exame de Ordem, mas tolerados naquele tempo. Outra coisa: e os beneficiários de situações anômalas, que já morreram, serão atingidos?

CLÁUDIO HUMBERTO

Senadores jogam pesado...

Os senadores mineiros Clésio Andrade (PR) e Zezé Perrella (PDT) assinaram emenda de plenário que deve atrasar a votação da prorrogação a DRU, a Desvinculação das Receitas da União.

{ ...em defesa de Minas

Clésio e Perrella podem retirar a emenda caso Dilma se comprometa em criar o Tribunal Regional Federal de Minas, duplicar a BR 381 e nomear a desembargadora Assusete Magalhães ministra do STJ.

INFORME

Francischini contra Dilma

O deputado federal do Paraná Fernando Francischini (PSDB) protocolou ontem uma ação popular na Justiça Federal paranaense contra a presidente Dilma Rousseff (PT), contra o ministro Carlos Lupi (Trabalho) e contra a União. O tucano argumenta que Dilma se omitiu no dever de exonerar Lupi. Ele diz que o ministro, por sua vez, cometeu atos de improbidade administrativa. Francischini pede que Lupi devolva aos cofres da União o salário que recebeu ao acumular dois cargos públicos distintos, na Câmara, em Brasília, e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, conforme revelou a Folha de S. Paulo. "O caso do ministro Lupi é uma vergonha. Quero que ele devolva todo salário que recebeu da Câmara dos Deputados sem trabalhar", disse Francischini.

FOLHA DE LONDRINA

MP denuncia agentes públicos de Cambé

O Ministério Público (MP) estadual denunciou dois agentes públicos e um empresário de Cambé, cujos nomes não foram revelados porque a Justiça decretou sigilo nas investigações. A denúncia foi apresentada na vara criminal de Cambé na terça-feira e, segundo informações do cartório, no fórum, ainda não houve nenhuma manifestação da juíza Jessica Valéria Catabriga Guarnier. Sem confirmar o teor da acusação, o promotor de Justiça Cláudio Esteves, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), disse que está embasado no inquérito que apontou o crime de peculato - desvio de dinheiro público em proveito próprio ou alheio. Esteves não descartou requerer a quebra do sigilo de Justiça. "Podemos entrar com esse pedido, mas, considerando que até a própria magistrada pode decidir pelo fim (do sigilo), preferimos aguardar o andamento do processo."

Segundo as investigações, os denunciados não conseguiram comprovar o uso lícito de R\$ 6 mil repassados, no ano de 2009, a uma empresa que mantém contrato de prestação de serviços com a prefeitura de Cambé. Em entrevista à FOLHA ao final do inquérito, o delegado Alan Flore disse que "as pessoas ouvidas no curso da investigação tentaram demonstrar que o dinheiro foi utilizado para uma espécie de sub-terceirização, mas não apresentaram documentos que comprovassem essa afirmação". A prefeitura de Cambé havia divulgado nota afirmando que a Procuradoria está acompanhando as investigações para "subsidiar o inquérito administrativo". Ontem, o secretário de Governo Luis César Lazari não foi localizado para comentar o assunto.

03 DEZ 2011

04 DEZ 2011

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Júri popular para Carli Filho

A 1ª Câmara do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná julgou nesta semana um novo recurso sobre o acidente de carro envolvendo o ex-deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho, ocorrido em 2009, e que resultou na morte de dois jovens em uma via rápida de Curitiba. Foi mantida a decisão de julgamento em júri popular do ex-parlamentar, embora ainda não haja data marcada. Este recurso, de autoria do Ministério Público (MP) do Paraná, foi negado e pede a revisão da decisão anterior, para que Carli Filho fosse julgado por duplo homicídio qualificado (quando se assume o risco pelo resultado), o que poderia aumentar a pena, e não duplo homicídio simples.

Sistemas prisionais do PR

Análise feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 18 unidades prisionais do Paraná aponta que o Estado precisa de mais investimentos, principalmente para suprir a carência de profissionais como psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, para atender adequadamente os adolescentes em conflito com a lei. Essa avaliação consta no relatório do programa Justiça ao Jovem, divulgado nesta semana. Reinaldo Cintra, juiz auxiliar do CNJ e coordenador do Justiça ao Jovem, chama também a atenção para os problemas ligados à arquitetura das unidades. "Algumas unidades foram adaptadas e não atendem ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo", constatou. Apesar dessas deficiências, no panorama geral o CNJ destaca que "o sistema socioeducativo do Paraná vem numa linha de melhorias".

05 DEZ 2011

FOLHA DE LONDRINA

Liminar mantém serviços da UEL

Assuel foi notificada na tarde ontem a não paralisar os serviços essenciais do HU, RU e Prefeitura do Campus

Uma liminar concedida pelo juiz Elias Duarte Rezende à Universidade Estadual de Londrina (UEL), na noite do último sábado, garante que serviços essenciais do Hospital Universitário (HU), Restaurante Universitário (RU) e 30% da Prefeitura do Campus não sejam paralisados a partir de hoje. A decisão de greve havia sido decidida por unanimidade por cerca de 200 servidores da instituição. Com a notificação em mãos, a reitoria da UEL entrou com pedido de medida cautelar, com o argumento de que, embora legítimo, o direito de greve não poderia prejudicar a população. A Associação dos Servidores Públicos, Técnicos Administrativos da UEL (Assuel) foi notificada na tarde de ontem.

Segundo a reitora da UEL, Nádina Moreno, nenhuma pauta de reivindicações foi entregue até o momento, apenas um comunicado sobre a decisão por paralisação. "Recebi com estranheza o ofício, até mesmo porque estamos cientes da situação e, recentemente, tomamos várias providências. Uma delas, inclusive, foi a aprovação recente do repasse de R\$ 350 mil para a compra de equipamentos mais modernos para o RU. Isso aliviará o desgaste físico em função dos serviços manuais", pontua. Além dis-

so, de acordo com Nádina, parcerias com o Centro de Educação Física disponibiliza programas de alongamento e massagem nos funcionários.

Marcelo Alves Seabra, presidente da Assuel, defende que a paralisação é necessária porque vários setores da instituição apresentam condições impróprias de trabalho, sendo que somente no RU, oito servidores estão afastados com licença médica devido aos problemas resultantes do ambiente. "Protocolamos um ofício pedindo à administração que resolvesse o problema, que foi divulgado até mesmo no jornal do sindicato. A reitoria não pode alegar desconhecimento da situação", diz, acrescentando que a verba referida ao RU ainda não foi notificada. A Assuel vai respeitar a decisão judicial, mas reforçará o pedido de providências junto à reitoria. Ainda contorne ele, a paralisação não iria afetar serviços essenciais.

Hoje pela manhã, servidores vão aproveitar reunião do Conselho Universitário para mostrar descontentamento com a nova proposta do peso de votação nas eleições para reitores e cobrar melhorias como o corte de adicional de insalubridade para os funcionários da lavanderia do HU, condições de trabalho no setor de costura e readequação da estrutura do RU

O ESTADO DE S. PAULO

ALOÍSIO DE TOLEDO CÉSAR

A corregedora e o espetáculo

03 DEZ 2011

Mais uma vez a ministra Eliana Calmon voltou a falar em "bandidos de toga" e revelou que está investigando operações suspeitas de juízes na venda e compra de terras no Estado da Bahia, além de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Goiás. É importante que ela revele a disposição de investigar e de punir, com rigor e sem nenhum favorecimento, pois é sua atribuição como corregedora nacional de Justiça. O que não parece necessário é a ofensa generalizada que lança contra a classe dos magistrados, composta, em sua grande maioria, por pessoas absolutamente íntegras.

A expressão "bandidos de toga", repetida aos quatro ventos sem a necessária identificação, projeta uma luz negra sobre todos os juízes que compõem essa mesma maioria e também desejam a punição de quem saiu da linha. Para investigar e punir juízes não há necessidade de levantar poeira ou anunciar antecipadamente a intenção. O que interessa à opinião pública e ao Estado de Direito é o resultado da correlação, com a clara indicação de quem se desviou da conduta e dos princípios de honra, respeito e dignidade, exigíveis para quem usa a toga.

Enfim, a disposição de punir, por ser obrigação da corregedora, precisa mesmo ser exercida com a desejável eficiência. Por isso mesmo, o anúncio antecipado de intenções deveria ser evitado, até mesmo por favorecer os eventuais envolvidos.

A Lei Orgânica da Magistratura, acolhida pela Constituição de 1988, conferiu aos tribunais estaduais a obrigação de exercer a direção e a disciplina dos órgãos e serviços a eles subordinados. É direito indisponível, do qual não podem abdicar, nem ceder, para

que as investigações sobre juízes sejam exercidas tão somente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Seria melhor que esse trabalho, em virtude do interesse público, fosse feito em clima de harmonia nas duas esferas, mas sem o antagonismo inaugurado pela ministra.

Em São Paulo, o índice de irregularidades praticadas por juízes é baixíssimo e quase inexistente em termos estatísticos. Sim, há juízes malcriados, que tratam com arrogância as partes, outros que são grosseiros com os advogados ou não os atendem, e há também muitos que demoram para julgar as causas. Isso é lamentável e não deveria ocorrer, porém a presença de corrupção, ou seja, de "bandidos de toga", é raríssima.

Alguns poucos casos investigados e comprovados pela Corregedoria resultaram em inapeláveis condenações. O trabalho de apuração é sigiloso, porque assim o recomenda a inteligência, mas o julgamento do investigado se faz na presença de um procurador de Justiça.

Exatamente por existir um padrão de seriedade envolvendo os juízes paulistas, as palavras da ministra provocaram enorme mal-estar, silenciosamente contido. O espetáculo havido destoa por completo da tarefa discreta e silenciosa de quem tem o dever de julgar.

Eliana Calmon é juíza de carreira e sempre agiu como tal, porém agora, quando se aproxima de sua aposentadoria, adotou atitude aparentemente voltada para o

A expressão 'bandidos de toga' projeta uma injusta luz negra sobre todos os juízes

grande público. Seria de esperar que realizasse o seu trabalho de corregedora com o mesmo ou

até maior rigor, mas não que deixasse escapar expressões que põem sob suspeita todos os demais juízes brasileiros.

Juiz algum se sente conformado com a afirmação de que há "bandidos de toga na carreira". Seria preferível que a ministra indicasse essas pessoas, inocentando as demais. Ademais, afirmar por antecipação que alguém cometeu um delito equivale a antecipar julgamento, que ocorrerá mediante o devido processo legal, com ampla defesa.

Imagine-se como ficará comprometida a imagem da corregedora caso esses culpados por antecipação, ao final, após julgamento, acabem absolvidos.

A visão da ministra de que há um "amolecimento" nesse trabalho, por "corporativismo ideológico perigosíssimo", reflete lamentável desconhecimento de como se processam as investigações e os processos administrativos nas Corregedorias, pelo menos no Estado de São Paulo.

Em razão do princípio constitucional do contraditório, feita a denúncia contra juiz e havendo razoável indício de veracidade, é instaurado impiedoso processo administrativo e intimado o envolvido para oferecer defesa. Esses processos no Estado de São Paulo são julgados conjuntamente pelos mais experientes desembargadores, com a participação e a presença obrigatória do Ministério Público.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

03 DEZ 2011

Não há como proteger alguém, sem que isso se converta em enorme escândalo, justamente, repita-se, pela presença do Ministério Público. Os 25 componentes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça paulista, filtrados por idade, longa experiência e conduta, julgam os juízes acusados - e o fazem na maioria das vezes com o máximo rigor, sem nenhuma complacência. Existem até mesmo casos de juízes paulistas que são afastados da carreira por não conseguirem manter a pauta, dadas as suas condições de saúde.

O grande motivo de tensão para um juiz é ser intimado pela Corregedoria para prestar esclarecimentos e se defender das acusações, necessariamente feitas por advogados. Esses julgamentos, repita-se, são acompanhados pelo Ministério Público e por isso mesmo se torna surpreendente que a ministra Eliana Calmon, ao falar em "corporativismo ideológico perigosíssimo", não tenha tido o cuidado de circunscrever a ofensa à área territorial em que ocorre, bem como revelar os nomes.

Confundir bons e maus representa suprema injustiça praticada exatamente por quem tem o dever de decidir com acerto. Sobretudo por ter sido juíza e ministra de tribunal, era de esperar postura mais moderada nas palavras da ministra, além de mais respeito aos bons, os quais, insista-se, são por ela atirados no mesmo saco dos "bandidos de toga".

●
JORNALISTA, É DESEMBARGADOR
APOSENTADO DO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO (TJSP). E-MAIL:
ALDISIO.PARANA@GMAIL.COM

Os 'presos políticos' da USP

Foi chocante os invasores da Reitoria terem tido a desfaçatez de se autointitular em presos políticos. Um desrespeito à História, ao sofrimento daqueles que, de forma certa ou errada, comprometeram sua existência por um ideal de liberdade e igualdade ante os regimes ditatoriais.

Presos políticos foram os perseguidos pelo Estado Novo getuliano, submetidos ao Tribunal de Segurança Nacional, tribunal de exceção que encarcerou por 15 meses o deputado baiano libertário João Mangabeira por não compactuar com a ditadura. Já no regime militar, outro deputado baiano, Chico Pinto, foi preso por ter, na véspera da posse do presidente Geisel, denunciado em entrevista a rádio a ditadura chilena de Pinochet. Presos políticos foram os advogados detidos por exercerem a defesa de presos políticos ou por militarem na Comissão de Justiça e Paz, como José Carlos Dias e Dalmo Dallari, Maria Luíza Bierrenbach, Antonio Funari Filho. Presos políticos foram os encarcerados com base na Lei de Segurança Nacional, vistos pelo regime militar como inimigos a serem torturados entre quatro paredes nas instalações da Operação Bandeirante ou do DOI-Codi.

Presidi, de 1995 a 2001, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, encarregada de examinar a responsabilidade do Estado pela morte de presos políticos durante o período militar. A comissão era integrada por Nilmário Miranda, deputado, Luís Francisco Carvalho Filho, advogado, Suzana Lisboa, combativa representante dos familiares, general Osvaldo Pereira Gomes, procurador de Justiça Paulo Gonet e João Grandino Rodas, o atual reitor da USP, representante do Ministério das Relações Exteriores.

Pude, então, conhecer de perto o terror estatal dos que, protegidos pelo governo, se sentiam covardemente seguros para sevir visando à obtenção de confissões e dados, levando à morte jovens que se negaram a delatar companheiros. Muitos heroicamente resistiram à tortura: Dilma Rousseff, Frei Betto, Nilmá-

Petulância dos invasores afronta a memória de tantos que sofreram nos cárceres por seus ideais

rio Miranda e a irmã Maurina, torturada durante cinco meses por ter emprestado sala do orfanato que dirigia a jovens integrantes da ALN.

Muitos que faleceram ainda foram vítimas de farsas dissimuladoras do assassinato nos porões, em peças de teatrinho com versões de resistência armada na rua ou de suicídio. A Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, como se pode ver no livro *Direito à Memória e à Verdade*, desfez muitas das falsidades que visavam a encobrir as torturas nos calabouços.

Caso paradigmático foi o do estudante Alexandre Vannucchi Leme, aluno de Geologia da USP, preso dentro da Cidade Universitária. O jovem foi levado ao DOI-Codi, onde sofreu torturas por dois dias, 16 e 17 de março de 1973. Interrogado e sevilado por agentes de duas equipes, A e C, não resistiu aos sofrimentos e faleceu. Como versão oficial da morte, os torturadores inventaram a historinha de que Alexandre estava na Avenida Celso Garcia tomando cerveja para de repente correr, sendo perseguido por uma "turba" aos gritos de "pega ladrão", vindo a se jogar contra o para-choque de um caminhão.

Dez pessoas recolhidas no DOI-Codi, nos mesmos dias em que esteve detido Alexandre, foram taxativas em afirmar que após sessão de tortura, jogado em sua cela, foi encontrado morto, ao que gritou o carcereiro: "O

homem morreu". O corpo foi retirado puxado pelos pés, deixando no chão marca de sangue. Foi enterrado como indigente no cemitério de Perus.

Em 1983 os restos mortais de Alexandre foram trasladados para Sorocaba, sua terra natal. Os estudantes da USP denominaram, então, na redemocratização do País, o Diretório Central dos Estudantes com o nome de Alexandre Vannucchi Leme. A Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, que presidia e era integrada pelo atual reitor da USP, reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de Alexandre Vannucchi Leme.

Após decisão da maioria de se retirarem das dependências da Faculdade de Filosofia, 70 jovens resolveram, por conta própria, invadir as dependências da Reitoria, em protesto por ter a Polícia Militar cumprido seu dever ao prender estudantes portando maconha para uso próprio. A Polícia Militar, por força de convênio requerido pelos próprios estudantes, passou a policiar a Cidade Universitária, palco de crimes graves, como latrocínio e estupro, cujas ocorrências decaíram vertiginosamente diante da presença policial. O que poderiam fazer os policiais ao verificarem a posse de entorpecente? Prevaricar? Dar o dito por não dito?

Feita a invasão, foram entabuladas, sem sucesso, negociações para saída dos 70 estudantes. Foi necessário requerer ao Judiciário a reintegração de posse, logo concedida. Datas foram sendo adiadas para o cumprimento da ordem judicial e a desocupação do prédio público, ao qual a televisão mostrou chegarem latas e latas de cerveja. Descumprida a ordem judicial, foi preciso que esta fosse efetivada, por determinação da Justiça, pela via do recurso à polícia, que, desarmada, retirou sem violência os invasores. Encaminhados à delegacia de polícia, foram autuados em face do crime de desobediência, sendo soltos a seguir.

CONTINUA

03 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Os estudantes podem reivindicar novas formas de policiamento, apesar de a presença da Polícia Militar na Cidade Universitária ser aprovada pela maioria dos alunos com vista à sua segurança pessoal. Inaceitável, contudo, é desrespeitar a ordem judicial, em mau exemplo para a sociedade. E mais grave ainda, depois se arrogarem o status de presos políticos. Afronta a memória daquele cujo nome designa o Diretório Central dos Estudantes e a de tantos que sofreram nos cárceres por seus ideais a petulância dos invasores de se autointitularem “presos políticos da USP”.

Revela-se o pior dos vícios de hoje: a vitimização, que busca celebrar o erro, pois, como dizia Ruy Barbosa, deve o jovem “*correr menos de ter errado que de se não emendar*”.

●
ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR DA
FACULDADE DE DIREITO DA USP,
MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE
LETRAS, FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

03 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Recuos do governo

Para tentar aprovar ainda este ano o projeto que, na versão original, cria o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), objetivo considerado prioritário pela presidente Dilma Rousseff, o governo está tendo de ceder a diversas pressões, algumas coordenadas por integrantes de seu próprio partido, o PT. Depois de reuniões com representantes do Judiciário, sindicalistas e parlamentares aliados, o governo concordou em abrir mão de itens que, até há algumas semanas, considerava inegociáveis, como a criação de apenas um fundo para os Três Poderes e a contribuição de 7,5% para todos os participantes dos fundos - inclusive o empregador. As modificações implicam maior comprometimento financeiro do poder público na constituição do novo fundo e criam o risco de perda de controle das instituições a serem criadas.

Compreende-se a disposição do governo de negociar para, desse modo, acelerar a votação. Quanto mais demorar para conseguir a aprovação do fundo de previdência complementar do funcionalismo, maiores serão as desconfianças dos contribuintes a respeito de seu compromisso com um programa de longo prazo de saneamento do sistema de aposentadoria e pensões do setor público, cujo déficit - inevitavelmente crescente pelas regras atuais - se tornaria insustentável dentro de alguns anos.

Causa estranheza, no entan-

tô, que esteja demonstrando tanta disposição em alterar o que, até há pouco, afirmava ser inegociável - e o fazia com argumentos fortes, pois são aspectos essenciais do projeto.

Em contraposição à proposta de criação de três fundos - para o Executivo, o Legislativo e o Judiciário - defendida por deputados de sua base aliada e por funcionários do Congresso e do Judiciário, os representantes do governo nas negociações argumentavam que a criação de apenas um fundo asseguraria uma gestão unificada, reduziria custos e asseguraria regras básicas iguais para todos. Além disso,

É importante sinalizar que o déficit do sistema de aposentadoria do servidor pare de crescer

mesmo com o fundo único, haveria a possibilidade de adesão a planos distintos para os funcionários de cada um dos Três Poderes.

Há duas semanas, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), sugeriu ao ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, a criação de um fundo por Poder. Em seguida, o ministro da Previdência e técnicos de outros Ministérios acertaram com o líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), a criação dos três fundos.

Nem assim, porém, a base aliada se comprometeu a votar e aprovar o projeto. Ainda havia a questão, levantada especialmente por deputados do PT, sobre a contribuição mínima dos

participantes do novo fundo. A proposta original previa a contribuição de 7,5% do participante, com igual participação do governo. Para poder aumentar os benefícios futuros para determinadas parcelas de servidores, sobretudo as que gozam de aposentadoria especial, como mulheres, professores do ensino primário e policiais federais, representantes do PT, do PDT e do PC do B defendiam a elevação da contribuição para 8,5% do vencimento - com o correspondente aumento da contribuição do empregador, também para 8,5%.

Em defesa de sua proposta, o governo apresentou estudos atuariais mostrando que a contribuição de 7,5% seria suficiente para assegurar ao servidor que contribuir por 35 anos rendimento equivalente a 89% ou 90% do último salário, proporção semelhante ao benefício a que tem direito o servidor que se aposenta pelo sistema em vigor. Mesmo assim, pressionado pelos partidos de sua base, parece disposto a ceder também nessa questão, e concordar com a contribuição de 8,5%.

As novas regras só valerão para os servidores admitidos após a sanção da lei que cria o fundo de previdência complementar. Mas são importantes desde já, pois indicam que, em algum momento, o déficit do sistema de aposentadorias do funcionalismo deixará de crescer.

Se forem o bastante para convencer a base aliada a votar e aprovar o projeto nos próximos dias, as alterações aceitas pelo governo terão tido alguma utilidade. Mas que não haja outras.

03 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Saúde. Foram R\$ 700 milhões despendidos só no ano passado para atender a 25 mil ações judiciais, a maioria para medicamentos que não são fornecidos pelo SUS; nos casos em que sentença não especifica marca do remédio, governo estadual fornece a versão genérica

Em 4 anos, SP duplica gastos com remédios por determinação judicial

Em quatro anos, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo teve quase dobrados os gastos com a compra de medicamentos e produtos diversos exigidos por determinação judicial. Em 2007, o Estado gastou R\$ 400 milhões para atender a 8 mil ações; em 2010 foram gastos R\$ 700 milhões para 25 mil ações.

Os itens mais pedidos são para diabete, que não são fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além de remédios de alto custo - em geral para tratamento de alguns tipos de câncer, como drogas para quimioterapia oral, ou de doenças raras.

É o caso da empresária Francisca Bruzzi, de 50 anos, que precisou recorrer à Justiça para conseguir dar continuidade ao tratamento do marido, Raimundo, de 61. Diagnosticado com mieloma múltiplo (um tipo de câncer na medula) em 2008, ele tentou vários tratamentos e passou por transplante de medula, mas nada deu certo. A única alternativa para ele é o medicamento Revlimid, que não é vendido no Brasil e custa cerca de R\$ 16,5 mil - preço de uma caixa com 30 comprimidos.

"Entreí na Justiça em março e o juiz determinou a entrega do medicamento. O Estado me entregou, em setembro, um remédio similar, bem mais barato, fabricado na Índia e sem comprovação científica", diz Francisca.

O Estado forneceu a ela o remédio similar, chamado Lenalid, que tem o mesmo princípio ativo do de marca (lenalidomida). Teoricamente, ele oferece os mesmos efeitos ao paciente e custa R\$ 790 - 5% do valor do remédio de marca.

"A médica do meu marido disse que não recomenda o consumo de um remédio sem comprovação científica da sua eficácia. Por isso, ele está sem receber tratamento", conta Francisca.

Medida comum. O secretário de Saúde, Glóvanni Guido Cerni, diz que a secretaria recorre às drogas genéricas ou similares quando o juiz não especifica na decisão o nome do medicamento de marca e sim o princípio ativo (*mais informações nesta página*). No caso da lenalidomida, atualmente existem dez ações em andamento: em cinco delas, o Estado entrega o remédio de marca e em cinco, o indiano.

O hematologista Celso Massumoto, da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abralle), diz que os médicos costumam receitar o remédio de mar-

ca, mas que a maior dificuldade é o preço. "Em geral, os laboratórios costumam seguir as exigências internacionais. Em tese, o remédio indiano produz o mesmo efeito e custa muito menos."

E não é só a lenalidomida que apresenta versões similares ou genéricas. Segundo dados da secretaria, há 118 ações para fornecimento de anastrozol - droga usada no tratamento de câncer de mama. Em 95 delas, o Estado fornece a versão genérica e para as outras 13, entrega a droga de referência (Arimidex).

A mesma coisa acontece com 131 ações que pedem o medicamento letrozol - também para câncer de mama. Em 116 casos, o Estado fornece a droga genérica; nas 15 restantes, entrega a versão de marca (Femara).

A aposentada Alda Scurzio Mantovani, de 70 anos, trata um câncer de mama e também foi à Justiça. Por dois anos, ela comprou o remédio, que custava cerca de R\$ 500 por mês. Mas foi à Justiça quando se endividou.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 03 DEZ 2011

Alda precisava do Arimidex, mas recebeu a versão genérica do Estado. "Algumas vezes me peguei pensando: será que esse remédio tem o mesmo efeito do de marca? Fiquei com dúvida, porque o câncer é uma doença muito difícil, mas o meu médico me tranquilizou", diz.

Doenças raras. Pacientes que sofrem com doenças raras reclamam da demora para o fornecimento de medicamentos. A Associação Brasileira de Hemoglobinúria Paroxística Noturna (ABHPN) afirma que 16 pacientes já receberam liminares ou sentenças que garantem acesso a um remédio essencial para o tratamento, mas ainda aguardam o fornecimento do Estado.

A doença afeta 1 a cada 100 mil pessoas e é hereditária. Causa uma anemia crônica e aumenta as chances de trombose. Fernanda Tavares, advogada que atende a ABHPN, afirma que alguns pacientes demoram mais de 60 dias para receber o remédio – prazo concedido para a secretaria cumprir a decisão. Em nota, a secretaria crítica a "enxurrada de decisões judiciais obrigando o governo a comprar medicamentos não padronizados, alguns sem registro".

Prefeitura é proibida de licenciar novas obras

Decisão judicial obriga Kassab a submeter promessas de campanha a crivo estadual

A Justiça proibiu a Prefeitura de São Paulo de fazer o licenciamento ambiental de qualquer obra de grande porte, incluindo suas próprias construções e projetos urbanísticos. Dessa maneira, grandes promessas do prefeito Gilberto Kassab (PSD) que ainda não foram licenciadas, como a Nova Luz, o túnel de R\$ 3,7 bilhões na Avenida Roberto Marinho e várias obras de menor porte deverão agora passar pelo crivo de órgãos estaduais.

A decisão foi provocada pelo Ministério Público Estadual (MPE), que entrou com ação para cancelar um convênio entre a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e a Prefeitura, que desde 2001 permite à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente realizar processo de licenciamento de grandes obras na capital. Para o promotor José Eduardo Ismael Lutti, autor da ação, a parceria é irregular, pois vários desses empreendimentos têm efeito ambiental em municípios vizinhos.

Além disso, o convênio se baseia em uma resolução federal

de 1997, que já foi considerada parcialmente inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Várias outras parcerias do tipo feitas com municípios paulistas, como Guarulhos e Cubatão, foram canceladas por isso. "Claro que tem muita gente boa na Secretaria do Verde, mas a Cetesb possui mais técnicos e tem capacidade de fazer análises melhores", afirmou Lutti.

Cartada. A liminar retira de Kassab uma das suas principais cartadas para conseguir dar início a seus grandes projetos em ano eleitoral. Atualmente, ou as licenças são conferidas pela própria Secretaria do Verde ou pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades), onde a Prefeitura possui a maioria das 36 cadeiras. Agora, serão técnicos e políticos estaduais que vão dar a palavra final sobre cada projeto. Outro possível efeito colateral da medida é o aumento da morosidade nas concessões de licenças, já que a Cetesb ficará responsável pela análise de um número bem maior de projetos.

A Prefeitura diz que já foi notificada e vai recorrer da decisão.

Agora MP ataca auxílio-moradia da Assembleia

O Ministério Público pretende enxugar ainda mais o holerite dos deputados paulistas. Após conseguir na Justiça, há duas semanas, a suspensão do chamado "auxílio paletó", o MP pode agora acabar com o repasse mensal de R\$ 2.250 de "auxílio moradia". A benesse foi incorporada ao contracheque para ser utilizada no pagamento de aluguel e em despesas de estadia dos 94 deputados da Assembleia.

Entretanto, de acordo com o MP, 33 deputados possuem um ou mais imóveis residenciais registrados em seus nomes na capital paulista e, portanto, não necessitariam receber o auxílio. Para investigar possíveis irregularidades no pagamento, a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social instalou um inquérito que pode resultar na cancelamento do benefício.

Criado em dezembro de 2002, pelo então deputado Walter Feldman (PSDB), o benefício começou a ser pago no ano seguinte com a justificativa do princípio da equivalência com a Câmara dos Deputados. Na Câmara, para receber a quantia, o deputado precisa apresentar um comprovante de aluguel. Na Assembleia, porém, não há controle sobre esses recursos.

Por meio de nota, a presidência da Assembleia disse que não vai se manifestar, uma vez que ainda não foi notificada pelo MP.

SÔNIA RACY Sol quadrado

Nada como o bom humor. No lançamento da candidatura de Alberto Toron para a OAB-SP, anteontem, ao deparar com vários advogados criminalistas, Carlos Miguel Aidar brincou: "Todos os criminosos estão aqui hoje". De pronto, Arnaldo Malheiros replicou: "É o crime organizado".

03 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Presidente da Controlar vira alvo de ação por fraude no Nordeste

Segundo promotoria, Zwetkoff levou ao Rio Grande do Norte modelo paulistano; empresa não se pronunciou

O presidente da Controlar, Harald Peter Zwetkoff, é um dos 34 acusados na ação do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Norte sobre a suposta fraude na inspeção veicular ambiental no Estado. É a primeira ação criminal contra o presidente da empresa responsável pela inspeção veicular em São Paulo.

Zwetkoff é acusado de formação de quadrilha, peculato e fraude em licitação ao lado dos ex-governadores Wilma Faria (PSB) e Iberê Ferreira (PSB) e do suplente de senador João Faustino Ferreira Neto (PSDB). Todos são investigados pela Operação Sinal Fechado, que prendeu 14 dos 34 acusados de fraudes no Departamento Estadual de Trânsito (Detran) do Rio Grande do Norte.

Segundo investigações da promotoria, o presidente da Controlar exportou o modelo da inspeção paulistana para aquele Estado por meio de seus contatos com o lobista paulista Alcides Ferreira Barbosa. E-mails trocados pelos acusados foram interceptados pelos promotores. O Estado procurou a Controlar, que não se manifestou sobre o caso até as 19h45 de ontem.

Grampos telefônicos mostram ainda Barbosa se gabando de seus supostos contatos com o prefeito Gilberto Kassab (PSD), que é réu em companhia de Zwetkoff e do secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Eduardo Jorge, em ação de improbidade administrativa por causa da inspeção em São Paulo.

No Rio Grande do Norte, onde também seria feita por meio de concessão da fiscalização para uma empresa, a inspeção foi suspensa pela Justiça.

Dados sigilosos. Em São Paulo, a Prefeitura publicou ontem novo "termo de confidencialidade" assinado com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) para manter o acesso aos dados sigilosos sobre 7 milhões de donos de veículos e estipular punições para eventuais vazamentos. O MPE desconfia que Prefeitura e Estado, em vez de cortarem o acesso da Controlar aos dados, criaram um documento nulo e irregular. Isso porque ele seria baseado em convênio considerado nulo pela 11.ª Vara da Fazenda Pública. Em nota, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente informou que apenas fez "atualização do termo de confidencialidade em vigor".

PARA LEMBRAR

Kassab: bens bloqueados

Na sexta-feira retrasada, promotores que contestam o convênio da Prefeitura com a Controlar conseguiram na Justiça bloqueio dos bens do prefeito, do secretário do Verde, Eduardo Jorge e de 13 empresários, entre eles Harald Peter Zwetkoff (Controlar). Todos ne-

gam as acusações.

O MPE ainda pede que réus devolvam R\$ 1,1 bilhão aos cofres públicos, além do encerramento do contrato com a Controlar e a devolução da taxa e das multas a donos de veículos. A Promotoria acusa Kassab de ter resgatado em 2007 uma licitação feita na gestão Maluf (1993-1996) para favorecer empresas que comprariam a Controlar quase dois anos depois.

04 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Trio da mordaza ataca de novo

Eles não desistem. Apesar de a presidente Dilma Rousseff ter deixado claro, em várias oportunidades, que não quer ouvir falar em censura à Imprensa, os petistas continuam fazendo proselitismo de sua visão muito particular de "controle social da mídia". Foi o que voltou a acontecer na semana passada, durante o seminário "*Um novo marco regulatório para as Comunicações*", promovido em São Paulo pelo partido do governo e protagonizado pelo trio que está na linha de frente dos defensores da mordaza: José Dirceu, Franklin Martins e Ruy Falcão. O Palácio do Planalto recusou-se a dar seu aval ao evento, razão pela qual o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, embora convidado e anunciado como participante da mesa de abertura, não compareceu.

É claro que nenhum dos integrantes do trio da mordaza admite publicamente ser defensor da censura. Mas com o PT instalado no poder, logo no início do primeiro mandato de Lula, foi proposta a criação de um Conselho Federal de Jornalismo com poderes para controlar e fiscalizar os meios de comunicação. Por absurda, a ideia não progrediu. Nessa época, é verdade, o trio da mordaza estava disperso: Dirceu, chefe da Casa Civil, articulava a formação da quadrilha do mensalão, o que lhe custou o cargo e o mandato de deputado federal. Martins trabalhava na imprensa contra a qual já então conspirava, ao mesmo

tempo que cultivava seus laços com Lula e o PT, o que lhe valeu, tempos depois, o cargo de ministro. Falcão era figura inexpressiva da *nomenklatura* petista e teria permanecido nessa condição se as contingências da vida partidária não tivessem apontado para a necessidade de colocar na presidência da legenda alguém que soubesse exatamente quem são os verdadeiros mandachuvas. Hoje, desvinculados do governo, os três agem de comum acordo na instância partidária para manter acesa a chama da obsessão que os une: a censura à imprensa. Agem movidos, basicamente, pelo históri-

'Democratizar os meios de comunicação' é o novo nome do 'controle social da mídia' no PT

co radicalismo ideológico que compartilham. E não se pode esperar que mentes autoritárias admitam o contraditório, um dos fundamentos das liberdades democráticas. Não é à toa que Dilma Rousseff, com ampla experiência no trato com cabeças ideologicamente radicais e autoritárias, hoje queira distância do trio de ferrabrases.

Foi por essa razão que a presidente, logo ao assumir o poder, transferiu para o Ministério das Comunicações e para o ministro Paulo Bernardo a responsabilidade de rever o projeto de implantação do novo marco regulatório das comunicações. Este, no governo Lula, tinha sido elaborado sob a inspiração de Franklin Martins, na Secretaria de Imprensa da Presidência, e

promovia, deliberadamente, confusão entre os conceitos de marco regulatório propriamente dito e "controle social" das comunicações.

Como já foi mais de uma vez dito neste espaço, o marco regulatório é um conjunto de disposições legais que disciplina as atividades em áreas que dependem de concessão estatal, como a radiodifusão e a telecomunicação. "Controle social" é conceito que implica não apenas a regulação da propriedade e do funcionamento técnico dos instrumentos de comunicação, mas, sobretudo, dos conteúdos veiculados. A necessidade da modernização do marco regulatório das comunicações no País, defasado em relação aos avanços tecnológicos das últimas décadas, é absolutamente pacífica. Mas a questão dos conteúdos diz respeito à liberdade de expressão e ao direito à informação, fundamentos de uma sociedade democrática e, nessa medida, intocáveis.

O trio da mordaza vai continuar mistificando a questão do controle social da mídia, que hoje prefere designar pelo nome mais charmoso de "democratização dos meios de comunicação". Dirceu lamentou, durante o seminário, que não haja no País nenhum jornal "de esquerda" para apoiar o governo. Talvez tivesse em mente algo monolítico, como o *Pravda* soviético ou o *Granma* cubano. Porque não basta a imprensa brasileira manifestar simpatia por algumas declarações e alguns atos da presidente Dilma. Isso, para o trio, é apenas um truque das "elites" para "dividir o PT".

04 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Viúva do caso Mega-Sena é absolvida

Adriana Almeida era acusada de planejar a morte do marido, René Senna; com o resultado, ela passa a ter direito a 50% da herança

O Conselho de Sentença do Tribunal do Júri de Rio Bonito, no Rio, absolveu na madrugada de ontem a cabeleireira Adriana Ferreira de Almeida, acusada de mandar matar o milionário da Mega-Sena René Senna, em janeiro de 2007.

A sentença foi lida pela juíza da 2.ª Vara de Rio Bonito, Roberta dos Santos Braga Costa. Outros três acusados de tramar o assassinato também foram absolvidos. Com a decisão, Adriana deve ficar com a herança de cerca de R\$ 50 milhões.

O julgamento durou cinco dias e foram ouvidas 17 testemunhas – apenas os ex-segurancas da vítima, Anderson Silva de Souza e Ednel Gonçalves Pereira, condenados em 2009 a 18 anos de prisão, cumprem pena pelo crime. Ainda ontem, o Ministério Público do Rio recorreu contra a absolvição da viúva de René, executado com cinco tiros dois anos após ganhar R\$ 52 milhões. O prazo mínimo para novo julgamento é de três meses.

Na avaliação dos promotores do MP do Rio, o júri não levou em consideração investigações concluídas, que constavam no processo, como as ligações telefônicas de Adriana para o ex-segurança Anderson Souza, já condenado pelo crime, que comprovariam ter sido ela a mandante do assassinato. A defesa da viúva classificou a atuação da acusação como “covarde, infantil, preconceituosa e sem provas”.

“Estou absolutamente convencida da participação de Adriana, mas o Tribunal do Júri é isto. A sociedade é quem decide. A decisão é soberana, mas não é abso-

luta”, afirmou a promotora Priscilla Naegele Vaz. Única filha do milionário, Renata Senna não compareceu no último dia de julgamento. O advogado dela, Marcus Rangoni, confirmou que o MP do Rio entrou com recurso no final do julgamento e disse que a sentença revoltou a família da filha da vítima, que também quer recorrer contra a decisão.

Patrimônio. Durante o julgamento, Adriana admitiu que teve um caso fora do casamento com um motorista de van, com quem passou o réveillon de 2007. A viúva disse que a relação aconteceu porque o marido sofria de disfunção erétil. Ao ouvir a sentença, Adriana chorou.

Absolvida, a viúva passa a ter o direito de lutar pela metade da fortuna deixada pelo marido, hoje estimada em R\$ 100 milhões. No testamento, o milionário deixou metade do patrimônio para a viúva. Apontada pela polícia como mandante do crime, se condenada, Adriana teria o acesso definitivamente interditado aos bens da vítima. Todo o patrimônio ficará interditado pela Justiça até o fim do processo criminal sobre a morte do milionário.

CRONOLOGIA

Janeiro de 2007 Assassinato

René Senna é morto com quatro tiros na cabeça quando estava em um bar

Junho de 2009 Sem julgamento

Preso desde o crime, Adriana é solta por decisão do STJ, que considerou que ela sofria “constrangimento ilegal”, por causa da demora no julgamento

Julho de 2009 Ex-segurancas

Dois ex-segurancas do milionário René Senna são condenados a 18 anos de prisão

TUTTY

Faz as contas

Deu na revista *Forbes*: surgem a cada dia no Brasil 19 milionários. O problema é que, a cada hora, nascem 321 bebês no País.

JOÃO BOSCO RABELLO

Belém/Brasília

A leitura corrente no Congresso é a de que Jader influi no TRE do Pará, que protela a expedição do diploma de Paulo Rocha, enquanto o PT impede o avanço de seu caso no STF.

05 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Corporativismo e impunidade

Se o órgão criado para apurar indícios de atos ilegais praticados na administração pública e punir os responsáveis pelas irregularidades se alia aos investigados, as consequências mais óbvias serão a facilitação e a disseminação das práticas sob investigação. Esta é, lamentavelmente, a situação que se está criando no serviço público, pois as corregedorias - responsáveis pela apuração de atos irregulares e punição dos eventuais culpados - estabeleceram um "acumpliamento corporativo" com servidores envolvidos em desmandos e corrupção, como descreveu o ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, criando uma situação por ele considerada "inaceitável" (Estado, 26/11).

Dinheiro público que deveria ser aplicado em projetos de interesse coletivo é desviado para os bolsos de umas poucas pessoas ou é desperdiçado. Assim, os contribuintes recolhem impostos em troca de serviços cada vez mais deficientes. Por causa de acertos entre corregedorias e investigados, os responsáveis pelos atos ilegais raramente são alcançados pela punição administrativa ou financeira. Em muitos casos, ainda escapam da ação judicial que poderia ser aberta contra eles com base no que foi apurado no plano administrativo.

"Quantas vezes vemos situações de corregedorias que, diante de ilícitos evidentes e de um mal-estar na própria corporação em que o órgão está, resolvem colocar a sujeira debaixo do

tapete para não ter que colocá-la à luz do sol, o que evidentemente propiciaria uma lição mais firme e decidida", disse o ministro, durante reunião da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, organização formada por 70 entidades de prevenção e repressão ao crime organizado. Essa organização se reúne anualmente para discutir mecanismos de proteção dos recursos do Tesouro Nacional contra a corrupção.

Nem todas as corregedorias se renderam ao corporativismo denunciado pelo ministro da Justiça. Há exemplos de órgãos de investigação interna que não

As corregedorias dos serviços públicos pouco servem à função para a qual foram criadas

se submetem ao tráfico de influência ou aos interesses de uma pequena parte do funcionalismo, e procuram desempenhar seu papel com a isenção que ele requer.

Embora o ministro Cardozo não a tenha citado, suas palavras podem ser interpretadas como de apoio à corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon, que enfrenta forte resistência corporativa de parte da magistratura ao ritmo e ao estilo de trabalho que vem desenvolvendo.

Na semana passada, a chefe da corregedoria do CNJ informou que o órgão está investigando operações suspeitas envolvendo um grupo de juízes em grilagem de terras nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,

Piauí e divisa entre Bahia e Goiás. Em setembro, a ministra Eliana Calmon havia afirmado ser necessário combater a impunidade dos "bandidos que se escondem atrás da toga", o que provocou a divulgação, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, de uma nota de repúdio em que também cobrava retratação da ministra, que não se retratou.

Em ação de inconstitucionalidade impetrada no STF, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) questiona as prerrogativas do CNJ para investigar e punir juízes acusados de desvio de conduta. No seu entender, só depois de julgadas pelas corregedorias dos respectivos tribunais as denúncias poderiam ser examinadas pela corregedoria do CNJ.

É neste ponto que as afirmações do ministro da Justiça ganham maior relevo. As corregedorias locais têm em andamento 1.085 investigações contra magistrados, de acordo com dados divulgados pelo ministro Cezar Peluso, que também preside o CNJ. O número elevado pode sugerir trabalho intenso das corregedorias locais. Mas relatórios da Corregedoria Nacional de Justiça, chefiada pela ministra Eliana Calmon, constataram a existência de processos "esquecidos" em prateleiras ou que vêm passando de gaveta em gaveta - alguns, desde 2005. Na prática, pouco se investiga.

Como são leves as punições administrativas para boa parte dos atos investigados, o prazo de prescrição é curto. A demora no julgamento dos processos, por isso, beneficia os investigados.

05 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Contra governo, PPS faz 'guerrilha' na Justiça e no Congresso

Partido se notabiliza por cobrar sistematicamente a apuração de denúncias de corrupção no governo e demissão de ministros

Reduzido à condição de nanico, com apenas nove deputados e nenhum senador, o PPS vive hoje o complexo do PT oposicionista. Mas, sem a máquina sindical, estudantil, religiosa e social dominada pelos petistas durante os tempos de oposição, restou ao PPS adotar uma tática que sempre rejeitou, mesmo quando se chamava Partido Comunista Brasileiro (PCB): a guerrilha.

No caso, uma guerrilha que atua no Judiciário, no Ministério Público Federal (MPF), no Tribunal de Contas da União (TCU), na Controladoria-Geral da União (CGU) e no Congresso. Em todas as frentes, o PPS cobra a apuração de denúncias de corrupção no governo, demissão de ministros e punição de servidores.

No Legislativo já foi pedida a criação de três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), todas elas arquivadas pelo presidente da Câmara, o petista Marco Maia (RS). "Optamos por dirigir nosso ataque com a ajuda do Ministério Público porque aqui na Câmara não nos dão nem o direito de criar uma CPI, tamanha a força do governo", disse o líder do partido, deputado Rubens Bueno (PR).

Revistas e jornais. O sistema de vigilância do partido baseia-se na sua quase integralidade nas notícias que saem nos meios de comunicação sobre os malfeitos do governo federal. Para tanto, chega a manter uma equipe de jornalistas e de advogados de plantão no fim de semana com a tarefa de esquadriñar revistas e jornais, produzir repercussões, estudar ações no Judiciário e representações no Ministério Público.

Só em 2011 o PPS entrou com cinco ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o governo. A ponto de o presidente da Corte, Cezar Peluso, dizer ao presidente do partido, Roberto Freire (SP), e ao líder Rubens Bueno, ao encontrá-los logo depois de mais uma ação entregue ao protocolo: "Obrigado pela preferência".

O partido não dá tréguas ao governo. Até agora, foram feitos 91 pedidos de audiências públicas sobre temas que vão da convocação de ministros acusados de corrupção a explicações sobre temas mais corriqueiros, como as formas de combater a inflação. Só o TCU trabalha com nove pedidos abertos pelo PPS para investigar obras do governo.

Na guerrilha montada pelo partido estão ainda 26 pedidos de informação aos ministérios, a estatais, escândalo no Bolsa Família, no seguro da pesca, na merenda escolar, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no projeto do trem-bala. O ex-ministro Pedro Novais (Turismo) foi importunado pelos requerimentos do partido até pedir clemência.

Numa ligação telefônica a Rubens Bueno, Novais disse que se fosse responder a tudo o que o PPS pedia não teria mais como trabalhar. "Tenha dó desse velho", disse Novais, que já está com 80 anos.

Bunker. O bunker do PPS funciona numa sala de cerca de 20 metros, atrás do corredor onde ficam as comissões principais da Câmara. Lá funciona um serviço de rádio, uma TV pela internet, com material disponibilizado no portal do partido - www.pps.org.br.

Na sua guerrilha, o PPS contabiliza vitórias. É do partido a ação principal sobre a validade da Lei da Ficha Limpa e da fidelidade partidária. Também com

ameaça de ir ao STF a legenda impediu o governo de atropelar o regimento para aprovar com urgência na Câmara a emenda constitucional que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

A DRU permite ao governo separar 20% das receitas para aplicar como quiser, livre das vinculações obrigatórias. O governo tem pressa porque a proposta tem de ser votada ainda este ano para entrar em vigor em 2012, conforme manda a lei.

● O PPS no ataque

A guerrilha do PPS contra o governo em 2011

91

pedidos de audiências públicas

26

pedidos de informação a ministros

9

pedidos de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU)

8

representações na Procuradoria-Geral da República

3

pedidos de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

3

representações no Ministério Público Federal de Brasília

5

ações no Supremo Tribunal Federal (STF)

1

pedido de punição ao ministro Paulo Bernardo (Comunicações) na Comissão de Ética da Presidência da República

O ESTADO DE S. PAULO

05 DEZ 2011

Resultado da prova da OAB será divulgado no dia 26

A divulgação do resultado preliminar do exame do V Exame de Ordem Unificado da Ordem dos Advogados do Brasil, cuja segunda fase ocorreu ontem, será no dia 26. O resultado final está previsto para 16 de janeiro.

Na etapa de ontem, o candidato teve de redigir uma peça jurídica e responder a quatro questões discursivas sobre a área do Direito escolhida.

Este é o primeiro exame desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional sua exigência para o exercício da advocacia. Mais informações: <http://oab.fgv.br>.

FÓRUM DO LEITOR

FICHA LIMPA pedidos de vista

O ministro Dias Toffoli tornou-se um fator de retardo de vários processos que tramitam na Suprema Corte. Agora o dr. Toffoli pediu vista do processo da Ficha Limpa - como já ocorre desde setembro de 2010 com todas as ações judiciais referentes às poupanças lesadas pelos planos econômicos das eras Sarney e Collor. Todos esses pedidos de vista só têm em vista atrasar, retardar todos esses processos, que ora lesam os poupadores, ora beneficiam políticos corruptos - que existem em abundância no Brasil. Por outro lado, o Supremo Tribunal agiu de maneira célere na hora de anistiar um terrorista assassino que, agora, desfruta toda a liberdade no País. Estranho, não?

BORIS BECKER

borisbecker@uol.com.br

São Paulo

TRIBUNA DO PARANÁ

Duas Oscips interditadas

03 DEZ 2011

A 2.ª Vara Federal Criminal de Curitiba decretou a intervenção judicial nas Oscips (Organizações Sociais Civis de Interesse Público) Instituto Brasileiro de Integração e Desenvolvimento Pró-Cidadão (Ibidec) e Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira (Adesobras). Os dirigentes das duas Oscips foram denunciados por crimes de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro pelo Ministério Público Federal (MPF) na ação penal 5009807-73.2011.404.7000.

Segundo a denúncia, os acusados, dentre outros crimes, teriam desviado, em seu favor e de terceiros, recursos públicos no montante de cerca de R\$ 18.932.890,90, através da simulação de despesas mediante a contratação de assessorias ou serviços de consultoria fictícios.

A denúncia tem por base investigação da Polícia Federal (PF), da Controladoria Geral da União e da Receita Federal na assim denominada Operação Dejá vu II. Ao receber a denúncia, o Juízo reputou necessário decretar a intervenção judicial nas Oscips a fim de prevenir novos desvios de recursos públicos, assegurando, porém, a continuidade das atividades das Oscips na prestação de serviços públicos, principalmente na área da saúde, e possibilitando que as entidades públicas que as contrataram possam assumir os serviços ou realizar licitações para contratar outras entidades.

A intervenção iniciou quinta-feira e está prevista para durar seis meses, prazo no qual serão encerradas as atividades das Oscips. Pela mesma decisão, os dirigentes das Oscips foram proibidos de diretamente ou indiretamente constituírem ou trabalharem em Oscips ou Organizações Sociais (OSs) que recebam, qualquer que seja o título, valores do Poder Público, sob pena de prisão, isso até o julgamento da ação penal.

As informações são da Justiça Federal do Paraná.

Votação das OSs será segunda-feira

A segunda-feira promete ser agitada na Assembleia Legislativa, com a retomada da votação do projeto que permite ao governo do Paraná contratar Organizações Sociais (OSs) para atuar em várias áreas, com exceção de educação e segurança. Contrárias à proposta, entidades sindicais prometem lotar as galerias da Casa. Para o Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná (Simepar), a contratação de OSs constitui a terceirização da atividade fim do Estado, o que é inconstitucional. O Supremo Tribunal Federal (STF) está prestes a decidir pela inconstitucionalidade da Lei Federal 9.637/98, que instituiu o modelo das OSs no âmbito federal pelo governo Fernando Henrique Cardoso. O ministro relator, Carlos Ayres Britto, votou no sentido de que a privatização via OSs é uma terceirização aberrante, e que o modelo apenas poderia servir para que o Estado fomentasse as entidades.

O Simepar informa que acompanha diversos casos em que a contratação de médicos através de OSs nos municípios resulta em precarização dos contratos de trabalho, sonegação de impostos e de direitos dos trabalhadores, disponibilização de mão de obra insuficiente, abaixo da contratada e, conseqüentemente, a queda da qualidade dos serviços prestados à população.

TRIBUNA DO PARANÁ

Grilagem 03 DEZ 2011

Maracutaia de novo

Publicitário Marcos Valério, que já responde à CPI do Mensalão, agora também é investigado por fraudes em registros de imóveis

O empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, apontado como operador do esquema do mensalão, foi preso no início da manhã de ontem em Belo Horizonte (MG), acusado de envolvimento em esquema montado na Bahia para grilagem de terra e fraudes com registros de imóveis inexistentes. Além de Valério, foram presos na capital mineira Ramon Hollerbach Cardoso, Francisco Castilho e Margareth Queiroz de Freitas, ex-sócios do empresário na agência DNA Propaganda.

A ação faz parte da operação batizada Terra do Nunca, que resultou na prisão de outras 11 pessoas na Bahia e em São Paulo. Além das prisões, a Justiça em São Desidério (BA) decretou também buscas e apreensões de documentos que comprovariam as fraudes. A reportagem apurou que apenas na casa de uma funcionária do cartório do município baiano (Ana Elizabete Vieira Santos, mãe do piloto de Fórmula 1 Luiz Razia) teriam sido apreendidas 250 escrituras de imóveis.

Segundo o promotor Carlos André Milhon Pereira, da Promotoria de Justiça de São Desidério, os envolvidos forjavam essas escrituras para legalizar terras griladas ou até para criar imóveis "fantasmas" que eram usados como garantia para empréstimos junto a instituições bancárias ou para negociações de dívidas com o poder público. "As informações (nas escrituras) são bem vagas. Não possível determinar onde estes imóveis se localizavam. São matrículas de imóveis inexistentes", afirmou. Essas terras "fantasmas" seriam principalmente fazendas no sul e oeste da Bahia.

Investigações

O esquema de fraude com escrituras de imóveis inexistentes foi descoberto ainda durante as investigações do mensalão, no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, o jornal O

Estado de S. Paulo revelou que Valério usou títulos fraudados de fazendas inexistentes no sul da Bahia como garantia para renegociação de dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Lembrando que as investigações ainda estão em andamento, Carlos Pereira afirmou que ainda não foi contabilizado o valor do prejuízo que o esquema causou ao poder público e a pessoas físicas e instituições financeiras. "Ainda não temos estimativas, na questão de valores e de pessoas prejudicadas. A investigação vem de uma longa data, mas a cada vez se descobre novos fatos. Mais para frente é capaz de termos novas operações e novas pessoas envolvidas", revelou.

Ainda de acordo com o promotor, as investigações indicam que Valério e seus sócios na DNA, além de usarem os títulos fraudados, podem estar envolvidos inclusive na criação do esquema. "A decisão que levou à prisão, muito bem fundamentada por sinal, leva para os dois lados. Tanto se beneficiando quanto provavelmente também usando meios para criar essa fraude. Tudo isso ainda vai ser apurado", ressaltou. No caso do INSS, o esquema também foi usado para renegociar dívidas da SMP&B, outra agência do empresário mineiro usada nas operações do mensalão. O delegado Adalton de Souza Adam, da Polícia Civil baiana, afirmou que, em Belo Horizonte, está "apenas parte da quadrilha".

TRIBUNA DO PARANÁ

Justiça mantém Usina de Mauá

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) julgou apelação do Ministério Público Federal (MPF) e entendeu que não é necessária a realização de audiências públicas prévias ao deferimento de licenças ambientais com relação à Usina Hidrelétrica Mauá, no Paraná.

A construção da hidrelétrica levou o MPF a ajuizar ação civil pública na qual pedia a suspensão do procedimento de licenciamento ambiental da hidrelétrica até que fosse concluída a Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Tibagi. A Procuradoria também pedia na ação a realização de audiências públicas nas localidades afetadas pela usina e a adoção de medidas que garantissem acesso à informação a toda a população da região.

A sentença de primeiro grau concedeu apenas a primeira parte, paralisando o licenciamento até que fosse concluído o estudo ambiental, o que teria ocorrido e tornado possível o início da construção do empreendimento. A negativa judicial da necessidade de realização das audiências públicas para a população levou o MPF a apelar ao tribunal.

Após analisar o recurso, o relator do processo, desembargador federal Fernando Quadros da Silva, manteve a sentença. Segundo ele, as obras da usina hidrelétrica Mauá estão avançadas e devem ser concluídas em outubro de 2012, o que tornaria as audiências públicas sem utilidade na prática.

Abastecimento

A Usina Hidrelétrica Mauá está em construção 600 metros rio acima da Usina Presidente Vargas, entre os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira. As obras começaram em 2008, controladas pelo CIECS (Consórcio Energético Cruzeiro do Sul), com participação societária de 51% da Copel e 49% da Eletrosul. A Usina será capaz de atender ao consumo de 1 milhão de pessoas.

04 DEZ 2011

Justiça

O deputado federal Fernando Francischini (PSDB-PR) protocolou, anteontem, ação na 5ª Vara Cível Federal, contra a presidente Dilma Roussef, por omissão no dever de exonerar o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. "O caso do ministro Lupi é uma vergonha. Quero que ele devolva todo salário que recebeu da Câmara dos Deputados sem trabalhar. Dinheiro público deve voltar para o bem público".

Viúva alegre

O Ministério Público do Rio recorreu contra a absolvição de Adriana Ferreira de Almeida, a viúva do milionário Renné Senna, executado com cinco tiros em janeiro de 2007, dois anos após ganhar R\$ 52 milhões na Mega-Sena. Adriana e três acusados de tramar a morte do ex-lavrador foram absolvidos por falta de provas na madrugada de ontem pelo Tribunal do Júri, no Fórum de Rio Bonito (RJ).

05 DEZ 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Liminar suspende aposentadoria de juízes só aos 75 anos

Os ministros do Supremo Tribunal Federal suspenderam liminarmente os efeitos dos dispositivos das Constituições do Piauí e do Maranhão que elevaram de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria de juízes estaduais e demais servidores públicos estaduais e municipais. A decisão da maioria dos ministros é desta quinta-feira (1^o/12).

Para o ministro relator da ADI contra a norma do Piauí, Ricardo Lewandowski, a norma é inconstitucional, pois a matéria encontra-se disposta no texto da Constituição Federal, estabelecendo aposentadoria compulsória do servidor público, incluindo-se os juízes, aos 70 anos. Segundo o relator, tal norma é de "observância compulsória" por parte de estados e municípios e de "absorção obrigatória" pelas Constituições estaduais.

Por unanimidade de votos, os ministros concederam as liminares requeridas pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra dispositivos presentes nas Constituições do Piauí e do Maranhão, de relatoria dos ministros Ricardo Lewandowski e Joaquim Barbosa, respectivamente.

As liminares foram concedidas com efeitos ex tunc, ou seja, com eficácia retroativa. Apenas o ministro Marco Aurélio as concedia com efeitos ex nunc, o que quer dizer que a eficácia dos dispositivos só seria suspensa a partir do momento em que foi proferida a decisão. Tanto no caso da Constituição do Piauí quanto a do Maranhão, os dispositivos foram inseridos há pouco mais de um mês por meio de emendas constitucionais aprovadas pelas Assembleias Legislativas.

Ao proferir seu voto que contesta dispositivo da Constituição piauiense, Ricardo Lewandowski salientou a flagrante inconstitucionalidade da norma. "De forma expressa e taxativa, o comando legal da Constituição estende-se aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Percebe-se, portanto, que o dispositivo constitucional disciplina, de forma global, o regime de previdência dos servidores públicos vinculados às três esferas da Federação", salientou, acrescentando que "a Carta da República não deixou qualquer margem para atuação inovadora do legislador constituinte estadual".

05 DEZ 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Banco indeniza aposentado por ameaçar cancelar seguro

Em decisão unânime, a 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho concedeu o pedido de indenização de R\$ 20 mil por danos morais de um trabalhador que, após sua aposentadoria por invalidez, recebeu notificação do empregador, o Banco Bradesco, informando-o de que seria desligado do plano de saúde da empresa.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, ao julgar o caso, admitiu que a incerteza e a insegurança quanto ao tratamento adequado provocaram no trabalhador "uma tortura sempre constante, já que se vê tocado em seu bem maior – a própria vida". Porém, não entendeu configurada na conduta do empregador a prática de ato ilícito.

No Recurso de Revista ao TST, o bancário aposentado insistiu que fazia jus ao recebimento da indenização por danos morais advindos da ameaça de cancelamento de seu plano de saúde. Afirmou que o banco, cliente de que ele tinha câncer, "de forma acintosa, premeditada, unilateral e sem amparo legal, ameaçou, por escrito, cancelar os planos de saúde" dele e de seus dependentes, deixando-os "humilhados, sem esperança e com futuro incerto".

Empresa não pode impor que funcionário contrate seguro

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) terá que devolver os valores do seguro de vida descontados do salário de um ex-funcionário. A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve o entendimento da 4ª Vara do Trabalho de Casias do Sul e do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) por entender que a contratação do seguro se deu por imposição da própria empresa.

No TST, o Banrisul alegou que o TRT reconheceu a existência de documento assinado pelo empregado autorizando o desconto que incluiu o seguro para a sua mulher. A empresa mencionou a Súmula 342 do TST, que autoriza os descontos quando autorizados pelo empregado. Mas o relator e presidente da Turma, o ministro João Batista Brito Pereira, entendeu que houve imposição do banco e, portanto, o desconto era irregular.

O TST afirmou que para decidir de forma diferente seria necessário reexaminar as provas do processo, incabível em Recurso de Revista. Assim, o relator votou pelo não conhecimento do recurso e foi acompanhado pelos demais integrantes do colegiado.

OSCIPs

A 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba decretou a intervenção judicial nas OSCIPs (Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público) Instituto Brasileiro de Integração e Desenvolvimento Pró-Cidadão (IBIDEC) e Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira (ADESOBRAS). Os dirigentes das duas OSCIPs foram denunciados por crimes de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro pelo Ministério Público Federal (MPF) na ação penal 5009807-73.2011.404.7000. Segundo a denúncia, os acusados, dentre outros crimes, teriam desviado, em seu favor e de terceiros, recursos públicos no montante de cerca de R\$ 18.932.890,90, através da simulação de despesas mediante a contratação de assessorias ou serviços de consultoria fictícios.

FÁBIO CAMPANA

Aumento suspenso

Em ação proposta pelo Ministério Público do Paraná, a juíza da Vara Cível de Guaratuba, Giovanna de Sá Rechia, deferiu liminar que suspende a vigência da resolução que autorizava o aumento dos salários dos vereadores. A resolução (107/2011) foi aprovada pela Câmara em outubro deste ano e autorizava o aumento do subsídio em 11,79% por cento.

05 DEZ 2011

FIM DO SIGILO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Sites de compra crescem e Justiça precisa de adptar

Serão apuradas violações aos direitos humanos entre 1946 e 1988

Rafael Jacinto e
Vitor Hugo Silva Leite

Nunca se consumiu tanto pela internet. Recentemente, uma rede de pesquisa de mercado empresarial, a Forrest Research, divulgou que os brasileiros são, na América Latina, os maiores adeptos do varejo online, responsáveis por protagonizar 40% dos negócios. Os dados são ainda mais impressionantes: hoje, no Brasil, o comércio eletrônico movimentou, anualmente, 17 bilhões de reais, impulsionado, principalmente, pelos consumidores da denominada Classe C, que só no primeiro semestre de 2011, bateu a incrível marca de três milhões de novos adeptos ao denominado e-commerce.

Quem alavancou a crescente do mercado foram os sites de compra coletiva. Método de aquisição, que chegou ao Brasil no início de 2010 - e, no dias atuais, já se tem a perspectiva de que seja o 2º maior mercado do mundo -, que busca baratear produtos ou serviços vendendo-os em massa.

Em total harmonia à capitalista "lei da oferta e da demanda", temos grande demanda e menores preços. Os descontos são tantos, que até quem um dia se recusou a ser adepto aos carrinhos de compras virtuais. Ofertas belam até 50% do seu preço original. Realmente, não há como resistir.

Ocorre que, para o Direito, sendo maior a procura maiores são os problemas. Isso, pois, atualmente, a legislação pátria, especificadamente o "CDC" - Código de Defesa

do Consumidor (Lei 8.078/1990) - não trás proteção adequada ao consumidor quanto à compra nesses tipos de sites. Existe uma grande quantidade de questões não respondidas, entre elas, a que será objeto do presente artigo: "de quem é a responsabilidade por vício ou fato (acidente de consumo) de produto ou serviço vendido? Do site hospedeiro? Apenas do fornecedor (anunciante)? De ambos?".

Sem prejuízo da proteção trazida no citado código - exemplos: a responsabilidade do fornecedor ou fabricante pela reparação de danos, independente de culpa, por defeitos decorrentes dos seus produtos (artigo 12); o prazo para reclamar tais defeitos, sendo de 30 dias (em se tratando de produtos não duráveis, como, p.ex., alimentos) ou 90 dias (em se tratando de produtos duráveis, como, p. ex., televisor, geladeira etc) (artigos 12 e 26); além do prazo de 07 dias para desistir, sem qualquer justificativa, de aquisição realizada fora do estabelecimento comercial -, fato é que, fundamentalmente por ser tema tão recente, não existem julgamentos dos grandes Tribunais (STF e STJ), tampouco grandes estudos, que possam preencher a falta de lei.

Retornando à pergunta, de quem é a responsabilidade? Ou seja, de quem cobrar/exigir a reparação por dano?

Havendo boa-fé por parte do consumidor, tanto o site que hospeda a oferta de compras coletivas (seja produtor, distribuidor ou comerciante do produto, etc - artigo

3º), quanto o vendedor que anuncia seu produto, são responsáveis. Isso, pois, o consumidor é vulnerável frente ambas as empresas - ou vendedor individual - (site e vendedor ou fornecedor), e logo, deve ser protegido.

Em geral (ou seja, em quase todos os casos), o site não pode se eximir de culpa pela não satisfação do consumidor. O CDC traz dispositivos que garantem ao adquirente do produto ou serviço exigir reparação de ambos (site e vendedor/fornecedor), como, por exemplo, o que dispõe os artigos 7º e 18º (trata da denominada responsabilidade solidária).

Existe o dever, por parte do site, de verificar a possibilidade de cumprimento do que foi posto à venda. Isso é fiscalizar os serviços, instalações e produtos ofertados pelo anunciante. Há necessidade de ser cauteloso e vigilante no que se refere aos produtos e serviços, não só para proteção ao consumidor, mas, também, para se resguardar.

Também, além do dever de zelar pelo que foi anunciado - compreendendo, portanto, a existência do produto, a não modificação do valor, além da respectiva entrega -, o site deve possuir um canal direto de relação com o cliente, capaz de dirimir dúvidas, de forma eficaz, acerca do produto, forma de pagamento e, obviamente, escutar as reclamações. No entanto, dos sites que temos hoje, não é o que se verifica.

Como em qualquer seguimento, existe divergência quanto ao dfo

acima. Em um recente congresso promovido pela OAB ("Ciberjur"), o palestrante, em suas razões, colocou que a responsabilidade do site é mitigada, ou seja, deve ser suavizada, verificada "caso a caso". No entanto, discorda-se aqui (como, também, a maioria dos juristas discordou na palestra) de tal posição, porque o consumidor é o menos favorecido na relação de compra e venda e merece total proteção.

Tanto é que, em dezembro de 2010, foi instituída no Senado uma Comissão Especial que tem por objetivo atualizar o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) para fazer constar regras de proteção no comércio eletrônico. Foram elaborados três projetos para inclusão de alguns artigos, que, pela complexidade do tema, estão e devem permanecer por um bom tempo em discussão.

Logo, em síntese, sendo o consumidor (de boa-fé) lesado, deve-se procurar tutela pelo Poder Judiciário e exigir indenização do site hospedeiro e do anunciante (vendedor ou fornecedor, de serviço ou produto).

Para que conste, apesar de se falar aqui apenas sobre a tutela do consumidor, é importante deixar claro que o site hospedeiro também detém proteção jurídica em relação ao vendedor do produto. Havendo dever de reparar o consumidor, o site que hospeda o produto pode (tem o direito) reclamar indenização por parte do anunciante, pelo não cumprimento do contrato.

05 DEZ 2011

JORNAL DO ESTADO

CAMPO LARGO

Cidadão Honorário

O juiz Gaspar Luiz Mattos Araujo Filho foi homenageado com o título de cidadão honorário de Campo Largo. A cerimônia foi realizada na Câmara de Vereadores na noite de sexta-feira passada. Um dos vereadores que aprovou a homenagem – que teve unanimidade na Câmara – destacou que “o doutor Gaspar anda pelo caçadão de Campo Largo como qualquer outro cidadão. É de uma humildade e simpatia que servem de exemplo para todos”.

Contra Dilma

O deputado Fernando Francischini (PSDB-PR) protocolou, na sexta-feira, uma Ação Popular, na 5ª Vara Cível da 4ª Região da Justiça Federal, do Paraná, contra a presidente da República, Dilma Roussef, por omissão no dever de exonerar; contra o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, por atos de improbidade administrativa; e contra a União. Francischini afirmou que sua iniciativa se justifica na aversão que a população brasileira tem manifestado contra a corrupção e a impunidade, e se reforça na recomendação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República de afastamento do ministro Lupi, sugerido à presidenta, que, no entanto, vem protestando tal ato. “O caso do ministro Lupi é uma vergonha. Quero que ele devolva todo o salário que recebeu da Câmara dos Deputados sem trabalhar. Dinheiro público deve voltar para o bem público”.

05 DEZ 2011

JORNAL DO ESTADO

PAINEL JURÍDICO

Gratificação

A ministra Cármen Lúcia, do STF, concedeu liminar para suspender decisão do Conselho Nacional do Ministério Público que impedia o pagamento de gratificação aos procuradores de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. A ministra enfatizou que "a natureza estritamente administrativa do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público não os autoriza a exercer o controle de constitucionalidade de leis".

Vínculo

Um Banco teve que reconhecer um trabalhador terceirizado como seu empregado efetivo, pois ele exercia, sob subordinação direta da instituição bancária, as mesmas funções desempenhadas por outros funcionários. A decisão é da 6ª Turma do TST.

Maconha

O Plenário do STF confirmou a decisão que libera Marcha da Maconha - reunião de pessoas favoráveis à descriminalização da droga. Para o STF, os direitos constitucionais de reunião e de livre expressão do pensamento garantem as manifestações.

Sabbath

Uma liminar da 3ª Vara Federal em Bauru garantiu a um aluno adventista o direito de não ter aulas aos sábados.

Direito Imobiliário

Angelo Volpi Neto e Maicon Guedes serão os coordenadores do curso de Pós-graduação em Direito Imobiliário na Universidade Positivo. Voltado para advogados, bacharéis em Direito, funcionários de serviços notariais e registrais, executivos de construtoras e demais profissionais do ramo imobiliário, o curso terá carga horária de 120 h, com aulas nas segundas e quartas-feiras, das 19h às 22h30 min ou nos Sábados, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Informações pelo fone (41) 3317-3093 e pelo e-mail pos-graduacao@up.com.br

Bipolar

A 3ª Turma do TRF da 4ª Região determinou que o SUS forneça medicamento a um paciente do Paraná que é portador de transtorno bipolar.

"Inacreditável"

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) emitiu nota de repúdio à proposta defendida pela corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, de que os magistrados devem ter férias de 30 dias e não de 60. Para a entidade, a posição da corregedora a respeito das férias é "inacreditável".

Incompatível

As atividades exercidas por assessores jurídicos do MP não são compatíveis incompatíveis com o exercício da advocacia. O entendimento é da 1ª Turma do STJ.

DIREITO SUMULAR

Súmula n. 707 do STF

— Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contra-razões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação do defensor dativo.

05 DEZ 2011

JORNAL DO ESTADO

A CONDOTA E O DIREITO PENAL

HC para discutir suspensão de habilitação

*Jônatas Pirkiel

Recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, amplia a previsão constitucional do Habeas Corpus, até então remeti heróico cpa colibir abuso contra a liberdade de locomoção. Agora pode também ser usado para discutir a suspensão da habilitação, quando se trata de questionar aspectos relativos à pena de suspensão ao direito de dirigir.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que, "...se a imposição se deu cumulativamente com pena privativa de liberdade, é cabível. A Sexta Turma julgou habeas corpus impetrado em favor de motorista responsável pela morte de duas crianças. Segundo o processo, ele trafegava em alta velocidade, avançou o sinal vermelho e atropelou as crianças sobre faixa de pedestre. Em primeiro grau, o motorista foi condenado à pena de três anos e quatro meses de detenção, em regime inicial aberto, substituída por duas restritivas de direitos.

O motorista teve o direito de dirigir suspenso por um ano - pela prática de homicídio culposo (sem intenção de matar) na direção de veículo automotor - e sua pena aumentada em um quarto - em ra-

ção de o crime ter sido cometido sobre a faixa de pedestre e por duas vezes (concurso formal). Ao considerar o fato de que as vítimas eram duas crianças, o juiz aplicou em sua decisão a agravante de pena estabelecida no artigo 61, inciso II, alínea h, do Código Penal, que se refere ao crime cometido contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida.

Levada a questão ao O Tribunal de Justiça do Paraná, este deu parcial provimento à apelação para excluir a agravante de crime cometido contra criança, por considerar que a agravante aplicada pelo juiz não é cabível em casos de crimes sem intenção de matar.

"...No habeas corpus impetrado no STJ, a defesa alegou ilegalidade na majoração da pena em um quarto, pelo concurso formal, considerando que deveria ser fixada em um sexto. Disse, ainda, que o tempo de suspensão do direito de dirigir deveria ser proporcional ao tempo da pena privativa de liberdade.

Por fim, a defesa pediu a anulação da decisão do tribunal estadual ou o ajuste da pena aplicada. O ministro Sebastião Reis Júnior, relator do habeas corpus, observou o entendimento pacificado no STJ no sentido de que o acréscimo decorrente do concurso formal deve

levar em consideração o número de crimes cometidos. O ministro considerou que, sendo dois crimes praticados em concurso, a majoração da pena em um quarto foi exagerada. Com isso, decidiu reduzir o aumento da pena à fração de um sexto, ficando em três anos, um mês e dez dias de detenção..."

Para a felicidade da defesa do impetrante, "...o relator constatou em precedentes da Corte que o habeas corpus é apto para questionar a suspensão da habilitação, desde que aplicada cumulativamente com a pena privativa de liberdade e desde que ambas as penalidades sejam proporcionais. Apesar de admitir o habeas corpus para essa finalidade, o ministro manteve o que foi decidido em primeiro e em segundo grau quanto à fixação da suspensão da habilitação por um ano. "Entendo que a fixação da pena de suspensão da habilitação pelo período de um ano está devidamente fundamentada, pois a prática delitiva gerou duas vítimas fatais, bem como é proporcional à duração da pena privativa de liberdade estabelecida", afirmou Reis..."

São as curiosidades do nosso Superior Tribunal de Justiça!

* O autor é advogado na área criminal.

03 DEZ 2011

IMPACTO PARANÁ

Justiça proíbe lançamento de livro que aponta suposta homossexualidade de Lampião

O juiz Aldo Albuquerque, da 7ª Vara Cível de Aracaju (SE), proibiu a publicação e comercialização do livro "Lampião – o Mata Sete" de autoria do juiz aposentado Pedro de Moraes. A ação judicial



foi movida pela família do "rei do cangaço", que se sentiu ofendida porque, em um dos capítulos, ele é apontado como homossexual e sua companheira Maria Bonita, como adúltera.

No livro, o autor afirma que o Virgulino Ferreira, o Lampião, mantinha uma relação homoafetiva com um cangaceiro chamado Luiz Pedro, que também seria namorado de Maria Déia, a Maria Bonita, o que formaria triângulo amoroso.

Ainda no livro, o autor questiona a paternidade de Lampião em relação à única filha do casal, Expedita Ferreira Nunes, 79 anos. Segundo a obra, Lampião teria sido atingido por um tiro na genitália em 1922, o que lhe teria incapacitado de procriação.

A decisão judicial foi expedida no dia 24, momentos antes do lançamento do livro, que ocorreria em uma

livraria de Aracaju. Assim, o autor está proibido de divulgar e comercializar o livro em qualquer parte do país. Pedro Moraes poderá apenas se defender quanto ao conteúdo da obra.

Segundo o advogado da família, Wilson Winne, a ação judicial foi fundamentada na violação da

privacidade. "Direito de liberdade de expressão tem um limite. Essa obra viola a invasão de privacidade. Ele é uma pessoa histórica. Quando se fala de Lampião, é da parte histórica. Que ele era violento, pistoleiro, herói ou bandido, mas neste caso atinge a honra da família. Está interferindo na vida da pessoa, de sua família", argumentou.

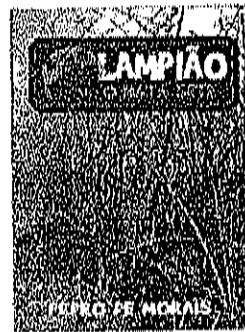
Pedro de Moraes informou que recorrerá da decisão e afirma que lançará o livro na próxima semana na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Aracaju. "Eu estudo sobre Lampião há muitos anos. Juntando artigos, revistas... Não tenho nada contra a homossexualidade, eu citei como um fato histórico", justificou o autor.

"Essa teoria [homossexualidade] já existe há mais de 40 anos. Ex-cangaceiros e remanescentes do cangaço sempre confirmaram isso. Não sou eu o criador desse detalhe", reforçou o autor, lembrando que o antropólogo e historiador Luiz Mott já teria levantando essa tese. "Quero lembrar que a possível homoafetividade de Lampião não é o tema central do livro".

O autor frisou que a visão "romântica" em relação a Maria Bonita foi criada pela literatura de cordel. "Não existia no cangaço, não. Ela era uma mulher pirracenta, inclusive com o próprio Lampião", diz.

De acordo com Moraes, a cangaceira era casada com um sapateiro e o deixou para seguir junto com Luiz Pedro, que como companheiro de Lampião teria convencido o rei do cangaço a aceitar uma mulher no bando, inaceitável antes da chegada de Maria Bonita.

Na opinião de Pedro de Moraes, não existem motivos para endeusar ou mitificar Lampião. "Nenhuma virtude eu encontrei no bandido em qualquer ato seu", afirmou. (Pedro Rolemberg – UOL)



O importante, realmente, não é o fato de Lampião ter sido ou não um gay. Interessante é o registro em um livro polêmico, que por isso mesmo deverá ter a maior circulação, mesmo na clandestinidade.

03 DEZ 2011 IMPACTO PARANÁ

Justiça

Em Direito, cada caso é um caso

É temerário dizer-se que, na aplicação da norma, o branco é branco e o preto é preto. Em verdade, tudo é relativo, e cada caso é um caso. Assim, não se podem generalizar interpretações de casos específicos e passar a entender, por exemplo, que todo furto de bagatela, na forma tentada, ocorrido em estabelecimento comercial sujeito a monitoramento por câmeras de vigilância e guarnecido por seguranças, deverá ser sempre abarcado pela teoria do crime impossível e/ou do princípio da insignificância.

De modo real, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cassando liminar deferida, denegou ordem na qual se pretendia o reconhecimento da ocorrência de crime impossível ou absolvição do paciente pela aplicação direta do princípio da insignificância e, subsidiariamente, a alteração do regime inicial de cumprimento da pena. Na espécie, o paciente havia sido condenado pelo delito descrito no art. 155,

caput, do Código Penal (furto simples), à pena de três anos e quatro meses de reclusão em regime semiaberto. Inicialmente, ressaltou o ministro relator a posição firmada no STJ em diversos precedentes de que a presença de sistema eletrônico de vigilância no estabelecimento comercial não se mostra infalível para impedir a consumação dos delitos de furto. Logo, não seria o caso de reconhecimento da figura do crime impossível. Em seguida, destacou o ministro que, para a exclusão da tipicidade material pela aplicação do princípio da insignificância, como consabido, seria necessária a apreciação dos seguintes requisitos: a mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovação do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

O excelso jurista ainda ponderou o que já se tem por assente na doutrina e na jurisprudência, ou seja, que a

suposta inexpressividade da lesão jurídica provocada, configurada pela pequena lesão causada ao patrimônio da vítima, não deve ser utilizada como único parâmetro para aplicação do aludido princípio sob pena de relativizar o direito de propriedade, bem como estimular a prática reiterada de furtos de bens de pequeno valor.

Por fim, in casu, é de se considerar que o crime tratado nos autos não representava fato isolado na vida do paciente, razão pela qual a sua conduta não deveria ser apreciada como penalmente irrelevante, mas sim como um comportamento altamente reprovável a ser combatido pelo Direito Penal. Com efeito, se a reincidência elide a aplicabilidade do princípio da insignificância, não se pôde deixar de ponderar que o autor, descrente de que o Estado importaria-se com as suas reiteradas condutas de bagatela e o encarcerá-lo-ia, insistiu, recebendo, em consequência, a resposta estatal adequada. (Roger Brutti)

IMPACTO PARANÁ



Ophir Cavalcante, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), justamente na semana em que comandou em Curitiba a 21ª Conferência Nacional dos Advogados, viu-se surpreendido por uma revelação comprometedora. O atual presidente da entidade nacional dos advogados virou notícia no Pará, acusado de receber licença remunerada indevida de R\$ 20 mil mensais. Licenciado do cargo de procurador há 13 anos, ele recebeu do estado do Pará o equivalente a R\$ 1,5 milhão. Tal licença seria ilegal, segundo os advogados que ajuizaram uma ação civil pública que pede a devolução do dinheiro aos cofres públicos. Fazendo o papel de "Varão de Plutarco", o presidente da OAB nacional vai ter agora que lutar pela honra de tal cargo.

03 DEZ 2011

EU SO OUVI DIZER QUE...

Nem o carro, que dizem ser do presidente da OAB Nacional, o Ophir Cavalcante, escapou do flagra de algum curitibano mais curioso, quanto estacionou em plena calçada, na frente do hotel Four Points Sheraton, na Avenida Sete de Setembro. O veículo, GM, placa de São Paulo, com final 6922, ficou por bom tempo aguardando a "otoidade" ali hospedada. "Nóis é nóis", dizem uns e outros.

Fórum Inacabado

Mesmo com as obras em andamento, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Ney José de Freitas inaugurou nesta semana o novo Fórum Trabalhista de Londrina. O prazo para conclusão total é somente em abril de 2012. O prédio começou a ser construído em 2007 e foi paralisado várias vezes. Duas empreiteiras tiveram seus contratos rescindidos. Está na terceira construtora. A construção está avaliada em R\$ 10 milhões e fica localizado na Avenida do Café, próximo do aeroporto, num dos barracões do antigo IBC. O novo Fórum deve entrar em funcionamento pleno somente no ano que vem.